



# CONCORRÊNCIA

Nº 95019/2026-SFIL

## CONTRATANTE (UASG 986477)

Município de Guarulhos

## OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA, COMPREENDENDO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, IMPLANTAÇÃO DE GUIAS E SARJETAS E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS (CALÇADAS), EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS/SP.

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço global

## MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não se aplicam as disposições dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM NÃO







Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

## CONCORRÊNCIA Nº 95019/2026- SFIL

**SEI Nº 1123.2025/0001841-4**

Torna-se público que o Município de Guarulhos, por meio da Subsecretaria de Licitações e Contratos, sediado à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

### 1.DO OBJETO

**1.1.** O objeto da presente licitação deverá ser fornecido na forma e condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** É parte integrante dos serviços:

**1.2.1.** O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas necessários ao serviço descrito, nas planilhas do **ANEXO IV – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos da PMG**;

**1.2.2.** O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;

**1.2.3.** O transporte de todos os resíduos resultantes da execução dos serviços até os locais indicados pela fiscalização; os resíduos sólidos provenientes de demolição e de fresagem deverão ser prioritariamente destinados ao sistema de reciclagem do Município;

**1.2.4.** A CONTRATADA deverá colocar placas de identificação dos serviços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a expedição da ordem de serviços, nos locais a serem indicados na referida ordem, conforme modelo a ser fornecido pela fiscalização;

**1.2.5.** Instalação de canteiro de obras

**1.3.** As empresas deverão disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.

**1.4.** A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às disposições constantes das especificações do **Memorial Descritivo - ANEXO II**, além das diretrizes da fiscalização e todas as demais condições e anexos deste edital.

**1.5.** Na hipótese de ser necessária a qualquer título a utilização de serviços não constantes do **ANEXO IV – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos da PMG**, serão observados se os mesmos são descritos na Tabela de Preços publicados na *SIURB – JAN/2026<sup>1</sup> SD, SINAPI –*

<sup>1</sup> As tabelas de referência SIURB / Janeiro de 2026 são as últimas versões disponíveis e foram publicadas no dia 06 de Abril de 2026





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

MAR/2026 SD, CDHU – FEV/2026 SD, CDHU SINTETICA – FEV/2026 – exc BDI DE 20,81%, DER JAN/2026 *excluído* BDI de 35%, SICRO JAN/2026<sup>2</sup> E FDE JAN/2026 *excluído* BDI de 23% e *acrescidos de BDI referencial de 24,23%*, e mantidas as mesmas condições da presente licitação. Em caso negativo, serão então compostos, de comum acordo, entre as partes, retroagindo-os a data base da planilha de quantitativos e preços máximos da PMG.

**1.6.** A vigência contratual iniciar-se-á na data da assinatura do contrato encerrando-se com o recebimento definitivo do objeto.

**1.7.** O prazo para execução total dos serviços será de **08 (oito) meses**, contados da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços.

**1.8.** O **VALOR TOTAL ESTIMADO** pela Administração para o objeto a ser contratado, **incluso o BDI referencial de 24,23% é de R\$ 30.968.774,03 (Trinta milhões, novecentos e sessenta e oito mil, setecentos e setenta e quatro reais e três centavos).**

**1.8.1.** A prestação de garantia será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme previsto no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/21 no ato da assinatura do contrato.

Quando a opção da garantia for na modalidade prevista seguro-garantia, o contratado terá o prazo de até 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

#### **1.9. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E REGIME DE EXECUÇÃO:**

##### **1.9.1. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

- 2493 - 0910.1545100111.007.02.1000400.449051.1112
- 1541 – 0910.1545100111.007.01.1300000.449051.0046

**1.9.2. REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de **empreitada por preço unitário**, na forma do artigo 46, I, da Lei nº. 14.133/21.

**1.10. EMBASAMENTO LEGAL:** O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições, bem como demais normas complementares aplicáveis:

- Lei Federal nº 14.133/21

([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm))

- Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014

([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm))

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

<sup>2</sup> Planilha onerada em função da Lei nº 13.161/2015 quanto a contribuição previdenciária





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**2.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.A** não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.5.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.5.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.5.2.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.5.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.5.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.5.4.1.** O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.5.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.5.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.5.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.5.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.5.8.1.** A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.5.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.5.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.6** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.7.** O disposto nos itens 2.6.2. e 2.6.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.8.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**3.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.2.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.2.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.2.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.2.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.3** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.4** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

**3.5** No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

**3.6** A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

**3.7.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**3.7.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.7.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.8** A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2. e 3.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.9** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.10** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.11** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.12** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.12.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.12.2** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.13.1** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.13.2** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.14** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.15** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**3.16** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** valor global.

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.2.1** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.3.1** Todos os valores deverão ser apresentados em Reais (R\$), incluído no preço global da proposta todos os custos, impostos, fretes e toda e qualquer despesa que vier a incidir sobre o objeto licitado, inclusive o BDI.

**4.3.2.** O preço proposto constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços mencionados no objeto desta licitação, incluindo BDI e despesas indiretas.

**4.4.** Os preços/desconto ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.7.1** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**4.7.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**4.7.3** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos **ANEXO IV – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos da PMG.**

**4.8** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5** O lance deverá ser ofertado pelo valor global ou desconto.

**5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00.**

**5.9** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**5.10** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**5.11** Para o envio de lances na licitação será adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**5.11.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.11.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.11.3** Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

**5.11.4** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.11.5** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.12** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.14** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.15** No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.16** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.17** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**5.17.1** Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.17.2** Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

**5.17.3** Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

**5.18** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.18.1** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

**5.18.2** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

**5.18.3** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.18.4** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.18.5** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**5.18.6** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.19** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.19.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.19.1.1** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.19.1.2** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.19.1.3** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.19.1.4** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.19.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.19.2.1** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.19.2.2** empresas brasileiras;

**5.19.2.3** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.19.2.4** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.20** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.20.1** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**5.20.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.20.3** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.20.4** O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.20.5** É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo ou por ofício quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital.

**5.21** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1** SICAF;

**6.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.1.3** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>) .

**6.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**6.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**6.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.

**6.5** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.5.1** Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação/comissão, poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.6** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.6.1** contiver vícios insanáveis;

**6.6.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

**6.6.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.6.4** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.6.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.7.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

**6.7.1.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.7.1.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.8** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**6.8.1** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.8.2** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação dos custos unitários estimados pela Administração, conforme planilha anexa ao edital;

**6.8.2.1** Cabe desclassificação em razão de custos unitários superiores aos orçados pela Administração, conforme art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021, que expressamente se refere ao critério de aceitabilidade de preços unitário e global a **ser fixado no edital**, bem como pela definição de sobrepreço do art. 6º, LVI, que expressamente estabelece que esse pode ocorrer em relação ao preço unitário nesse regime.

**6.8.3** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**6.8.4** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**6.9** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.10** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.10.1** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico:

**6.10.1.1** as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

- a) Deverá constar das planilhas, menção explícita ao título profissional e ao número da carteira profissional de quem a subscrever.
- b) Na apresentação da proposta de preços, deverá ser adotado como critério de arredondamento a utilização de 02 (duas) casas decimais para os itens de quantitativo, preço unitário com BDI e custos totais e parciais.

**6.11** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.11.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.13.** Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.14** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.17** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

**7.1.** Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a licitante apresentar:

### **I – Jurídica;**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou
- c) Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### **II – Técnica: a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:**

- a) certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei Federal 14.133/21, conforme transcrito abaixo:

**a1)** A atuação do contratado no cumprimento de obrigações assumidas será avaliada pelo contratante, que emitirá documento comprobatório da avaliação realizada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

**a2)** Em se tratando de serviços contínuos, será exigida certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

**a3)** Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

- i. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

ii. caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

**a4)** Na hipótese prevista no a3), para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

**a5)** A relação dos serviços a serem comprovados respeita as respectivas quantidades da execução pretendida, nos termos da Súmula 24 do TCESP:

CÓDIGO	SERVIÇO	UN	QUANT. MÍNIMA
95995	Execução de pavimento com aplicação de concreto asfáltico – camada de rolamento	m³	2.916,00
IN05099001	Base betuminosa com material fresado (RAP) reciclado	m³	4.754,00
03.07.080	Fresagem de pavimento asfáltico	m²	35.599,00
IN05026000	Imprimação betuminosa ligante	m²	77.097,00

**b)** prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

**c)** registro ou inscrição na entidade profissional competente:

**c1)** Original ou cópia autenticada da Certidão de Registro de pessoa jurídica **e de seus responsáveis técnicos**, junto a entidade competente (CREA/CONFEA e/ou CAU) da região a que estiverem vinculados.

**c2)** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil, apresentando como documento de habilitação uma declaração do compromisso assumido.

**d)** apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica, mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), conforme Súmula 23 do TCE/SP, devidamente registrado e expedido pela entidade competente – Sistema CONFEA/CREA e/ou CAU, por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**d1)** Na documentação apresentada não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções relativas as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para a Administração Pública conforme disposto nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei 14.133/21 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

**d2)** Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**d3)** A comprovação do vínculo dos profissionais indicados deverá se dar antes da ordem de início dos serviços conforme a Súmula 25 do TCESP

**e)** indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

**e1)** A comprovação do vínculo dos profissionais indicados deverá se dar antes da ordem de início dos serviços conforme a Súmula 25 do TCESP

**f)** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

### **III - Fiscal, social e trabalhista;**

**a)** a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**b)** a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**c)** a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**d)** a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**e)** a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

**f)** o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

### **IV – Econômico-financeiro.**

**a)** certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

**b) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis** dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**b1)** Considera-se último exercício social, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados (mecanicamente) até o dia 30 (trinta) de abril do ano subsequente e, no caso de serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), até o último dia do mês de junho do ano subsequente, conforme Instrução Normativa RFB 2003/21, salvo disposição em contrário.

**b2)** Serão considerados como legais o balanço e as demonstrações contábeis (mecanicamente) assim apresentados:

i) pelas sociedades anônimas: publicados em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada; ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

ii) pelas sociedades por cotas de responsabilidade limitada: fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iii) pelas sociedades criadas no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

iv) No caso do balanço patrimonial e demonstrações contábeis serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), deverão estar acompanhados do respectivo recibo de entrega.

**b3)** A boa situação financeira será comprovada com as demonstrações a seguir, calculadas pelas seguintes fórmulas, cujo memorial deverá ser juntado ao Balanço Patrimonial e estar acompanhado de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital:

- Índice de Liquidez Geral (**LG**) superior ou igual a 1,00
- Índice de Liquidez Corrente (**LC**) superior ou igual a 1,00
- Índice de Solvência Geral (**SG**) superior ou igual a 1,00

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

onde: AC = ATIVO CIRCULANTE





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

PC = PASSIVO CIRCULANTE

AT = ATIVO TOTAL

PNC = PASSIVO NÃO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

**b4)** os documentos exigidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**b5)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**c)** Capital social mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

#### **V- Documentação complementar**

a) Declaração formal conforme ANEXO I – A

**b) Declaração de cumprimento da lei estadual nº 12684/2007:** Declaração formal elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que não serão utilizados produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição, em conformidade com a Lei Estadual nº 12.684/07 (**ANEXO I-C**).

**c) Declaração de cumprimento da lei municipal 6.126/06:** de que tem pleno conhecimento da Lei Municipal 6.126/06, que instituiu o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, assumindo a obrigação de atender aos dispositivos da referida lei, em especial as do artigo 19 e seus parágrafos, bem como observar e aplicar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços sob a sua inteira responsabilidade, assumindo ainda, responsabilidade em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores, conforme modelo (**ANEXO I-D**).

**7.2.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeiro, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.3.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.4.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.5.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**7.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados na forma da lei.

**7.7.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.8.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.9.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.10.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.11.** Considerando que a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deverá, sob pena de inabilitação, atestar que conhece o local e as condições de realização da obra ou serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**7.11.1.** O licitante que optar por realizar vistoria prévia, acompanhado de Profissional do Departamento de Planejamento e Projetos de Infraestrutura Urbana – SIURB 04, terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data da visita, através do telefone (11) 2475-9913, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**7.11.2.** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, o licitante poderá substituir o exigido no item 7.11, por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**7.12.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**7.12.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**7.13.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**7.13.1.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**7.14.** A verificação pelo agente/comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.14.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente/comissão.

**7.15.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.15.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.16.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º:

**7.16.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;  
e

**7.16.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.17.** Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.18.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente/comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.14.1.

**7.19.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.20. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

- a) Serão aceitas certidões positivas de débito, com efeitos de negativa, nos termos do artigo 206 do Código Tributário Nacional.
- b) A documentação, conforme o caso, deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (números de inscrição no C.N.P.J., I.E. e C.C.M.).
- c) A aceitação dos documentos obtidos via “internet” ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Subsecretaria de Licitações e Contratos.
- d) Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de 06 (seis) meses entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.
- e) Os documentos exigidos para habilitação, não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento.

**7.21. No caso de participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas serão acrescidos os seguintes procedimentos:**

- a) As licitantes deverão comprovar, a sua condição de ME, EPP ou EQUIPARADAS por todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente (CNPJ, documento da Junta Comercial, por exemplo).
- b) As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Equiparadas deverão apresentar, todos os documentos de habilitação exigidos, mesmo que apresentem alguma restrição, devendo estas serem sanadas no prazo definido neste edital.
  - b1)** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme art. 43, §1º da Lei Complementar 123/2006.
  - b2)** A não regularização da documentação, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme art. 43, §2º da Lei Complementar 123/2006.

c) A não comprovação da sua condição de ME, EPP e EQUIPARADAS e/ou não regularização dos documentos de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a licitante estará sujeita às sanções legais, ficando sujeita inclusive ao impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

**7.21.1.** Os incisos acima não serão aplicados quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte conforme ao art. 4º, §1º da Lei 14.133/21.

**7.22. No caso de participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15. da Lei 14133/21, serão observadas as seguintes normas:**

**I** - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

**II** - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

**III** - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

**IV** - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

**V** - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

**7.22.1.** Para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

**7.22.1.1** O acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**7.22.2** O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso.

**7.22.2.1** O prazo para comprovação da constituição do consórcio será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da convocação que será realizada por e-mail.

**7.22.2.2** Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceite da Administração.

**7.22.3** A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**8.3.3** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema e em caso de impossibilidade através do e-mail [licita.guarulhos@gmail.com](mailto:licita.guarulhos@gmail.com), podendo ser feita a sua confirmação através do telefone (11) 2423-8623 – Seção Técnica de Apoio às Licitações.

**8.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados junto à Subsecretaria de Licitações e Contratos, Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**9.1.1** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

**9.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra; ou
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**9.1.3** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.3.1** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.4** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

**9.1.5** fraudar a licitação

**9.1.6** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- b) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**9.1.7** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**9.1.8** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**9.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**9.2.1** advertência;

**9.2.2** multa;

**9.2.3** impedimento de licitar e contratar; e

**9.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**9.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**9.3.2** as peculiaridades do caso concreto;

**9.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**9.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**9.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**9.4.1** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1.,9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**9.4.2** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4.,9.1.5.,9.1.6.,9.1.7. e 9.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**9.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**9.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1.,9.1.2., e 9.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**9.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4.,9.1.5.,9.1.6.,9.1.7. e 9.1.8. bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1.,9.1.2. e 9.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**9.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**9.10** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**9.11** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.13** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [licita.guarulhos@gmail.com](mailto:licita.guarulhos@gmail.com), podendo sua confirmação ser feita através do telefone (11) 2423-8623 – Seção Técnica de Apoio às Licitações ou protocolada até às 16h30min do último dia do prazo, na Secretaria de Finanças na Seção Administrativa de Expediente da Subsecretaria de Licitações e Contratos, Sítio à Rua do Rosário, nº 300 – Vila dos Camargos – Guarulhos/SP – CEP 07111-080.

**10.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.5** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação/ comissão, nos autos do processo de licitação.

**10.6** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

**11.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

**11.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**11.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**11.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.9** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**11.10** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes/> ou <https://www.guarulhos.sp.gov.br/transparencia/consulta-de-licitacoes>.

**11.11.** Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, conforme previsto no art. 122 da Lei 14.133/21, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

**11.11.1.** O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

**11.11.2.** Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

**11.11.3.** A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 20% do valor total do contrato.

**11.11.3.1** Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato.

**11.12** A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto no Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022 que trata da Política de Segurança da Informação, devendo cumprir todas as diretrizes e responsabilidades nele estabelecidas.

**11.13.** Para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação, é competente, por disposição legal, o Foro da Comarca de Guarulhos.

**11.14.** É facultada ao agente/comissão ou à autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**11.15.** Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

## **12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

ANEXO I – Declarações

ANEXO II – Memorial Descritivo

ANEXO III – Termo de Referência / Projeto Básico

Anexo III – A – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO IV – Planilha de Quantitativos e Preços Máximos

Anexo IV – A – Cronograma Físico Financeiro

Anexo IV – B – BDI

Anexo IV – C – Acórdão

ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato

Guarulhos, 06 de maio de 2026

**GLAUCO LUIZ SILVA**  
SUBSECRETÁRIO  
Subsecretaria de Licitações e Contratos





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

# **ANEXO I**

## **DECLARAÇÕES**





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

## ANEXO I - A

### MODELO

**A Prefeitura de Guarulhos**

**Subsecretaria de Licitações e Contratos**

**Concorrência nº .....**

**Processo Administrativo nº .....**

**Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA:

**a)** não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021.

**b)** não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;

**c)** está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital;

**d)** é responsável pela fidelidade e legitimidades das informações e documentos apresentados digitalmente no sistema eletrônico, estando ciente de que a falsidade de qualquer documento ou a inverdade nele contida ficará sujeita às sanções administrativas e judiciais cabíveis.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

## ANEXO I - B

### MODELO DE DECLARAÇÃO APARELHAMENTO TÉCNICO

**A Prefeitura de Guarulhos**

**Subsecretaria de Licitações e Contratos**

**Concorrência nº .....**

**Processo Administrativo nº .....**

**Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que disponibilizará as instalações e aparelhamento adequados disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como indica o pessoal técnico com a respectiva qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, conforme abaixo:

.....

.....

.....

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

## ANEXO I-C

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 12684/2007

#### MODELO

**A Prefeitura de Guarulhos**

**Subsecretaria de Licitações e Contratos**

**Concorrência nº .....**

**Processo Administrativo nº .....**

**Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA não utilizar produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipo de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente tenham fibras de amianto na sua composição, em conformidade com a Lei Estadual nº 12684/2007.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_





Folha	
SEI nº	1123.2025/0001841-4
Rubrica	

## **ANEXO I-D**

### **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI MUNICIPAL Nº 6126/06**

#### **MODELO**

**A Prefeitura de Guarulhos**

**Subsecretaria de Licitações e Contratos**

**Concorrência nº .....**

**Processo Administrativo nº .....**

**Objeto:**

A empresa (nome da empresa), com sede na (endereço completo), inscrita no C.N.P.J. Nº \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Sr.(a) (representante legal da empresa e cargo), titular do R.G. nº e do CPF nº, DECLARA que tem pleno conhecimento da Lei Municipal 6126/06, que instituiu o plano de gerenciamento de resíduos da construção civil, assumindo a obrigação de atender aos dispositivos da referida lei, em especial as do artigo 19 e seus parágrafos, bem como observar e aplicar as boas práticas técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização dos serviços sob a sua inteira responsabilidade, assumindo, ainda, responsabilidade em seu próprio nome perante os órgãos fiscalizadores.

Local, dia, mês e ano.

Assinatura do representante legal

Nome do representante \_\_\_\_\_

RG do representante \_\_\_\_\_





Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO II**

### **MEMORIAL DESCRITIVO**





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

**MEMORIAL DESCRITIVO**

**OBRA:** Execução de Obras de Pavimentação, Drenagem, Guias e Sarjetas, em diversas ruas, no Município de Guarulhos/SP.

**EXTENSÃO:** 1.941,96 m

**ÁREA TOTAL:** 11.414,03 m<sup>2</sup>

1- AV. TRÊS ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. LESTE "B") E ESTACA 15+19,41M (PROX. R. OSVALDO AVILEZ)

EXTENSÃO: 319,41m

ÁREA: 1.731,28m<sup>2</sup>

2- AV. LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO ENTRE A ESTACA 0+0,00M (EM FRENTE AO CAMPO DO ASCAS) E ESTACA 45+19,47M (EST. ALBINO MARTELLO)

EXTENSÃO: 829,22m

ÁREA: 5.066,40m<sup>2</sup>

3- R. EXISTENTE ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. MONTEIRO) E ESTACA 7+19,24M (ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL)

EXTENSÃO: 159,24m

ÁREA: 845,43m<sup>2</sup>

4- R. GABRIELA GURGEL DE FREITAS ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. HIBISCO) E ESTACA 18+14,38 (R. GERÂNIO)

EXTENSÃO: 374,38m

ÁREA: 2.189,02m<sup>2</sup>

5- R. POSSE ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. SÃO VICENTE FÉRRER) E ESTACA 6+5,98M (R. TAMOTSU IWASSE)

EXTENSÃO: 125,98m

ÁREA: 639,04m<sup>2</sup>

6- R. VEGA ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. URSMA MAIOR) E ESTACA 6+13,73M (R. GAMA)

EXTENSÃO: 133,73m

ÁREA: 942,86m<sup>2</sup>



SGRICAP2025059132DM





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

**1. INTRODUÇÃO**

Tem este Memorial Descritivo por finalidade orientar e especificar a execução dos serviços e empregos dos materiais que farão parte das obras de pavimentação.

**2. OBJETIVO**

Contratação de empresa especializada na execução de Obras de Pavimentação Asfáltica e Execução de Drenagem e Passeio de Concreto, em diversas ruas, no Município de Guarulhos/SP.

**3. ESCOPO DA OBRA**

As obras de **pavimentação, drenagem e passeios (calçadas)**, deverão ser executadas em concreto asfáltico, conforme projeto de pavimentação e seguindo as especificações técnicas elencadas abaixo.

Os serviços escopo desta contratação encontram-se quantificados conforme a Planilha de Quantitativos e Preços Máximos da PMG em anexo.

**4. PRELIMINARES**

Os trabalhos deverão ser iniciados através da sinalização total das vias, liberando-as para serem utilizadas por máquinas e/ou equipamentos, para depósito provisório de materiais ou de terra, para canteiro de obras, etc., na medida do avanço das obras, devendo nestas ocasiões, serem tomados todos os cuidados e providências, tais como: sinalização para redirecionamento de veículos e de pessoas que transitem no local, cercas, placas de aviso, tapumes, placas de aço de pedestres e/ou veículos, etc., que sejam necessárias ou meramente de bom senso para efetivamente minimizar quaisquer riscos de acidentes.

Para início dos trabalhos deve-se prever a instalação de placas informativas do contrato, com layout fornecido pela Secretaria de Obras.

**5. MOVIMENTO DE TERRA PARA EXECUÇÃO DE VALAS E CANALIZAÇÃO**

Escavação mecânica de valas, norma brasileira **NBR-12266** (Projeto e Execução de valas para assentamento de tubulação de água e esgoto ou Drenagem Urbana), executada com equipamento apropriado e nas dimensões adequadas à execução da obra, até a profundidade necessária: sendo a remoção e espalhamento do material escavado e inadequado ao reaproveitamento, determinado pela fiscalização, feita de modo adequado, evitando assim transtornos ao município durante o percurso e manuseio destes materiais.

O espalhamento deste material em bota fora será executado em camadas sobrepostas no máximo de 30 cm de espessura convenientemente espalhadas em local autorizado para o bota fora.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

As vias públicas utilizadas e a área da obra deverão ser mantidas limpas, isentas de materiais provenientes da escavação e com destino ao reaterro.

O material usado para reaterro deverá ser um solo apropriado para aterro e aprovado pela fiscalização, sendo sua execução em camadas de 15 cm no máximo compactadas a 100% do P.N. Estes serviços deverão ser executados de acordo com a especificação técnica, regida pela ABNT. Caso haja necessidade de aumento da capacidade de suporte do solo. Deverá ser executada base de rachão, se necessário, nos trechos com espessuras adequadas a cada situação, após aprovação da fiscalização, sendo regularizadas na superfície superior com lastro de brita e pó de pedra de acordo com espessura indicada em projeto.

### 6. CANALIZAÇÕES

Os tubos serão fornecidos pela contratada, devendo as mesmas satisfazerem as condições constantes nas Normas Brasileiras, **NBR-8890/03** (Tubos de Concreto de Seção Circular, para Águas Pluviais e Esgotos Sanitários – Requisitos e Métodos de ensaio).

a) As especificações especiais poderão ser estabelecidas sempre que as condições dos projetos exigirem.

b) O assentamento dos tubos deverá obedecer rigorosamente os “greides” do projeto e de acordo com as dimensões indicadas.

c) O rejuntamento deve ser feito com argamassa nas juntas, nas partes internas serão executadas de forma a evitar o máximo possível a rugosidade que altere o regime de escoamento da água. Na parte externa, além de tomadas as devidas precauções com as juntas, serão completadas as luvas com um colar de seção triangular com o mesmo traço da argamassa de rejuntamento.

d) Não serão assentados tubos trincados ou danificados durante a descida na vala, ou que apresentem qualquer defeito construtivo aparente. O preço unitário remunera o fornecimento, conexões, manuseio, assentamento e rejuntamento de canalização.

e) No caso de galerias tubulares de concreto, será necessária a execução de lastro de brita de no mínimo 20 cm de espessura.

### 7. MEIOS-FIOS E SARJETA

O processo para abertura de valas, regularização e apiloamento do fundo da vala, execução do lastro de concreto e/ou lastro de brita, assentamento das guias, reforço das juntas e reposição e apiloamento do material escavado da vala são os mesmos já descritos anteriormente.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

Verificação e tolerância. O alinhamento e perfil do meio-fio serão verificados antes do início do assentamento dos blocos. Não deverá haver desvios em relação ao alinhamento e perfil estabelecidos, superiores a 15mm, para guias de concreto, e superiores a 20mm, para guias de granito.

As sarjetas serão concretadas no local, devendo para tanto serem executadas as formas necessárias, nas dimensões adequadas. O escoramento não apresenta dificuldades, uma vez que de um lado tem-se a guia, do outro, a forma propriamente dita. Em intervalos que podem variar de 6 a 10m, devem ser executadas as juntas de dilatação, rejuntadas com asfalto e situadas de forma a não coincidir com o prolongamento das juntas das guias.

As sarjetas assentam sobre um lastro de pedra de cerca de 10 cm de espessura. Têm sido utilizadas, em substituição as sarjetas, juntas reforçadas com argamassa de cimento e areia 1:3, nos assentamentos dos blocos correspondentes às fileiras longitudinais adjacentes às guias.

### 8. BOCA DE LOBO – SIMPLES, DUPLA e/ou TRIPLA

As bocas de lobo são dispositivos de captação dos sistemas pluviais, devendo ser executadas em bloco de concreto, assente com argamassa de areia no traço 1:3. A laje inferior, deverá ser pré-moldada, e executada em concreto estrutural.

Os ramais de ligação deverão ter diâmetro de acordo com projeto.

As sarjetas das áreas frontais e laterais às bocas de lobo ou leão, deverão ser rebaixadas a fim de promover a condução das águas para seu interior.

Na hipótese de execução das bocas de lobo **Dupla e/ou Tripla**, deverão ser previstas vigas de concreto armado de 15,00 x 20,00 cm no alinhamento do encontro de duas e/ou três guias chapéus para o assentamento da alvenaria de apoio das tampas de concreto armado das bocas de lobo.

A guia chapéu deverá ser de concreto armado atendendo as especificações técnicas.

A tampa da boca de lobo deverá ser de concreto armado, conforme especificação técnica, contendo furos para remoção em caso de limpeza.

Qualquer alteração deverá ser submetida à fiscalização para aprovação.

### 9. POÇOS DE VISITA

Deverão ser executados de acordo com os modelos especificados em projeto e atendendo as especificações técnicas desta municipalidade.

#### 9.1. CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

### 9.1.1. FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO TIPO PMSP.

As construções destes dispositivos serão executadas de acordo com as especificações técnicas da Prefeitura Municipal de Guarulhos: ET – BL, ET – PV.

Os serviços serão executados de acordo com as normas técnicas vigentes, especificações e os elementos técnicos fornecidos pela Prefeitura Municipal de Guarulhos, na pasta informativa desta licitação e na proposta licitada, naquilo em que não contrariar o Edital, os quais ficarão fazendo parte integrante do contrato a ser ajustado com a vencedora, independentemente de transcrições.

### 9.1.2. NORMAS DE EXECUÇÃO

a. Os poços de visita, caixas de ligação e bocas de lobo, serão construídas em alvenaria de blocos de concreto assentados com argamassa de cimento e areia 1:3 e revestidos interna e externamente com a mesma argamassa na espessura de 2 cm, desempenada e alisada a colher, obedecendo as dimensões e localizações indicadas no projeto.

b. Os poços de visita deverão ser constituídos de câmara de trabalho, chaminé de entrada e tampão de ferro fundido, conforme detalhes do projeto padrão da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

c. O fundo e o teto deverão ser em laje de concreto armado, armação de aço CA-50A e recobrimento mínimo 2,5 cm.

d. A laje de fundo deverá ser executada sobre lastro de concreto magro, com espessura mínima de 5 cm, sobre terreno firme e devidamente compactado a 95% do Proctor Normal.

e. As bocas de lobos simples e dupla, deverão ser executadas de acordo com as posições indicadas no projeto de implantação e detalhes padrões da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

f. As bocas de lobo deverão ser constituídas de caixas de inspeção em alvenaria de blocos de concreto sobre embasamento de concreto fck = 18 Mpa e laje superior de concreto armado com tampa removível e guia tipo “chapéu”.

Toda e qualquer alteração no projeto, na localização ou nos detalhes, deverão ser encaminhados pela EMPREITEIRA, para aprovação do ÓRGÃO.

## 10. PAVIMENTAÇÃO

### 10.1. ABERTURA E PREPARO DE CAIXA, INCLUINDO ESCAVAÇÃO, COMPACTAÇÃO, TRANSPORTE E PREPARO DO SUBLEITO.

#### 10.1.1. NORMAS DE EXECUÇÃO







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

- a. Os serviços de abertura de caixa e preparo de subleito consistirão na execução de trabalhos de terraplanagem, compactação e regularização, de acordo com as indicações do projeto e as recomendações estabelecidas.
- b. A terraplanagem do subleito consistirá em serviços de corte, carga, transporte, descarga e aterro indispensáveis, assim como substituição de material instável, por material apropriado de acordo com o projeto do pavimento.
- c. Os solos a serem utilizados nos aterros deverão ter características uniformes e possuir qualidades iguais ou superiores às do material previsto no projeto do pavimento; em qualquer caso, não será admitida a utilização de solos turfosos, micáceos ou que contenham substâncias orgânicas.
- d. Quando a elevação do greide se fizer em aterro com espessura inferior a 20 cm, a superfície do leito existente deverá ser previamente escarificada, de maneira a garantir uma perfeita ligação com a camada sobrejacente.
- e. Os aterros necessários para o acerto do greide e preparo do' subsolo das vias, deverão ser executados na sequência e com as seguintes especificações:
- e.1. Determinação da densidade máxima aparente seca e da umidade ótima do material a compactar, para cada 250 m<sup>3</sup> de um mesmo material;
  - e.2. Compactação do material mediante equipamentos adequados, com capacidade e em número de unidades que permitam executar os serviços dentro do prazo previsto pelo contrato;
  - e.3. Controle da densidade aparente, bem como a umidade do solo, efetuados em locais determinados de acordo com a extensão das ruas, conforme descrito a seguir:
    - Ruas até 150 m: ensaio a cada 30 m;
    - Ruas de 150 m a 350 m: um ensaio a cada 50 m;
    - Ruas com mais de 350 m: um ensaio a cada 80 m, ou ainda a critério do ÓRGÃO.
  - e.4. Um ensaio de Índice de Suporte Califórnia, com a Energia Normal, NBR-09895, para as camadas finais, para cada grupo de 10 amostras submetidas ao ensaio de compactação ou a critério da FISCALIZAÇÃO.
- f. Nos cortes, se o subleito se encontrar pouco compactado, deverá ser escarificada a camada superficial de 15 cm do material, e em seguida, compactada até ser obtida uma densidade máxima aparente do solo seco, em média, não inferior a especificada no projeto, determinada conforme os ME-7 ou ME-8, e nos pontos conforme estabelecido no item e.3.
- g. Os aterros deverão ser feitos em camadas de, no máximo, 15 cm de espessura máxima compactada. A compactação do material, em cada camada, deverá ser feita até obter-se uma densidade aparente seca, em média, não inferior a especificada no projeto.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

- h. Por ocasião do umedecimento, o material deverá ser pulverizado e misturado convenientemente, com equipamento adequado, para se obter uma distribuição da umidade tão uniforme quanto possível.
- i. Os trechos do subleito que não se apresentarem devidamente compactados deverão ser escarificados, e os materiais pulverizados, convenientemente misturados e recompactados.
- j. Em lugares inacessíveis aos equipamentos convencionais de compactação, os serviços deverão ser executados com soquetes mecânicos portáteis.
- k. Concluída a compactação do subleito, sua superfície deverá ser regularizada e posteriormente comprimida, com equipamentos apropriados, até apresentar-se lisa e isenta de partes soltas ou sulcadas.
- l. As cotas de projeto do eixo longitudinal e das bordas da seção transversal, não deverão apresentar variações superiores as estabelecidas nas IE-5 ou IE-30T.
- m. A caixa deverá ser mantida nas condições de recebimento especificadas nas instruções de execução até que se inicie a execução da camada subsequente.
- n. A aceitação final dos serviços de preparo do subleito será feita pela FISCALIZAÇÃO de acordo com a obtenção dos resultados satisfatórios dos ensaios, da verificação da "altura da caixa" e acabamento da superfície.

### 11. BASE DE BRITA GRADUADA

#### 11.1. OBJETIVO

- a. Os serviços consistem no fornecimento, carga, transporte, descarga e usinagem dos materiais britados, necessária à obtenção da brita graduada, assim como a mão-de-obra e equipamentos necessários à execução e ao controle de qualidade da camada de brita graduada de conformidade com a norma apresentada a seguir e detalhes executivos contidos no projeto.
- b. Sub-base e Base de Brita Graduada é a camada constituída de uma mistura, composta em usina, de produtos de britagem, apresentando granulometria contínua, cuja estabilização é obtida pela ação mecânica do equipamento de compactação.

#### 11.2. MATERIAIS

Todas as especificações de materiais e normas de ensaios, exceto as explicitadas nesta especificação devem satisfazer as preconizadas pela Prefeitura do Município de Guarulhos.







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

A camada de base ou sub-base de brita graduada será executada com materiais que atendam aos seguintes requisitos:

a. Os agregados utilizados, obtidos a partir da britagem e classificação de rochas sãs, deverão ser constituídos por fragmentos duros, limpos e duráveis, livres de excesso de partículas lamelares ou alongadas, macias ou de fácil desintegração, e de outras substâncias ou contaminações prejudiciais;

b. Quando submetidos à avaliação da durabilidade com solução de sulfato de sódio, em cinco ciclos, pelo método DNER-ME 89-64, os agregados utilizados deverão apresentar perdas inferiores aos seguintes limites:

- agregados graúdos: fração retida na # 4,8mm: 15%.

- agregados miúdos: fração que passa na # 4,8mm: 18%

c. Para o agregado retido na peneira de 2,00mm (nº 10) a porcentagem de desgaste no ensaio de abrasão "Los Angeles" (PMSP/SP ME-23/92) não deverá ser superior a 40%;

d. A composição granulométrica da brita graduada poderá estar enquadrada em uma das seguintes faixas:

PENEIRA DE MALHA QUADRADA	PERCENTAGEM, EM PESO, QUE PASSA		
	I	II	III
2"	100		
1 ½"	90-100	100	
1"			100
¾"	50-85	60-95	90-100
⅜"	35-65	40-75	80-100
Nº4	25-45	25-60	35-55
Nº10	18-35	15-45	
Nº40	8-22	8-25	8-25
Nº200	3-9	2-10	2-9

A porcentagem de material que passa na peneira 0,075mm (nº 200) não deverá ultrapassar a 2/3 da porcentagem que passa na peneira # 0,42 mm (nº 40);

e. Para camadas de base, a porcentagem que passa na peneira # 0,42mm (nº 40) não deverá ser inferior a 12%;

f. A diferença entre as porcentagens que passam nas peneiras # 4,8mm (nº 4) e 0,42mm (nº 40) deverá estar compreendida entre 20 e 30%;







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

- g. A fração que passa na peneira 4,8mm (nº 4) deverá apresentar o equivalente de areia, determinado pelo método DNER-ME 54-63, superior a 40%;
- h. O Índice de Suporte Califórnia, obtido através do ensaio PMSP/SP ME-09/92, com a energia intermediária, não deverá ser inferior a 80%.
- i. Para o agregado graúdo, fração retida na peneira 4,8mm (nº 4), a porcentagem de grãos de forma lamelar, obtidas nas amostras de ensaios não poderá ser superior a 20%, e a determinação da forma lamelar dos grãos é feita conforme a fórmula abaixo:
- $$I + 1,25g \geq + 6e$$
- Onde:
- I - maior dimensão de grão;
- e - afastamento mínimo de dois planos paralelos, entre os quais pode ficar contido o grão;
- g - a medida das aberturas de duas peneiras, entre as quais fica retido o grão;
- j. Impurezas - os agregados devem ser isentos de impurezas, tais como torrões.

### 11.3. EQUIPAMENTOS

O conjunto de equipamentos deverá ser inspecionado pela Fiscalização, devendo dela receber aprovação, sem o que não será dada a autorização para o início dos serviços. Caso necessário, a Fiscalização poderá exigir vistoria desses equipamentos por engenheiro mecânico ou técnico responsável.

O conjunto de equipamentos básicos para a execução da camada de brita graduada compreende as seguintes unidades:

- Instalação de britagem, própria ou de terceiros, adequadamente projetada de forma a produzir bitolas que permitam a obtenção da granulometria pretendida para a brita graduada;
- Pá-carregadeira;
- Central de mistura dotada de unidade dosadora com, no mínimo três silos, dispositivo de adição de água com controle de vazão e misturador do tipo "pugmill";
- Caminhão basculante;
- Caminhão-tanque irrigador;
- Motoniveladora pesada;
- Distribuidor de agregados autopropulsionado ou rebocável;







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

- h. Rolo compactador do tipo liso vibratório;
- i. Rolo compactador pneumático de pressão variável;
- j. Compactador portátil, manual ou mecânico;
- k. Ferramentas manuais diversas;
- l. Equipamento de laboratório para o controle tecnológico de recebimento da camada.

Outros equipamentos, desde que aprovados pelo corpo técnico da PMG e pela fiscalização, poderão ser utilizados.

**11.4. EXECUÇÃO**

**11.4.1. Condição Física da Camada de Apoio da Camada Brita Graduada**

- a. A camada sobre a qual será executada a Sub-base e Base de Brita Graduada deverá ter sido construída de acordo com as condições fixadas pela especificação de serviço da PMSP;
- b. Caso a execução da camada de Brita Graduada não seja efetuada logo após a construção da camada de apoio (camada subjacente) e, de modo especial, quando esta camada de apoio estiver exposta às chuvas devem ser efetuadas, nesta camada, as seguintes determinações:
  - Teor de umidade, que deverá ser menor do que o teor de umidade ótimo de compactação da camada, mais (hot + 3%). Se o teor de umidade for superior, a camada deverá secar até que as condições de umidade satisfaçam o limite indicado;
  - Grau de compactação, o grau deverá atender as exigências indicadas no controle de recebimento da camada executada.

As áreas nas quais o grau de compactação for inferior ao limite necessário, deverão ser reconstruídas antes da execução da camada de Brita Graduada.

**11.5. Considerações Gerais**

As seguintes recomendações de ordem geral são aplicáveis a execução da brita graduada:

- a. Não será permitida a execução dos serviços durante dias de chuva;
- b. O confinamento lateral da brita graduada é dado pela sarjeta;
- c. A camada de brita graduada deverá ser drenada através de um lastro sob a sarjeta. Este lastro deverá estar interligado à caixa receptora das "bocas de lobo" ou drenos laterais à via, a fim de permitir o escoamento d'água;







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

d. Quando se desejar camadas de sub-base ou base de espessura superior a 17cm, os serviços deverão ser executados em mais de uma camada.

### 11.6. Preparo da Superfície

- a. A superfície a receber a camada de sub-base ou base de brita graduada deverá estar perfeitamente limpa e desempenada, devendo ter recebido a prévia aprovação por parte da Fiscalização;
- b. Eventuais defeitos existentes deverão ser necessariamente reparados, antes da distribuição da brita graduada.

### 11.7. Compactação

- a. Tendo em vista a importância das condições de compactação da camada de brita graduada, recomenda-se a execução de panos experimentais, com a finalidade de definir os tipos de equipamentos de compactação e a sequência executiva mais apropriada objetivando alcançar, de forma mais eficaz, o grau de compactação especificado;
- b. A energia de compactação a ser adotada como referência para a execução da camada de Brita Graduada será, no mínimo, a da energia correspondente ao proctor intermediário (PMSP/SP ME-08/92);
- c. O teor de umidade da mistura, por ocasião da compactação da camada de brita graduada, deverá estar compreendido no intervalo de 1, 5% em relação à umidade ótima obtida no ensaio de compactação executado com a energia especificada;
- d. A compactação da camada de brita graduada será executada mediante o emprego de rolos vibratórios lisos, e de rolos pneumáticos de pressão variável;
- e. Nos trechos em tangente a compactação deverá evoluir partindo dos bordos para o eixo, e nas curvas partindo do bordo interno para o bordo externo. Em cada passada o equipamento utilizado deverá recobrir, ao menos, a metade da faixa anteriormente comprimida;
- f. Durante a compactação, se necessário, poderá ser promovido o umedecimento da superfície da camada, mediante emprego do caminhão-tanque irrigador;
- g. Eventuais manobras do equipamento de compactação, que impliquem em variações direcionais prejudiciais, deverão ocorrer fora da área de compressão;



SGRICAP2025059132DM





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

- h. A compactação da camada deverá evoluir até que se obtenha o grau de compactação mínimo de 100%, em relação à massa específica aparente seca máxima da energia especificada. O número de passadas do compactador será definido em função dos panos experimentais executados;
- i. Em lugares inacessíveis aos equipamentos de compressão, ou onde seu emprego não for recomendável, a compactação requerida será feita à custa de compactadores portáteis, manuais ou mecânicos.

### 12. BASE DE BICA CORRIDA

#### 12.1. OBJETIVO

Bica corrida é a camada de sub-base ou base composta por produtos resultantes de britagem primária de rocha sã, que em uma condição granulométrica mínima assegura estabilidade à camada, quando executada através das operações de espalhamento, homogeneização, umedecimento e compactação.

#### 12.2. MATERIAIS

##### 12.2.1. Agregado

A camada de sub-base ou base de bica corrida deve ser executada com materiais que atendam aos seguintes requisitos:

- a) os agregados utilizados obtidos a partir da britagem e classificação de rocha sã devem ser constituídos por fragmentos duros, limpos e duráveis, livres de excesso de partículas lamelares ou alongadas, macias ou de fácil desintegração, assim como de outras substâncias ou contaminações prejudiciais;
- b) desgaste no ensaio de abrasão Los Angeles, conforme NBR NM 51 (Agregado graúdo- Ensaio de Abrasão Los Angeles), inferior a 50%;
- c) equivalente de areia do agregado miúdo, conforme NBR 12052(Solo ou agregado miúdo- Determinação do equivalente de areia – Método de ensaio), superior a 55%;
- d) índice de forma superior a 0,5 e porcentagem de partículas lamelares inferior a 10%, conforme NBR 6954(Lastro- Padrão – Determinação da forma do material);
- e) a perda no ensaio de durabilidade, conforme DNER ME 089(Agregados – avaliação da durabilidade pelo emprego de soluções de sulfato de sódio ou de magnésio), em cinco ciclos, com solução de sulfato de sódio, deve ser inferior a 20%, e com sulfato de magnésio inferior a 30%.







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

**12.2.2. Granulometria**

A granulometria da bica corrida determinada conforme NBR NM 248(Agregados – Determinação da composição granulométrica) deve atender aos seguintes requisitos:

- a) a curva granulométrica de projeto bica corrida deve enquadrar-se em uma das faixas granulométricas especificadas na Tabela 1;
- b) a faixa de trabalho, definida a partir da curva granulométrica de projeto, deve obedecer à tolerância indicada para cada peneira na Tabela 1, porém sempre respeitando os limites da faixa granulométrica adotada;
- c) quando ensaiada de acordo com a NBR 9895(Solo – Índice de suporte Califórnia), na energia modificada, deve apresentar CBR igual ou superior a 100% e expansão igual ou inferior a 0,5%;
- d) a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira nº 40.

Tabela 1 – Faixas Granulométricas

Peneira de Malha Quadrada		% em Massa, Passando		TOLERÂNCIA
ASTM	Mm	A	B	
3"	76,2	100	100	
2 1/2"	63,5	90-100		±7
2"	50,0		90-100	±7
1"	25,0	65-90	70-100	±7
Nº4	4,8	35-70		±5
Nº10	2,0		25-55	±5
Nº 200	0,075	0-20	0-10	±2

**12.2.3. Equipamentos**

Antes do início dos serviços todo equipamento deve ser examinado e aprovado pelo fiscal da PMG.

O equipamento básico para a execução da sub-base ou base de bica corrida compreende as seguintes unidades:

- a) pá-carregadeira;
- b) caminhões basculantes;
- c) caminhão tanque irrigador de água,;







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

- d) motoniveladora com escarificador;
- e) rolos compactadores do tipo liso vibratório, uso eventual;
- f) rolos compactadores pneumáticos de pressão regulável;
- g) compactadores portáteis, sejam manuais ou mecânicos;
- h) duas réguas de madeira ou metal, uma de 1,20 e outra de 3,0 m de comprimento;
- i) ferramentas manuais diversas.

### 12.3. EXECUÇÃO

#### 12.3.1. Preparo da Superfície

A superfície a receber a camada de sub-base ou base de bica corrida deve estar concluída, perfeitamente limpa, isenta de pó, lama e demais agentes prejudiciais, desempenhada e com as declividades estabelecidas no projeto, além de ter recebido prévia aprovação por parte da fiscalização.

Eventuais defeitos existentes devem ser adequadamente reparados antes da distribuição da bica corrida.

#### 12.3.2. Espalhamento

A definição da espessura do material solto deve ser obtida a partir da observação criteriosa de panos experimentais previamente executados. Após a compactação, essa espessura deve permitir a obtenção da espessura definida em projeto.

Deve ser conferida especial atenção às etapas referentes à descarga, ao espalhamento e à homogeneização da umidade da bica corrida, de modo minimizar a segregação.

O espalhamento da bica corrida deve ser efetuado pela ação da motoniveladora, podendo opcionalmente ser utilizado o distribuidor de agregados a critério da empresa executante.

A espessura da camada individual acabada deve situar-se no intervalo de 10 cm, no mínimo, a 17cm, no máximo. Quando se desejar executar camadas de sub-base ou bases de maior espessura, os serviços devem ser executados em mais de uma camada, respeitando os limites mínimos e máximos definidos.

Concluído o espalhamento da bica corrida, devem ser executadas a operação de incorporação de água à camada pela ação do caminhão tanque distribuidor de água e a de revolvimento e homogeneização com a lâmina de motoniveladora.

O teor de umidade da mistura homogeneizada deve estar compreendido no intervalo de -2,0 % a +1,0 % em relação à umidade ótima obtida no ensaio de compactação, conforme NBR 7182(Ensaio de compactação), executado com a energia modificada.

A camada em execução deve receber em seguida a conformação final, preparando-a para a compactação. Eventuais correções localizadas, decorrentes de falta de material, devem ser efetuadas com a própria bica corrida.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS

### SECRETARIA DE OBRAS

A ocorrência de regiões em que se evidencie a falta de finos requer operação de salgamento pela adição de finos de britagem, irrigação e posterior compactação. Deve-se evitar o excesso de finos na superfície, que possam gerar lamelas prejudiciais ao bom desempenho da camada.

É proibida a execução de camadas de bica corrida em dias chuvosos.

#### 12.3.3. Compactação e Acabamento

Tendo em vista a importância das condições de densificação da bica corrida, recomenda-se a execução de panos experimentais, com a finalidade de definir os tipos de equipamento de compactação e a sequência executiva mais apropriada, para alcançar o grau de compactação especificado. Este procedimento deve ser repetido no caso de mudança no projeto da faixa granulométrica adotada.

A energia de compactação a ser adotada como referência para a execução da brita graduada deve ser a modificada, que deve ser adotada na determinação da densidade seca máxima e umidade ótima compactação, determinadas conforme a NBR 7182(Ensaio de compactação).

O teor de umidade da brita graduada, imediatamente antes da compactação, deve estar compreendido no intervalo de -2% a +1% em relação à umidade ótima obtida de compactação.

A compactação da bica corrida deve ser executada mediante o emprego de rolos vibratórios lisos e de rolos pneumáticos de pressão regulável.

Nos trechos em tangente, a compactação deve evoluir partindo das bordas para o eixo, e nas curvas, partindo da borda interna para borda externa. Em cada passada, o equipamento utilizado deve recobrir, ao menos, a metade da faixa anteriormente compactada.

Durante a compactação, se necessário, pode ser promovido o umedecimento da superfície da camada, mediante emprego de caminhão-tanque distribuidor de água.

As manobras do equipamento de compactação que impliquem variações direcionais prejudiciais devem ser processar fora da área de compactação.

A compactação deve evoluir até que se obtenha o grau de compactação mínimo de 100%, em relação à massa específica aparente seca máxima, obtida no ensaio de compactação NBR7182(Ensaio de compactação), na energia modificada. O número de passadas para obtenção do grau de compactação exigido será definido em função dos resultados obtidos nos panos experimentais.

Em lugares inacessíveis ao equipamento de compactação ou onde seu emprego não for recomendável, a compactação deve ser realizada à custa de compactadores portáteis, sejam manuais ou mecânicos.

Eventuais defeitos localizados observados após as operações de compactação são objeto específico de tratamento, removendo-se o material existente e substituindo-o por nova bica corrida, adequadamente submetida a processos de umedecimento e compactação.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

A imprimação da camada de bica corrida, quando prevista em projeto, deve ser realizada após a conclusão da compactação.

### 12.3.4. Abertura ao Tráfego

A sub-base ou base de bica corrida não deve ser submetida à ação do tráfego. Não deve ser executado pano muito longo, para que a camada não fique exposta à ação de intempéries que possam prejudicar sua qualidade.

## 13. BASE DE BINDER

### 13.1. OBJETIVO

A presente instrução trata da execução de uma camada de ligação ou regularização com "Binder" usinado a quente.

### 13.2. DESCRIÇÃO

O "Binder" consistirá de uma camada de mistura íntima, devidamente dosada e usinada a quente, constituída de agregado mineral graduado e material betuminoso, esparramada e comprimida a quente.

O método de construção obedecerá às seguintes operações:

- I – Preparo dos materiais;
- II – Preparo da mistura betuminosa;
- III – Pintura das superfícies de contato.
- IV – Transporte da mistura betuminosa.
- V – Esparrame, compressão e acabamento.

### 13.3. MATERIAIS

O agregado deverá apresentar granulometria de acordo com a tabela seguinte, sendo do tipo de graduação aberta ou de graduação densa conforme tenha sido especificado no projeto.

Designação da peneira		Porcentagem do material que passa	
ASTM	mm	Graduação aberta	Graduação densa
1 1/2"	38,1	100	100
1"	25,4	83-100	92-100
1/2"	12,7	40-70	64-80
nº 4	4,76	0-20	40-56
nº 8	2,38	0-5	29-44
nº 40	0,42		15-27
nº 80	0,177		10-20
nº 200	0,074		4-8







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

### **A - Pedra Britada**

A Pedra britada deverá consistir em fragmentos angulares, limpos, duros, tenazes e isentos de fragmentos moles ou alterados de fácil desintegração. Deverá apresentar boa adesividade.

### **B - Material betuminoso**

O material betuminoso deverá ser o cimento asfáltico de penetração 85 – 100 e obedecer a EM-5.

### **C - Aprovação dos materiais**

Antes de iniciada a execução dos serviços, a firma empreiteira deverá encaminhar para exame da Fiscalização amostras dos materiais a serem empregados e a dosagem da mistura.

### **D - Equipamentos**

O equipamento mínimo para a execução do "Binder" usinado a quente deverá consistir de usina misturadora, veículos para transporte da mistura, rolos compressores, acabadoras, termômetros, soquetes e pequenas ferramentas.

### **E- Usina misturadora**

Poderá ser do tipo intermitente ou contínuo.

Deverão conter as seguintes partes fundamentais: dois ou três silos frios com os respectivos alimentadores e correia transportadora, elevador frio, secador dotado de dispositivo para recuperação controlada dos finos, elevador quente, dispositivo para dosagem dos agregados aquecidos, equipamento para aquecimento indireto, dosagem e alimentação do material betuminoso, misturador e equipamentos termométricos fixados junto à descarga do secador e na linha de alimentação do asfalto.

### **F - Veículos para transporte da mistura**

Deverão ser caminhões basculantes de caçambas metálicas, providos de lonas para proteção da mistura.

### **G - Rolo compressores**

Deverão ser automotores de 2 (duas) rodas lisas em tandem, com peso compreendido entre 5 e 8 toneladas. Deverá ser exigido também o emprego de rolo compressores de 3 (três) rodas lisas com peso total compreendido entre 10 e 12 toneladas.

### **H – Acabadora**

Deverá ser automotora, promover a distribuição de qualquer classe de mistura betuminosa, tanto fria como quente, na espessura e largada desejada, nivelar e possibilitar uma superfície de rolamento suave sem ondulações e com densidade uniforme em toda sua extensão.







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

**I – Termômetro**

O termômetro deverá ser de bulbo de mercúrio com escala de 0 a 200°C e precisão de 2°C.

**J – Soquetes**

Deverão ser manuais, de qualquer tipo aprovado pela Fiscalização.

**K - Pequenas Ferramentas**

Pás, enxadas, garfos, ancinhos, etc., deverão ser empregados em quantidade suficiente para o bom andamento dos serviços.

**13.4. CONSTRUÇÃO**

**A - Preparo dos materiais.**

As frações do agregado deverão ser reunidas em proporção tal que componham o agregado de graduação especificada.

O agregado, antes de ser lançado a mistura, deverá ser secado e aquecido até os limites da temperatura de aquecimento previsto para o ligante. Em nenhum caso o agregado será introduzido a uma temperatura de mais de 15° acima da temperatura do material betuminoso.

O material betuminoso deverá ser uniformemente aquecido a temperatura de 140°C a 160°C.

A mistura deverá deixar a usina a temperatura não inferior a 135°C.

A mistura deverá ser espalhada a temperatura não inferior a 120°C.

**B - Composição da Mistura**

A composição da mistura deverá ficar entre os seguintes limites em porcentagem em peso total da mistura:.

MATERIAL	% do peso total da mistura	
	Graduação aberta	Graduação densa
Agregado mineral	95 - 96,5	93,5 - 95,5
Material betuminoso	3,5 - 5	4,5 - 6,5

**C - Preparo da mistura**

O agregado mineral e o material betuminoso, nas quantidades e temperaturas indicadas, deverão ser misturados na usina durante o tempo necessário para que todas as partículas do







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

agregado fiquem completamente envolvidas pelo aglutinante betuminoso, tempo esse que será no mínimo, de 30 segundos.

**D - Transporte da mistura**

As misturas preparadas e entregues pela usina deverão ser transportadas para a obra em caminhões já especificados no item 4.2.

As superfícies internas das básculas poderão ser levemente lubrificadas com óleo fino. Não será permitido o excesso de lubrificação nem utilização de querosene, gasolina ou produtos similares.

**E - Pintura das superfícies de contato.**

As superfícies de contato das sarjetas deverão ser pintadas com uma camada delgada de material betuminoso, como especificado na Fiscalização:

TIPOS	Temperaturas de aplicação
1 - Asfalto "Cult-Back" RC -1	27°C a 52°C
RC -2	27°C a 66°C
RC - 3	52°C a 79°C
RC - 4	66°C a 93°C
2 - Emulsão asfáltica de quebra rápida	15°C a 50°C
3 - Cimento asfáltico de penetração 150 - 200	135°C a 176°C

**F - Esparrame, compressão e acabamento.**

A mistura somente poderá ser esparramada depois da superfície subjacente ter sido aceita pela Fiscalização.

Esta aceitação, todavia, não implica em eximir a firma empreiteira das responsabilidades futuras com relação a qualquer deficiência de execução.

A mistura betuminosa deverá ser esparramada de forma tal que permita a obtenção de uma camada na espessura indicada sem novas adições.

Após o esparrame da mistura betuminosa e assim que a mesma suporte o peso do rolo deverá ser iniciada sua compressão por meio de compressores de 2 rodas lisas em tandem já especificadas. Nos casos correntes a rolagem é operada entre 80°C e 120°C.

A compressão deverá começar nos lados e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os rolos cubram uniformemente, em cada passada, pelo menos a metade da largura do







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

seu rasto da passagem anterior. Nas curvas a rolagem deverá progredir do lado mais baixo para o mais alto, paralelamente ao eixo da via e nas mesmas condições de recobrimento do rasto.

Os compressores deverão operar, nas passagens iniciais de modo que as faixas das juntas transversais ou longitudinais na largura de 15 (quinze) centímetros não sejam comprimidas; depois de esparramada a camada adjacente deverá abranger a faixa de 15 cm da camada anterior. Em seguida, a compressão deverá prosseguir até que a textura e o grau de compressão da camada se tornem uniformes e a sua superfície perfeitamente comprimida, não apresente mais sinais dos rolos.

Os compressores deverão operar numa velocidade compreendida entre 3,5 a 5 Km/h.

Para impedir adesão do aglutinante betuminoso aos rolos, estes deverão ser molhados, não sendo no entanto permitido excesso de água.

Os compressores não poderão fazer manobras sobre as camadas que estejam sofrendo rolagem.

A compressão requerida, nos lugares inacessíveis aos compressores, será executada por meio de soquetes manuais.

As depressões ou saliências que apareçam depois da rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento, regularização e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual a do material circunjacente.

### 14. IMPRIMACAO BETUMINOSA LIGANTE

#### 14.1. NORMAS DE EXECUÇÃO

- Este serviço consistirá no fornecimento e aplicação de material betuminoso sobre superfície de base asfáltica, com a finalidade de assegurar a ligação com o revestimento betuminoso utilizado como camada de rolamento.
- A execução do serviço deves obedecer às instruções e recomendações estabelecidas, normas da ABNT aplicáveis e as presentes instruções
- A escolha do material betuminoso deverá ser feita em função da capacidade de penetração e da textura do material da base, devendo ser submetido à aprovação do ORGAO.
- Todos os ensaios necessários para o recebimento do material, conforme estabelecido peia Prefeitura, deverão ser executados por empresa especializada, contratada pela EMPREITEIRA.
- Antes da execução da imprimação a EMPREITEIRA deverá realizar, com o acompanhamento da FISCALIZAÇÃO, controle da taxa de aplicação do material betuminoso (ensaio de "bandeja") e da temperatura de aplicação do material.







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

- f. A FISCALIZAÇÃO exigirá nova imprimação nos pontos onde está não for considerada satisfatória. As falhas de aplicação ou eventuais danos a estruturas adjacentes, tais como: guias, sarjetas etc., deverão ser corrigidas ou limpas as custas da EMPREITEIRA.
- g. A superfície pintada deverá ser protegida, durante todo o período de cura, até a execução da camada asfáltica sobrejacente. Em hipótese alguma a superfície pintada poderá receber a carga e a abrasão do tráfego.
- h. A aceitação dos serviços de execução da imprimação será feita pela FISCALIZAÇÃO com base no resultado dos ensaios efetuados e no reconhecimento de que foram seguidas e executadas todas as instruções apostas.

**15. IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA IMPERMEABILIZANTE**

**15.1. NORMAS DE EXECUÇÃO**

- a. Este serviço consistirá no fornecimento e aplicação de material betuminoso mantido sobre uma superfície previamente preparada com a de baixa viscosidade finalidade de impermeabilizar e dar condições de aderência entre a base e a camada sobrejacente.
- b. A escolha do material betuminoso deverá ser feita em função da capacidade de penetração e da textura do material da base, devendo ser submetido a aprovação do ORGÃO.
- c. Todos os ensaios necessários para o recebimento do material, deverão ser executados por empresa especializada, contratada pela E M P R E I T E I R A.
- d. Antes da execução da imprimação a EMPREITEIRA deverá realizar, com o acompanhamento da FISCALIZAÇÃO, controle da taxa de aplicação do material betuminoso (ensaio de "bandeja") e da temperatura de aplicação do material.
- e. A FISCALIZAÇÃO exigirá nova imprimação nos pontos onde está não for considerada satisfatória. As falhas de aplicação ou eventuais danos a estruturas adjacentes, tais como: guias, sarjetas etc., deverão ser corrigidas ou limpas as custas da EMPREITEIRA.
- f. A superfície imprimada deverá ser protegida contra danos durante pelo menos cinco dias antes de ser colocada a camada sobrejacente.
- g. A aceitação dos serviços de execução da imprimação será feita pela FISCALIZAÇÃO com base no resultado dos ensaios efetuados e no reconhecimento de que foram seguidas e executadas todas as instruções apostas.







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

- h. A superfície pintada deverá ser protegida, durante todo o período de cura, até a execução da camada asfáltica sobrejacente. Em hipótese alguma a superfície pintada poderá receber a carga e a abrasão do tráfego.

**16. REVESTIMENTO DE CONCRETO ASFÁLTICO**

**16.1. OBJETIVO**

Esta instrução descreve o processo de execução de camada de concreto asfáltico usinado a quente, empregada exclusivamente como superfície de rolamento.

**16.2. DESCRIÇÃO**

O revestimento em concreto asfáltico consistirá em uma camada de mistura íntima, devidamente dosada e usinada a quente constituída de agregado mineral graduado e material betuminoso, esparramado e comprimido a quente.

O processo de construção obedecerá às seguintes operações:

- I – Preparo dos materiais;
- II – Dosagem da Mistura;
- III – Preparo da mistura betuminosa;
- IV – Pintura das superfícies de contato;
- V – Transporte da mistura betuminosa;
- VI – Esparrame, compressão e acabamento.

**16.3. MATERIAIS**

**A - Agregado mineral**

Para efeito da presente Instrução será constituído de uma mistura de pedra britada, pó de pedra, areia e “filler” e deverá apresentar conforme for determinado no projeto a seguinte graduação:

Designação das peneiras		Porcentagem do material que passa	
ABERTURA		GRANULOMETRIA	
ASTM	mm	A	B
3/4"	19,1	100	
1/2"	12,7	95 - 100	100
3/8"	9,52		92 - 100
nº 4	4,76	60 - 80	74 - 90
nº 8	2,38	44 - 60	60 - 80
nº 40	0,42	25 - 35	30 - 50
nº 80	0,177	18 - 27	16 - 32
nº 200	0,074	6 - 12	6 - 12

**Nota:** Para ambas as graduações, a fração retida entre qualquer par de peneiras não deverá ser inferior a 4 % (quatro por cento) do total.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

Pelo menos a metade da fração que passa na peneira nº 200 deverá ser constituída de “filler” calcáreo.

### B - Pedra Britada

A pedra britada deverá consistir de fragmentos angulares, limpos, duros, tenazes, e isentos de fragmentos moles ou alterados, de fácil desintegração. Deverá apresentar boa adesividade.

### C – Areia

A areia deverá ser lavada e isenta de substâncias nocivas, tais como: argila, mica, matéria orgânica, etc.

### D - “Filler”

O “filler” deverá ser constituído de pó calcáreo, cimento “Portland” ou cal hidratada; ao ser empregado deverá estar perfeitamente seco e isento de grumos. Quando analisado granulometricamente, deverá apresentar:

Designação da peneira abertura		Porcentagem mínima de material que passa
ASTM	mm	
nº 30	0,59	100
nº 100	0,149	85
nº 200	0,074	65

### E - Material Betuminoso

O material betuminoso para efeito da presente instrução deverá ser o cimento asfáltico de penetração 50 – 60 ou 60 – 70 obtido pela refinação do petróleo e deverá obedecer a EM-5. Em casos especiais e a critério do Laboratório de Assistência e Pesquisa (LAP), poderá ser utilizado ainda o cimento asfáltico de penetração 85 – 100, para tanto, a firma empreiteira deverá apresentar o LAP, anteriormente a usinagem, o novo projeto da mistura, acompanhado da justificativa da mudança do tipo de ligante.

### F - Dosagem da mistura betuminosa e estabelecimento da fórmula de trabalho

Antes de iniciada a execução dos serviços a firma empreiteira deverá encaminhar para exame e aprovação da Fiscalização o cálculo da mistura betuminosa, indicando o teor ótimo de ligante para a mistura agregados – “filler” de acordo com o procedimento indicado pelo Método de Marshall (ME-42)







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

### **G – Equipamento**

O equipamento para a execução dos serviços de revestimento de concreto asfáltico usinado a quente deverá consistir de usina misturadora, veículos para transporte da mistura, acabadora, rolos compressores, termômetros, soquetes e pequenas ferramentas.

### **H - Usina Misturadora**

Poderá ser do tipo intermitente ou contínuo

Deverá conter além das partes fundamentais mencionadas no item 4.1.2. da IE-15, os seguintes implementos: Silos frios em número correspondente ao número de agregados a serem empregados no preparo do concreto asfáltico, silo para “filler”, dotado de dispositivo que assegure a dosagem correta deste material, depósitos de asfalto em número suficiente ao bom funcionamento da usina, sendo vedada a mistura de tipos de cimentos asfálticos de penetrações diferentes.

### **I -Veículos para transporte de mistura**

Deverão ser caminhões basculantes de caçambas metálicas providos de lona para proteção da mistura.

### **J – Acabadora**

Deverá ser automotora, promover a distribuição de qualquer tipo de mistura betuminosa na espessura e largura desejadas, nivelar e possibilitar uma superfície de rolamento lisa, suave e sem ondulações, com uma densidade uniforme em toda sua extensão.

### **K - Rolos Compressores**

Deverão ser automotores de 2 (duas) rodas lisas em tendem, com peso compreendido entre 5 e 8 toneladas.

Rolos pneumáticos com pressão regulada automaticamente poderão ser empregados.

### **L – Soquetes**

Poderão ser de qualquer tipo aprovado pela fiscalização.

### **M - Pequenas ferramentas**

Pás, enxadas, garfos, ancinhos, etc., deverão ser empregados em quantidade suficiente para o bom andamento dos serviços.

## **16.4. CONSTRUÇÃO**

### **A - Preparo dos materiais**







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

As frações do agregado deverão ser reunidas em proporção tal que componham o agregado na graduação especificada.

O agregado antes de ser lançado na mistura deverá ser secado e aquecido até os limites da temperatura de aquecimento prevista para o ligante. Em nenhum caso o agregado será introduzido a uma temperatura de mais de 15°C acima da temperatura do material betuminoso.

O material betuminoso deverá ser uniformemente aquecido a temperatura de 140°C a 160°C.

A mistura deverá deixar a usina à temperatura não inferior a 135°C.

A mistura deverá ser espalhada à temperatura não inferior a 120°C.

### Composição da Mistura

Deverá ser adotado o método Marshall (ME-42) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, que devem satisfazer os valores a seguir:

Pressão interna prevista ( 1b/pol <sup>2</sup> ) .....	100
Porcentagem de vazios.....	3 a 5
Relação betume – vazios %.....	75 a 85
Estabilidade mínima (1b).....	500
Fluência máxima ( 1/100").....	20

### B - Preparo da mistura

O agregado mineral e o material betuminoso, nas quantidades e nas temperaturas indicadas, deverão ser misturados pelo misturador durante o tempo necessário para que todas as partículas do agregado fiquem completamente envolvidas pelo aglutinante betuminoso, tempo esse que será no mínimo 30 segundos.

### C - Transporte da mistura betuminosa

As misturas preparadas e entregues pela usina deverão se transportadas para a obra em caminhões apropriados.

As superfícies internas das caixas dos caminhões poderão antes a carga, ser levemente lubrificadas com óleo fino. Não será permitido excesso de lubrificação, nem utilização de querosene, gasolina ou produtos similares.

### D - Pintura das superfícies de contato

As superfícies de contato das sarjetas deverão ser pintadas com uma camada delgada de material betuminoso, abaixo especificado, conforme determinação da Fiscalização:







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

Tipos		Temperatura de aplicação
1 - Cut-back	RC -1	27°C a 52°C
	RC -2	27°C a 66°C
	RC -3	52°C a 79°C
	RC -4	66°C a 93°C
2 - Emulsão asfáltica de quebra rápida		15°C a 50°C
3 - Cimento asfáltico de penetração 150 - 200		135°C a 176°C

**E - Esparrame, compressão e acabamento.**

A mistura betuminosa, somente, poderá ser esparramada depois da base Ter sido aceita pela Fiscalização. Esta aceitação, todavia, não implica em eximir a firma empreiteira das responsabilidades futuras a qualquer deficiência de execução.

A mistura deverá ser esparramada por acabadora de forma tal que permita, posteriormente, a obtenção de uma camada na espessura indicada pelo projeto, sem novas edições.

Após o esparrame da mistura betuminosa e assim que a mesma suporte o peso do rolo, deverá ser iniciada a sua compressão por meio de rolos compressores. Nos casos correntes a rolagem é operada entre 80°C a 120°C

A compressão deverá começar nas bordas e progredir longitudinalmente para o centro de modo que os rolos cubram uniformemente, em cada passada, pelo menos metade da largura do seu rasto da passagem anterior. Nas curvas a rolagem deverá progredir do lado mais baixo para o mais alto paralelamente ao eixo da via e nas mesmas condições para o recobrimento do rasto.

Os compressores deverão operar, nas passagens iniciadas, de modo que as faixas das juntas transversais ou longitudinais, na largura de 15 (quinze) centímetros não sejam comprimidas, depois de esparramada a camada adjacente a compressão da mesma deverá abranger a faixa de 15 cm da camada anterior.

Em seguida, a compressão deverá prosseguir até que a textura e o grau de compressão da camada se tornem uniformes e a sua superfície, perfeitamente comprimida, não apresente mais sinais de rastros dos rolos.

Os compressores deverão operar numa velocidade compreendida entre 3,5 a 5 km/h.

Para impedir adesão do aglutinante betuminoso aos rolos, estes deverão ser molhados, não sendo no entanto permitido excesso de água.

Os compressores não fazem manobra sobre as camadas que estejam sofrendo rolagem.

A compressão requerida, nos lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquetes manuais.

As depressões ou saliências que apareçam depois da rolagem, deverão ser corrigidas, pelo afrouxamento, regularização e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual a do material circunjacente.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

O rejuntamento dos tubos deverá ser feito com argamassa de cimento e areia 1:3. As juntas internas deverão ser cuidadosamente preenchidas, assentando-se a argamassa de modo a evitar ao máximo, rugosidade que altere o regime de escoamento da água. Na parte externa, além de preenchidas, estas deverão ser completado com um colar de seção triangular da mesma argamassa.

### 17. REVESTIMENTO DE CONCRETO ASFÁLTICO TIPO CBUQ

#### 17.1. OBJETIVO

Esta instrução descreve o processo de execução de camada de concreto asfáltico tipo CBUQ, empregada exclusivamente como superfície de rolamento, seguindo a Especificação Técnica do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP - ET-DE-P00/031.

#### 17.2. EXECUÇÃO

##### 17.2.1. Condições Gerais

Não é permitida a execução dos serviços em dias de chuva. O concreto asfáltico tipo CBUQ somente deve ser fabricado, transportado e aplicado quando a temperatura ambiente for superior a 10 °C.

##### 17.2.2. Preparo da Superfície

A superfície deve apresentar-se limpa, isenta de pó ou outras substâncias prejudiciais. Eventuais defeitos existentes devem ser adequadamente reparados, previamente à aplicação da mistura.

A imprimação ou pintura de ligação deve ser modificada por polímero e deve ser executada, obrigatoriamente, com a barra espargidora, respeitando os valores recomendados para taxa de ligante. Caneta ou regador podem ser utilizados somente para correções localizadas ou em locais de difícil acesso. Deve apresentar película homogênea e promover adequadas condições de aderência quando da execução do concreto asfáltico tipo CBUQ.

Quando a imprimação ou a pintura de ligação não tiverem condições satisfatórias de aderência, uma nova pintura de ligação deve ser aplicada previamente à distribuição da mistura.

No caso de desdobramento da espessura total de concreto asfáltico em duas camadas, a pintura de ligação entre estas pode ser dispensada se a execução da segunda camada ocorrer logo após a execução da primeira.

O tráfego de caminhões, para início do lançamento do concreto asfáltico tipo CBUQ, sobre a pintura de ligação, só é permitido após o rompimento e cura do ligante aplicado.

##### 17.2.3. Produção do Concreto Asfáltico CBUQ







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

O concreto asfáltico tipo CBUQ deve ser produzido em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado. A usina deve ser calibrada, de forma a assegurar a obtenção das características desejadas para a mistura.

Os agregados, principalmente os finos devem ser homogeneizados com a pá-carregadeira, antes de serem colocados nos silos frios.

As aberturas dos silos frios devem ser ajustadas de acordo com a granulometria do traço e dos agregados para evitar sobras nos silos quentes.

Os materiais devem ser misturados na seguinte ordem: agregados e filler, fibra de celulose e cimento asfáltico. O tempo de mistura a seco dos agregados e filler com a fibra de celulose deve ser de 10 segundos.

A temperatura do cimento asfáltico modificado por polímero empregado na mistura deve ser determinada para cada tipo de ligante em função da relação temperatura-viscosidade Brook - field, definida pelo fabricante. A temperatura do ligante não deve exceder a 177°C.

Variações constantes ou desvios significativos em relação à faixa de temperatura desejável indicam a necessidade de suspensão temporária do processo de produção para que sejam executados os necessários ajustes.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 5°C a 10°C acima da temperatura do cimento asfáltico, sem ultrapassar 177°C.

A carga dos caminhões deve ser feita de maneira a evitar segregação da mistura dentro da caçamba, 1º na frente, 2º na traseira e 3º no meio.

O início da produção na usina só deve ocorrer quando todo o equipamento de pista estiver em condições de uso, para evitar a demora na descarga na acabadora que pode acarretar diminuição da temperatura da mistura com prejuízo da compactação.

### 17.2.4. Transporte do Concreto Asfáltico CBUQ

O concreto asfáltico tipo CBUQ produzido deve ser transportado da usina ao local de aplicação, em caminhões basculantes, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada.

As caçambas dos veículos devem ser cobertas com lonas impermeáveis durante o transporte de forma a proteger a massa asfáltica da ação de chuvas ocasionais, da eventual contaminação por poeira e, especialmente, da perda de temperatura e queda de partículas durante o transporte. As lonas devem estar bem fixadas na dianteira para não permitir a entrada de ar entre a cobertura e a mistura, o que provoca resfriamento precoce da mistura.

O tempo máximo de permanência da mistura no caminhão é dado pelo limite de temperatura estabelecido para aplicação da massa na pista.

### 17.2.5. Distribuição da Mistura







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

A distribuição do concreto asfáltico tipo CBUQ deve ser feito por equipamentos adequados.

Deve ser assegurado, previamente ao início dos trabalhos, o aquecimento conveniente da mesa alisadora da acabadora à temperatura compatível com a da massa a ser distribuída. Deve-se observar que o sistema de aquecimento se destina exclusivamente ao aquecimento da mesa alisadora e nunca de massa asfáltica que eventualmente tenha esfriado em demasia.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada acabada, estas devem ser corrigidas de imediato pela adição manual da mistura. Seu espalhamento deve ser efetuado por meio de rodos metálicos. Esta alternativa deve ser, no entanto, minimizada, já que o excesso de reparo manual é nocivo à qualidade do serviço.

Na partida da acabadora devem ser colocadas de 2 a 3 réguas, com a espessura do empolamento previsto, onde a mesa deve ser apoiada.

A mistura deve apresentar textura uniforme, sem pontos segregados. Qualquer falha constatada na superfície deve ser sanada antes do início da compactação, com espalhamento manual.

Na descarga, o caminhão deve ser empurrado pela acabadora, não se permitindo choques ou travamento dos pneus durante a operação.

O tipo de acabadora deve ser definida em função da capacidade de produção da usina, de maneira que esta esteja continuamente em movimento, sem paralisações para esperar caminhões. A velocidade da acabadora deve estar sempre entre 2,5 m/minuto e 10,0 m/minuto.

#### **17.2.6. Compactação da Mistura**

A rolagem tem início logo após a distribuição da mistura. A fixação da temperatura de rolagem condiciona-se à natureza da massa, às características do equipamento utilizado e ao tipo de ligante. Como norma geral, deve-se iniciar a compactação na temperatura mais elevada da que a mistura asfáltica possa suportar, temperatura está fixada experimentalmente em cada caso.

A rolagem deve ser feita com rolo metálico liso tipo tandem, sem vibrar. As operações de rolagem devem atender às seguintes orientações:

- a) a compactação deve ser iniciada pelas bordas, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista;
- b) nas curvas, a compactação deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto;
- c) cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte, em pelo menos 1/3 da largura do rolo;
- d) durante a rolagem não são permitidas mudanças de direção ou inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado, ainda quente;
- e) as rodas dos rolos devem ser ligeiramente umedecidas para evitar a aderência da mistura. Podem ser utilizados os mesmos produtos indicados para a caçamba dos caminhões







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

transportadores. Se for utilizada água, esta deve ser pulverizada, não devendo escorrer pelo tambor nem acumular na superfície da camada.

### 17.2.7. Juntas

O processo de execução das juntas transversais e longitudinais deve assegurar condições de acabamento adequadas, de modo que não sejam percebidas irregularidades nas emendas.

Em rodovias de pista dupla, é recomendado o uso de duas vibro-acabadoras, de modo que os panos adjacentes sejam executados simultaneamente, tanto nas faixas da pista quanto nos acostamentos.

Em rodovias em operação, devem ser evitados degraus longitudinais muito extensos, permitindo-se no máximo o resultante de uma jornada de trabalho. Na jornada de trabalho seguinte, a aplicação da massa asfáltica deve começar no início do degrau remanescente da jornada de trabalho anterior.

No reinício dos trabalhos, deve-se realizar a compactação da emenda com o rolo perpendicular ao eixo, com 1/3 do rolo sobre o pano já compactado e os outros 2/3 sobre a massa recém aplicada.

### 17.2.8. Abertura ao Tráfego

A camada de concreto asfáltico tipo CBUQ recém-acabada deve ser liberada ao tráfego somente quando a massa atingir a temperatura ambiente.

## 18. USO DE MATERIAIS RECICLADOS

Deverá ser considerado o contido na Lei Municipal nº 6126/06, regulamentada pelo Decreto nº 25754/08, do uso preferencial de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, classificados como Classe A, mediante autorização e aprovação da fiscalização dos técnicos da Secretaria de Obras, nas obras públicas de infraestrutura como: revestimento primário de vias, camadas de pavimento, passeios e muros, artefatos, drenagem urbana e em obras de edificações como concreto, argamassas, artefatos e outros, contratadas pelo Município de Guarulhos.

Como referências ao assunto:

- ABNT NBR 15116/04: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – Utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural – Requisitos;
- ABNT NBR 15115/04: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – Execução de camadas de pavimentação – Procedimentos;
- Resolução CONAMA Nº 307/2002: Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

- Decreto Municipal nº 25754/08 e Lei 6126/06: Regulamenta o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos e dá providências correlatas.

### 19. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Os quantitativos da planilha serão meramente estimativos.

Apresentação dos preços unitários, globais e totais conforme Planilha e Orçamento apresentado. Deverão ser consideradas na composição dos serviços e respectivos preços unitários, todos os custos globais de serviço, inclusive:

A) **Mão-de-obra:** pessoal, seu transporte, alojamento, alimentação, assistência médica e social, equipamentos de proteção individual, tais como: luvas, botas, capacetes, máscaras e quaisquer outros necessários à segurança pessoal.

B) **Sinalização Viária de Obra e Tapumes de Proteção:** Toda a sinalização viária horizontal e vertical, noturna e diurna, bem como tapumes, das vias em questão são de inteira responsabilidade da contratada quanto a sua aquisição, implantação, manutenção, projeto, desmobilização e funcionalidade. Após o recebimento da Ordem de Início, a contratada deverá apresentar dentro do prazo de 72 horas um Plano de Sinalização, Iluminação e Desvio de Tráfego, que deverá ser aprovado pela Secretaria de Transportes e Trânsito - Departamento de Trânsito, para em seguida dar início à obra.

C) **Água e Energia Elétrica:** Fornecimento, operação e manutenção dos sistemas de distribuição ou geradores, para execução dos serviços.

D) **Segurança e Vigilância:** Fornecimento, operação e manutenção dos equipamentos contra fogo e todos os demais destinados à prevenção de acidentes, assim como pessoal habilitado à vigilância dos serviços.

E) **Ônus Diretos e Indiretos:** Encargos sociais e administrativos, impostos, taxas, amortizações, seguros, juros, lucros e riscos horas improdutivos de mão-de-obra e equipamentos.

F) Possíveis danos causados a terceiros (pessoas ou objetos).

G) Dispositivos de proteção a vidros, alumínio, etc.

H) Neutralização da superfície após a lavagem.

I) **Realização de Ensaio e Teste de Materiais:** As despesas com ensaios, testes, análises de materiais, etc, quando necessários e a critério da Fiscalização da Prefeitura, deverão ser feitos através da gerenciadora e seus custos deverão estar previstos na proposta.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

J) Todos os materiais necessários à execução do serviço, conforme relação em Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo.

### 20. CANTEIRO DE OBRAS

A) Deverá ser implantado Canteiro de Obras, nas proximidades do local, para acomodação das equipes de trabalho, onde deverão constar instalações sanitárias, refeitório e escritório.

B) Deverá ser mantido no canteiro de obras o Diário de Ocorrências, destinado a registrar todas as visitas que se verificarem, bem assim as ordens e providências que forem determinadas pela Fiscalização e demais registros obrigatórios estabelecidos na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

C) Constatada a existência de materiais inadequados no canteiro da obra, a Fiscalização da Prefeitura anotar no Diário de Ocorrência ou oficiará à Contratada por intermédio da Diretoria desse Departamento, nesse sentido, tendo está o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para efetuar a remoção desses materiais.

### 21. MEDIDAS DE SEGURANÇA

A Contratada ficará obrigada a adotar todas as medidas, precauções e cuidados, visando a evitar a ocorrência de danos materiais e pessoais a seus operários e a terceiros, assim como todas as medidas relacionadas com o seguro de seus empregados, contra tais danos, ficando sempre responsável pelas consequências originadas de acidentes que se verifiquem.

### 22. IRREGULARIDADE DOS SERVIÇOS

A Contratada deverá cumprir e observar os projetos e especificações técnicas prevista neste, assim como procurar a melhor técnica e as orientações da Fiscalização para os serviços eventualmente necessários e não previstos.

A) Verificadas a execução de serviços irregulares, a Fiscalização oficiará a Contratada sobre o fato, dispondo este do prazo de 15 (Quinze) dias corridos, contados do ofício, para refazer tais serviços, os quais não serão pagos enquanto não estiverem perfeitamente regularizados e/ou justificados tecnicamente.

B) Persistindo a irregularidade, após manifestação da Contratada sobre o fato oficiado, a Fiscalização deverá se manifestar podendo o caso seguir para a aplicação das penalidades previstas em contrato.

### 23. DISPOSIÇÕES GERAIS







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

A) Quaisquer serviços não inclusos neste e que porventura sejam necessários, deverão ser aprovados pela fiscalização e somente poderão ser executados após aprovação da Secretaria de Obras, mediante a elaboração de Termo de Adiantamento ao instrumento original, depois de ajustados os preços para sua execução e desde que esteja comprovada a existência de recursos próprios disponíveis.

Os preços dos serviços extracontratuais serão compostos a partir de:

- Tabela de Preços do Governo Federal - SINAPI.

Para os itens não constantes na tabela da SINAPI, utilizar:

- Tabela de Preços PMSP-SIURB / PMSP-EDIF/FDE/PINI/SISTEMAS - Pesquisa de preços de mercado.

- Tabela de Preços Unitários Serviços e Obras – DER – Departamento de Estrada de Rodagem do Estado de São Paulo.

B) É de inteira responsabilidade da Contratada, providenciar a guarda de seus equipamentos e materiais.

C) Os serviços não poderão ser interrompidos sem que haja justificativa aceita pela Prefeitura para isso.

D) Para a realização de serviços em vias públicas, o local deverá estar devidamente sinalizado. Em caso de acidentes, a Contratada será a única responsável.

E) A Contratada deverá colocar placas alusivas (Padrão PMG), em locais visíveis a serem determinados pela Fiscalização da Prefeitura.

F) A Fiscalização da Prefeitura poderá exigir da Contratada a realização dos serviços em qualquer dia e horário, sem que haja, para isso, acréscimo nos preços dos serviços.

G) Deve à contratada apresentar relatório diário, entregue semanalmente à fiscalização, e mensalmente com acompanhamento da medição e relatório fotográfico dos serviços. No final dos serviços, os relatórios deverão ser unificados e encadernados sendo entregues à Prefeitura em 02 (duas) vias. O relatório fotográfico deverá ser apresentado em tamanho A4, e o número de fotos, o necessário para documentar o desenvolvimento dos serviços desde antes do seu início até após a conclusão dos mesmos.

H) Os projetos e/ou alterações, se futuramente necessários, deverão ser:

Previamente analisados e aprovados pela Secretaria de Obras – Departamento de Infraestrutura – SO 02, pelo profissional responsável pelo projeto, na eventualidade de surgirem dúvidas ou divergências entre os desenhos, cotas do projeto e memorial, deverão ser consultados os responsáveis pela fiscalização da obra e o autor do projeto.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

I) Após a conclusão da obra, deverá ser providenciado o "As built", georeferenciado, e entregue em conjunto com a medição final, sendo este documento fundamental para conclusão do objeto.

J) Todos os serviços deverão ser executados com esmero, de acordo com o Projeto e em total observância às prescrições da ABNT e do Código do Município de Guarulhos.

### 24. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

As medições serão apresentadas pela Contratada mensalmente contemplando e discriminando os serviços realizados no período, com base nas quantidades previstas em projeto, acompanhado da memória de cálculo, levantamento topográfico e relatório fotográfico dos serviços executados.

**SINALIZAÇÃO DA OBRA:** Deverá ser apresentado o plano de trabalho para aprovação pela Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana, contendo detalhes de sinalização, garantindo completa segurança ao usuário do sistema, sendo prioridade a utilização dos dispositivos luminosos em todos os serviços executados à noite, garantindo visibilidade, acessibilidade e segurança de pedestres durante sua execução da obra.

Um cuidado especial deverá ser tomado com relação à sinalização de segurança, tal que nas proximidades da obra deverão ser colocados um sistema eficaz de sinalização vertical que alerte o motorista da existência da obra, bem como as sinalizações laterais à obra.

Quando porventura, algum equipamento tiver que pernoitar na pista, o mesmo deverá possuir em locais visíveis, faixas adesivas com alto grau de intensidade reflexiva, para que o mesmo possa ser identificado com grande facilidade.

Deverão ser colocados em toda extensão do trecho, na proporção do avanço da frente de serviço, para o caso de obras de fresagem e de recapeamento, cones de segurança na borda lateral de 10 em 10 metros, isolando-se a área de operação e a área liberada para tráfego e para o caso de obras de prolongamento das calçadas ou adequação geométrica, tapumes móveis na borda lateral, isolando a área de operação dos pedestres e veículos.

### 13. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A empresa deverá apresentar ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, do responsável técnico, referente aos serviços em questão.

Todos os profissionais deverão estar devidamente uniformizados, de tal modo a serem identificados como funcionários da empresa, munidos de EPI's, não sendo em hipótese alguma permitida a execução de serviços sem tais equipamentos.

O início dos serviços estará sujeito à emissão da respectiva Ordem de serviço pela secretaria de Obras.

Qualquer serviço que eventualmente não possua descrição deverá obedecer ao disposto nas normas brasileiras pertinentes:







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

- Responsabilizar-se pela guarda de seus materiais e ferramentas.
- Fornecer toda a orientação e acompanhamento técnico necessário à execução dos serviços.
- Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra, necessários para a execução dos serviços.
- Arcar com todas as despesas de estada, transporte e alimentação de funcionários, uniformes, bem como encargos trabalhistas.

Ficará por conta da empreiteira a providência para obtenção de água e energia elétrica para a obra, correndo por sua conta as despesas decorrentes destes serviços e de seu consumo.

Ficarão por conta da firma empreiteira todas as despesas com instalações provisórias e sinalização diurna e noturna da obra ou outras despesas de caráter geral ou legal que incida sobre o custo dos serviços. Quando a critério da Fiscalização, os serviços não se apresentarem de acordo com as presentes especificações ou com as normas de boa técnica recomendada, deverão ser refeitos, correndo todas as despesas deste procedimento por conta da empreiteira.

Correrão por conta da empreiteira todos os serviços auxiliares, necessários ao seu bom desempenho na obra.

Deverá à empreiteira, para executar os serviços que são objetos destas especificações, solicitar uma proposta de turnos de trabalho que julgar necessário. No caso de ser necessária a iluminação artificial, correrá a mesma por conta exclusiva da empreiteira, sem prejuízo da iluminação da sinalização noturna.

Na conclusão dos serviços, o local deverá estar completamente limpo, livre de materiais, entulho, barracão, etc.

A empreiteira manterá a testa dos serviços na obra, um Engenheiro preposto, idôneo que a representará integralmente, em todos os seus atos, de modo que toda comunicação feita ao preposto, será considerada como feita à empreiteira. Por outro lado, toda a medida tomada pelo preposto será considerada pela empreiteira.

Todas estas despesas deverão estar incluídas no preço dos serviços.

### 14. LOCAÇÃO DA OBRA

Caberá à empreiteira efetuar a locação da obra de acordo com as medidas e dimensões constantes nas pranchas do desenho, responsabilizando-se integralmente pela exatidão das medidas e cotas. Onde o projeto for omissivo, observar-se-á a boa técnica de construir.

A locação e o transporte de cotas deverão ser feitos com aparelho de Topografia adequado.

### 15. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE.

- A contratante fornecerá os elementos cadastrais disponíveis, se necessários;
- Os projetos Básicos e complementares disponíveis;
- Aprovação de projetos no prazo máximo de 5 dias úteis;
- Aprovação de medições no prazo máximo de 10 dias úteis.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

### 16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1998 e a lei nº 14.133/21.

- Efetuar o descarte de materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.
- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
- Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica os resíduos de obras, separando o que pode ser reaproveitado e reciclado, demonstrando os procedimentos utilizados para recolhimento adequado dos materiais;
- Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução local na execução dos serviços;
- Os materiais empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associação ao produto;
- A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com a marcas e fabricantes dos produtos, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos Impactos ambientais.

### 17. CONDIÇÕES GERAIS

O local de trabalho deverá ser mantido constantemente limpo e desimpedido de materiais ou entulhos.

Os dias de impossibilidade de trabalho devido à falta de energia elétrica ou de água, não servirão de motivo para prorrogação do prazo de execução.

Os materiais colocados na obra estarão sujeitos, em qualquer momento, à aprovação da PMG, independente de sua aplicação.

No prazo máximo de 48 horas, os materiais impugnados pela Fiscalização, deverão ser retirados do canteiro de obra.

Não será permitida no canteiro de obra a permanência de quaisquer materiais ou equipamento estranho à obra.

Os materiais caracterizados pelas suas marcas comerciais, definindo o padrão de qualidade do produto, só poderão ser substituídos por outros que preencham os mesmos padrões, comprovados por ensaios em órgãos idôneos e aprovados pela Fiscalização.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

Os serviços serão executados em estrita e total obediência aos desenhos dos projetos fornecidos ou aprovados pela Prefeitura, pelos seus setores competentes.

Os detalhes de modificações surgidas no decorrer da obra, somente poderão ser executados depois de aprovados pela Fiscalização da Prefeitura.

Nenhuma modificação deverá ser feita sem o consentimento da Fiscalização, mesmo que tal modificação influa ou não sobre o valor da construção.

A execução dos serviços contratados será fiscalizada pela Prefeitura em qualquer ocasião devendo a empreiteira submeter-se às determinações da Fiscalização a qual será representada pelo corpo técnico da Secretaria de Obras.

Fica assegurado à Fiscalização o direito de ordenar a suspensão parcial ou total das obras caso não sejam atendidas dentro de 48 horas, as reclamações feitas por motivos de defeitos essenciais na execução da obra, aplicação errada de materiais ou emprego de materiais já rejeitados, independentemente de outras penalidades que possam ser aplicadas à Empreiteira e sem que esta tenha o direito a qualquer indenização ou reclamação.

O fato da existência da Fiscalização não diminui em nada a responsabilidade integral, técnica e exclusiva da empreiteira para a obra contratada nos termos do Código Civil Brasileiro.

A Contratada deverá disponibilizar os equipamentos exigidos, pessoal, materiais e o que mais se fizer necessário para a execução integral dos serviços.

a) A Contratada deverá fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização, tais como: uniformes, coletes, botas, luvas, máscaras, óculos, faixas refletivas na indumentária e outros.

b) A Contratada deverá afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para a Prefeitura, qualquer funcionário seu que, por solicitação da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

c) Os veículos/equipamentos, ferramentas, e materiais necessários ao bom desempenho dos serviços devem estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, obrigando-se a Contratada a substituir aqueles que não atenderem a estas exigências.

d) O Uniforme, veículos e equipamentos utilizados deverão estar devidamente identificados com a logomarca da contratada.

Obs.: No caso de ocorrência de apreensão de algum veículo/equipamento, as despesas de retirada, guincho e outras correrão por conta da contratada.

e) Todos os tampões de poços de visita deverão ser nivelados, deixando a superfície do pavimento sem degraus ou ressalto que prejudiquem o conforto dos usuários.







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

**18. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

O licenciamento ambiental, quando necessário, ficará sob responsabilidade da Prefeitura de Guarulhos por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Esse anteprojeto foi elaborado mediante base cartográfica do GuarúGeo (dados georreferenciados da Prefeitura de Guarulhos), sendo que a definição das áreas objeto do projeto foram indicadas pela PMG.

A estrutura de pavimento considera um solo ( $CBR_p \geq 7\%$ ), e um carregamento de  $N=2.10^6$  para via local.

		Memória Cálculo - Estrutura Pavimento			
Município		Guarulhos			
CBRp(%)=	7,00	Concreto Asfáltico	Binder	B.G.S (CBR $\geq$ 80%)	Subbase (CBR $\geq$ 15%)
Np=	2,00E+06	K	2,00	1,70	1,00
Hest=	49,72	Espessura	3,00	4,00	
H15=	31,00	Cálculo		18,20	18,92
H20=	24,25	Espessura Adotada	5,00	5,00	18,00
					19,00

Para execução das obras serão obrigatoriamente necessário a elaboração de projetos executivos de geometria, pavimentação, drenagem, bem como realizar o levantamento topográfico, sondagens, ensaios geotécnicos e estudos hidrológicos.

A Implantação e/ou readequação de redes e ligações de água e esgoto serão realizadas pela SABESP antes da obra de pavimentação.







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

**MEMORIAL DESCRITIVO**

**OBRA:** Contratação de Empresa para Execução de Obras de Recapeamento Asfáltico, Recuperação de Pavimento e Recomposição de Guias, Sarjetas, Sarjetões e Passeios, Diversas Ruas, no Município de Guarulhos/SP.

**EXTENSÃO:** 11.689,61 m

**ÁREA TOTAL:** 105.744,69 m<sup>2</sup>

1- RUA AMAZONAS ENTRE A ESTACA 0+0,00M (AV. DOUTOR TIMÓTEO PENTEADO) E ESTACA 16+12,96M (RUA SANTO ÂNTONIO)

BAIRRO: VILA GALVÃO

EXTENSÃO: 332,96 m

ÁREA: 2.227,59 m<sup>2</sup>

2- RUA ANASTÁCIO ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. SEBASTIÃO WALTER FUSCO) E ESTACA 17+7,68M (R. ANTÔNIO JOÃO)

BAIRRO: CUMBICA

EXTENSÃO: 347,68 m

ÁREA: 3.748,86 m<sup>2</sup>

3- RUA DAMIANÓPOLIS ENTRE A ESTACA 0+0,00M (AV. DOUTOR TIMÓTEO PENTEADO) E ESTACA 22+2,66M (AV. FRANCISCO CONDE)

BAIRRO: VILA GALVÃO

EXTENSÃO: 442,66 m

ÁREA: 2.611,28 m<sup>2</sup>

4- RUA DONA DINART SANT' ANA NUNES ENTRE A ESTACA 0+0,00M (AV. NEUSA LUONGO) E ESTACA 22+9,41M (R. CRISTOVAM MARCHINI)

BAIRRO: PICANÇO

EXTENSÃO: 449,41 m

ÁREA: 2.758,88 m<sup>2</sup>

5- RUA EDMUNDO PEREIRA ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. GENEROSA MOREIRA DE ALMEIDA) E ESTACA 14+18,88M (EST. VELHA DE NAZARÉ)

BAIRRO: FORTALEZA

EXTENSÃO: 300,25 m

ÁREA: 3.042,50 m<sup>2</sup>



SGRICAP2025059132DM





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

6- RUA PARAÍBA ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. ANASTÁCIO) E ESTACA 19+4,59M (R. SARGENTO DA AERONAUTICA PLÍNIO F. GONÇALVES)

BAIRRO: CUMBICA

EXTENSÃO: 384,59 m

ÁREA: 3.781,04 m<sup>2</sup>

7- RUA SANTA GERTRUDES ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. JOSÉ MIGUEL ACKEL) E ESTACA 17+14,91M (AV. SANTA HELENA)

BAIRRO: PIMENTAS

EXTENSÃO: 354,91 m

ÁREA: 2.350,79 m<sup>2</sup>

8- AVENIDA ANTONIO BARDELLA ENTRE A ESTACA 0+00M (AVENIDA LINDOMAR GOMES DE OLIVEIRA) E ESTACA 40+17,61 (RUA SHINA)

BAIRRO: CUMBICA

EXTENSÃO: 817,61 m

ÁREA: 10.622,45 m<sup>2</sup>

9- AVENIDA GUAPÉ ENTRE A ESTACA 0+0,00M (AVENIDA CAMACAM) E ESTACA 45+11,54M (AVENIDA MARCIAL LOURENÇO SERÔDIO)

BAIRRO: SÃO JOÃO

EXTENSÃO: 911,54 m

ÁREA: 7.169,75 m<sup>2</sup>

10- AVENIDA MONTEIRO ENTRE A ESTACA 0+00M (VIA DUTRA) E ESTACA 39+2,37M (AVENIDA JUSTINO DE MAIO)

BAIRRO: CUMBICA

EXTENSÃO: 782,37 m

ÁREA: 12.987,81 m<sup>2</sup>

11- AVENIDA PAULISTANA ENTRE A ESTACA 0+0,00M (AVENIDA PURUS) E ESTACA 14+9,68M (AVENIDA SÃO FRANCISCO SALES)

BAIRRO: TABOÃO

EXTENSÃO: 289,68 m

ÁREA: 2.050,21 m<sup>2</sup>







**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

12- AVENIDA SARG DA AERONÁUTICA DAMIÃO LINS DE VASCONCELOS ENTRE A ESTACA 0+00M (AV GUARULHOS-NAZARÉ) E ESTACA 54+4,72M (2º TENENTE AVIADOR MÁRIO LUIZ FIGUEIROA)

BAIRRO: CUMBICA

EXTENSÃO: 1.084,72 m

ÁREA: 11.617,24 m²

13- RUA AFONSO CUNHA ENTRE A ESTACA 0+0,00M (AVENIDA ATALAIA DO NORTE) E ESTACA 71+10,44M (AVENIDA ANTRANIG GUEREKMEZIAN)

BAIRRO: CUMBICA

EXTENSÃO: 1.430,44 m

ÁREA: 11.090,39 m²

14- RUA AIURUOCA ENTRE A ESTACA 0+0,00M (AVENIDA PAULISTANA) E ESTACA 5+14,17M (RUA TELEMACO BORBA)

BAIRRO: TABOÃO

EXTENSÃO: 114,17 m

ÁREA: 573,79 m²

15- RUA JAIME TAVARES ENTRE A ESTACA 0+0,00M (RUA JOSÉ VILANO) E ESTACA 19+6,20M (ESTRADA MUNICIPAL)

BAIRRO: TABOÃO

EXTENSÃO: 386,20 m

ÁREA: 2.556,19 m²

16- RUA JOÃO BATISTA NOGUEIRA X RUA BAIXIO ENTRE A ESTACA 0+00M (RUA CRATO), ESTACA 43+0,00M (RUA BAIXIO), ESTACA 0+0,00M (RUA J.B. NOGUEIRA) E ESTACA 13+8,91M (RUA VITAL BRASIL)

BAIRRO: CUMBICA

EXTENSÃO: 1.128,91 m

ÁREA: 7.110,24 m²

17- AVENIDA SANTANA DA BOA VISTA ENTRE A ESTACA 0+9,19M (RUA BAIXIO) E ESTACA 13+8,98 (AVENIDA SANTOS DUMONT)

BAIRRO: CUMBICA

EXTENSÃO: 251,39 m

ÁREA: 4.312,19 m²



SGRICAP2025059132DM





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

18- RUA RAUL VALENÇA ENTRE A ESTACA 0+00M (RUA CORYPHEU DE AZEVEDO) E ESTACA 15+9,10M (RUA BELO JARDIM)

BAIRRO: VILA RIO DE JANEIRO

EXTENSÃO: 309,10 m

ÁREA: 2.287,10 m<sup>2</sup>

19- RUA ROBERTO MAGALHÃES ENTRE A ESTACA 0+00M (RUA DOS EVANGÉLICOS) E ESTACA 26+3,21M (TRECHO DE TERRA DA RUA)

BAIRRO: JARDIM FORTALEZA

EXTENSÃO: 523,21 m

ÁREA: 4.254,22 m<sup>2</sup>

20- RUA BELO JARDIM

BAIRRO: JARDIM SANTA CLARA ENTRE A ESTACA 0+0,00 (RUA VICENTE PAIVA) E ESTACA 35+12,99 (RUA DOREZÓPOLIS)

EXTENSÃO: 712,99 m

ÁREA: 5.424,51 m<sup>2</sup>

21- RUA DORES DO INDAIÁ ENTRE A ESTACA 0+00M (RUA BOM RETIRO) E ESTACA 16+14,82M (RUA RAUL VALENÇA)

BAIRRO: JARDIM SANTA CLARA

EXTENSÃO: 334,82 m

ÁREA: 3.167,66 m<sup>2</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

Tem este Memorial Descritivo por finalidade orientar e especificar a execução dos serviços e empregos dos materiais que farão parte das obras de Recapeamento em Concreto Asfáltico a ser executado em diversas ruas no município de Guarulhos – SP, conforme detalhado na tabela acima.

## 2. OBJETIVO

Contratação de Empresa para Execução de Obras de Recapeamento Asfáltico, Recuperação de Pavimento e Recomposição de Guias, Sarjetas, Sarjetões e Passeios, no Município de Guarulhos/SP.

## 3. ESCOPO DA OBRA



SGRICAP2025059132DM





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS

### SECRETARIA DE OBRAS

As obras de **recapeamento, recuperação de base e drenagem e passeios (calçadas)**, deverão ser executadas em concreto asfáltico, conforme projeto de pavimentação e seguindo as especificações técnicas elencadas abaixo.

Os serviços escopo desta contratação encontram-se quantificados conforme a Planilha de Quantitativos e Preços Máximos da PMG em anexo.

#### 4. PRELIMINARES

Os trabalhos deverão ser iniciados através da sinalização total das vias, liberando-as para serem utilizadas por máquinas e/ou equipamentos, para depósito provisório de materiais ou de terra, para canteiro de obras, etc., na medida do avanço das obras, devendo nestas ocasiões, serem tomados todos os cuidados e providências, tais como: sinalização para redirecionamento de veículos e de pessoas que transitem no local, cercas, placas de aviso, tapumes, placas de aço de pedestres e/ou veículos, etc., que sejam necessárias ou meramente de bom senso para efetivamente minimizar quaisquer riscos de acidentes.

Para início dos trabalhos deve-se prever a instalação de placas informativas do contrato, com layout fornecido pela Secretaria de Obras.

#### 5. DEMOLIÇÕES E REMANEJAMENTOS

O material proveniente das demolições será removido pela contratada, até o local determinado pela fiscalização, em um prazo máximo de 24 horas.

Os cortes executados para a demolição de pavimento asfáltico deverão ocorrer com o uso de equipamento adequado que mantenha uma aresta retilínea e uniforme, não danificando a capa asfáltica que irá permanecer.

#### 6. RECOMPOSIÇÃO / REFORMA DE SARJETAS, SARJETÕES E GUIAS

As sarjetas serão em concreto estrutural com base de material granular simples, não estrutural.

Os sarjetões deverão ser executados em concreto, nas dimensões e extensão discriminada em projeto com resistência  $f_{ck} = 25,0$  MPa, sendo utilizado brita nº 2,  $e = 0,10$  m como base.

Arrancamento de guias, remoção de sarjetas e sarjetões - serão executados conforme orientação da fiscalização, que indicará o local a ser depositado. No preço deve estar incluído arrancamento, carga, transporte, descarga.

Levantamento ou rebaixamento de Tampões de Poços de Visita ou Registro D'Água - deverão ser executados quando necessário, conforme orientação da fiscalização.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

Deverá ser utilizado sempre que exigido pela fiscalização, a colocação de chapa metálica grampeada, nas intervenções em vias e inclusive calçadas, que tragam riscos ou transtornos aos usuários.

### 7. RECOMPOSIÇÃO / RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO

#### 7.1. IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA (Impermeabilizante e Ligante).

- **Função na Estrutura:** Usada para impermeabilizar as sub-bases de macadame hidráulico e brita graduada.

- **Descrição:** Imprimação betuminosa é a distribuição de material betuminoso apropriado, sobre uma superfície limpa e seca, com equipamento adequado à perfeita distribuição.

- Materiais:

Tipo de imprimação	Material Betuminoso	Taxa de Aplicação
Impermeabilizante	CM-30	0,8 a 1,2 l/m <sup>2</sup>
Ligante	RR-1C; RR-2C;	0,4 a 0,8 l/m <sup>2</sup>

a) **Imprimação Impermeabilizante:** A escolha do material betuminoso adequado deverá ser feita em função da textura e natureza do material da camada a ser imprimada. Indica-se a utilização da CM-30. Conforme o caso poderá ser utilizado a Emulsão RR-2C

b) **Imprimação ligante:** Poderão ser empregados os seguintes ligantes betuminosos:

- Emulsão catiônica RR-2C

c) **Corretivos de adesividade:** Quando o agregado da camada a imprimir não apresentar resultados satisfatórios nos testes de adesividade ao material betuminoso da imprimação, deverá ser misturado aditivo na porcentagem necessária.

#### 7.2 - REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE.

a) **Função Estrutural:** É a camada superior da estrutura destinada a receber diretamente a ação do tráfego.

Sua composição deverá resultar em uma mistura betuminosa que proporcione ao tráfego segurança e conforto, mesmo sob condições climáticas e geométricas adversas.

b) **Descrição:** É uma mistura betuminosa usinada a quente (CBUQ), que após sua aplicação adequada deverá apresentar estabilidade e flexibilidade compatíveis com o funcionamento elástico da estrutura e rugosidade superficial adequada.

Neste serviço estão incluídos: o fornecimento, carga, transporte e descarga, usinagem dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução e controle de qualidade da camada de revestimento.

c) **Materiais:** Todo material a ser empregado deverá ser previamente aprovado pela fiscalização da PMG.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

**Material Betuminoso** - Deverá ser empregado cimentos asfálticos CAP 30/45 ou CAP50/70.

**Agregados** - o agregado graúdo deverá ser de pedra britada com fragmentos duráveis, livres de torrões de argila e de substâncias nocivas, devendo ser submetido aos ensaios de desgaste Los Angeles (valor máximo tolerado de 30%) e de durabilidade com sulfato de sódio (perda inferior a 12% em 5 ciclos).

**Agregado miúdo** - poderá ser areia, pó de pedra, ou mistura de ambos, sendo que suas partículas deverão ser resistentes e com moderada angulosidade.

**Material de enchimento (filler)** - deverá ser constituído de materiais minerais finamente divididos, inertes em relação aos demais componentes da mistura, não plásticos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós-calcários, etc.

**d) Mistura e Transporte:** A produção do concreto betuminoso deverá ser efetuada em usina apropriada.

A mistura não deverá apresentar torrões de argila nem matéria orgânica superior a 0,5%.

Os fragmentos moles ou alterados não devem ultrapassar 2% do peso da mistura.

O concreto betuminoso deverá ser transportado da usina para o local de aplicação em veículos basculantes apropriados. Cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

As misturas de concreto betuminoso devem ser distribuídas somente quando a temperatura ambiente se encontrar acima de 10° C.

**e) Aplicação de CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente):** Com vibro-acabadora de mesa vibratória com panos de no máximo 50 metros lineares, visando executar as emendas laterais com a massa ainda quente. O material retirado em excesso pelos rasteiros não poderá ser reaplicado no pano. Deverá ser controlada a altura de saída da mesa pelo dispositivo eletrônico visando a não formação de depressões e/ou concavidades.

A massa não poderá ser aplicada em temperaturas abaixo de 140° para massa comum e 160° para massa com polímero.

**f) Controle Tecnológico:** Todos os materiais aplicados na mistura deverão ser examinados em laboratório e satisfazerem as especificações em vigor.

Deverão ser efetuados os seguintes controles:

- Controle de qualidade do material betuminoso
- Controle de qualidade dos agregados
- Controle de qualidade de ligante na mistura
- Controle de graduação da mistura de agregados
- Controle das características Marshall da mistura
- Controle de compressão
- Controle de espessura
- Controle de acabamento da mistura.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

Obs.: O Laudo Técnico de Controle Tecnológico, bem como os resultados dos ensaios deverá ser entregue juntamente com o último boletim de medição.

### 8. FRESAGEM DE PAVIMENTO A FRIO.

**8.1. Equipamentos:** Para execução destes serviços, deverão ser utilizados equipamentos que garantam, no mínimo, as especificações descritas neste anexo.

A unidade fresadora deverá ser autopropelida, dotada de sistema de comando e tração hidrostático, equipada com unidade fresadora a transportadora, com capacidade de despejo direto sobre a caçamba do caminhão basculante.

Deverá possibilitar cortes em ângulo transversal de até 5 (cinco) graus, à esquerda e à direita.

Deverá efetuar cortes homogeneamente desempenados e sem falhas.

O caminhão pipa deverá possuir dispositivos que proporcionem jatos de água para limpeza da pista, além da unidade espargidora.

O caminhão basculante deverá ter a capacidade mínima de 5m³, de caçamba.

Deverá ter e ser mantida constantemente uma lona que impeçam a fuga de materiais sobre as bordas da caçamba.

Deverá ter a tampa do basculante sem defeitos para que não haja fuga de materiais durante o transporte.

**8.2. Serviços de fresagem:** A profundidade de corte deverá ser constante com relação ao greide original, salvo em trechos e pontos onde seja constatada a necessidade de correção do greide ou das seções longitudinais ou transversais, a espessura de fresagem será de acordo com projeto.

**Varredura:** Imediatamente após a operação de corte, a superfície de corte deverá ser convenientemente varrida, assim como suas bordas, removendo-se, desta forma, todas as partículas desagregadas.

A faixa da pista escarificada deverá ser isolada do trânsito de veículos até que o processo de limpeza seja completado, com a lavagem através de jatos de água sob pressão.

**8.3. Cuidados complementares:** No decorrer dos serviços, deverão ser observados alguns cuidados que refletirão na qualidade final da obra, bem como na segurança geral da obra, entre os quais:

Vistoria das áreas fresadas antes do recapeamento das pistas, todo o trecho já fresado deverá sofrer uma vistoria com o objetivo de identificar os pontos com materiais soltos ou que apresentem defeitos. Esses pontos deverão ser corrigidos de maneira a dar uma homogeneidade na qualidade, bem como propiciar mais longevidade ao novo pavimento.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

**8.4. Redes de serviços públicos:** Deverão ser observados os cuidados com as redes de serviços públicos, tais como: poços de visitas e sarjetas. Por ocasião da fresagem, deve se tomar os devidos cuidados para não as danificar, assim como para evitar que se criem degraus que possam provocar acidentes com os usuários do sistema viário.

Os serviços de recapeamento asfáltico deverão ser executados, sempre que possível, após a execução dos serviços de manutenção ou reconstrução de guias, sarjetas e sarjetões.

**OBS.: O MATERIAL RESULTANTE DA FRESAGEM SERÁ REAPROVEITADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS, E PARA TANTO O MESMO SERÁ DEPOSITADO EM ÁREA PREVIAMENTE DETERMINADA PELA SECRETARIA DE OBRAS.**

### 9. BASE DE MATERIAL FRESADO COM ESPUMA DE ASFALTO

Os serviços consistem no fornecimento, carga, transporte, descarga, usinagem, mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à execução e controle de qualidade da camada de Base de Material Fresado com Espuma de Asfalto.

A Base de Material Fresado com Espuma de Asfalto é uma mistura reciclada a frio obtida em usina que utiliza como agregado material proveniente da fresagem de pavimentos asfálticos (RAP – Reclaimed Asphalt Pavement) - em uma porcentagem mínima de 75% em relação à massa total de agregados e filler - agregados adicionais provenientes de britagem, pó calcário, cal hidratada, cimento Portland, ou outro filler, cimento asfáltico de petróleo (CAP) sob forma de espuma (Espuma de Asfalto) e água em proporções previamente determinadas em laboratório pelo ensaio Proctor, misturada, espalhada e compactada, de forma a compor uma nova camada de base do pavimento e executada em conformidade com a presente instrução.

A camada de base constituída por material fresado com espuma de asfalto deverá ser empregada em vias que apresentam  $N_{CARACTERÍSTICO} = 10^5$  repetições de carga do eixo padrão de 80kN no período de projeto.

Com base na norma do DNIT – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes DNER ES-405/2000 e na ET-DE-P00/033 do Departamento de Estradas de Rodagem/SP:

Espuma de Asfalto é o estado temporário obtido a partir da injeção de ar sob pressão e pequena quantidade de água no cimento asfáltico de petróleo (CAP) aquecido à temperatura definida pelo fabricante do equipamento de reciclagem como a mais adequada para o tipo de CAP selecionado para a execução da obra, o que ocasiona forte expansão do ligante. Nesta condição, o produto é trabalhável à temperatura ambiente.

Taxa de Expansão é a relação entre o volume máximo do cimento asfáltico de petróleo no estado de “espuma” e o volume do cimento asfáltico de petróleo remanescente, após a espuma estar completamente assente.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

### Materiais

#### Cimento asfáltico de petróleo

Os ligantes asfálticos deverão ser cimento asfáltico de petróleo do tipo CAP-50/70 ou CAP-85/100 atendendo às exigências contidas na norma da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis em vigor. Todo carregamento de ligante asfáltico que chegar à obra deve apresentar certificado de análise, além de trazer indicação clara da procedência, tipo e quantidade do conteúdo e distância de transporte entre a refinaria/fornecedor e a usina. A temperatura de aquecimento do ligante asfáltico para espumação deverá ser definida pelo fabricante da usina como a mais adequada para cada tipo de ligante, limitada ao máximo de 175° C.

#### Espuma de asfalto

A espuma de asfalto deve ser adequada em termos de expansão, meia vida e fluidez, para permitir uma mistura reciclada homogênea e possibilitando boa trabalhabilidade em temperatura ambiente. Durante a execução da camada de Base de Material Fresado com Espuma de Asfalto, a meia-vida e a taxa de expansão devem respeitar os limites indicados na dosagem da mistura pelo fabricante.

#### Material fresado

O material fresado será constituído em sua totalidade de material resultante do processo de fresagem de camadas de pavimentos asfálticos. O material fresado para fins de execução de camada de mistura reciclada com espuma de asfalto deverá ser isento de materiais indesejáveis (plásticos, papéis/papelões, borrachas, vidros, gesso etc.) ou nocivos ao meio ambiente ou à saúde do trabalhador (produtos químicos, amianto, etc). O material fresado deverá ser estocado em área coberta e drenada, de forma a evitar excesso de umidade.

### Agregados

#### Agregado Graúdo

O agregado graúdo, assim considerado o material retido na peneira de 4,8 mm (nº 4), será constituído por produtos de britagem provenientes de rochas sãs (granitos, gnaisses, basalto, etc), apresentando partículas limpas e duráveis, livres de torrões de argila e outras substâncias nocivas, atendendo aos seguintes requisitos:

- Quando submetidos à avaliação da durabilidade com solução de sulfato de sódio, em cinco ciclos (método DNER-ME 89/94), os agregados deverão apresentar perdas inferiores a 12%;
- Para o agregado retido na peneira de 2,0 mm (nº 10), a porcentagem de desgaste no ensaio de abrasão "Los Angeles" (PMSP/SIURB ME-23/92) não deverá ser superior a 40%;







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

- c) Deve apresentar boa adesividade com material asfáltico (PMSP/SIURB ME- 24/92). Caso isto não ocorra, deve ser empregado um melhorador de adesividade;
- d) Deve apresentar índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086/94) e porcentagem de partículas lamelares não superior a 10% (ABNT NBR 6954).
- e) O equivalente de areia (PMSP/SIURB ME-12/92) de cada fração componente do agregado miúdo (pó-de-pedra e/ou areia) deverá ser igual ou superior a 55%;
- f) É vetado o emprego de areia proveniente de cavas e/ou barrancas de rio, sem o devido beneficiamento. Sua utilização só será possível após análises e liberações pela Fiscalização.

### Material de enchimento (Filer)

O material de enchimento deverá ser constituído pela parte fina do pó-de-pedra, cimento Portland, cal hidratada ou pó-calcário. Quando da aplicação, o filer deverá estar seco e isento de grumos.

### Mistura Reciclada

O material fresado deve ser corrigido com adição de agregados virgens para que sua curva granulométrica seja contínua e bem graduada, obedecendo as faixas granulométricas.

- a) a mistura deve possuir um mínimo de 5% de finos passantes na peneira nº 200, para que a espuma se disperse convenientemente na mistura;
- b) no caso de uso de cimento como filer, a porcentagem deve ser preferencialmente 1%, e no máximo 2%;
- c) o teor de asfalto a ser utilizado deve ser determinado no laboratório, tendo como referência a faixa de 2% a 4%;
- d) a quantidade de água adicionada ao asfalto, usualmente está compreendida entre 1% e 2%, sobre o peso do asfalto, respeitando os valores mínimos para taxa de expansão e meia-vida indicados no projeto de mistura, que deverá ser fornecido pelo contratado;
- e) a mistura deve apresentar resistência média à tração indireta seca mínima de 0,28 MPa (3 corpos-de-prova para o cálculo da média) e resistência média à tração indireta saturada mínima de 0,20 MPa (3 corpos-de-prova para o cálculo da média). Estas resistências devem ser obtidas a 25°C por meio do ensaio de compressão diametral (DNER ME 138/94) dos corpos-de-prova Marshall moldados com 50 golpes por face. Todos os corpos-de-prova após moldagem deverão ser colocados pelo período de 72 horas em estufa a 60°C. Após permanência em estufa, os corpos-de-prova devem ser retirados da mesma e resfriados até a temperatura de equilíbrio de 25°C para então serem submetidos ao ensaio de ruptura por tração por compressão diametral – o valor de







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

resistência à tração obtido é chamado de resistência à tração indireta seca. A média de resistências de três corpos-de-prova é denominada resistência média à tração indireta seca.

Outro conjunto de corpos-de-prova moldados e mantidos em estufa nas mesmas condições que a anterior, serão levados ao condicionamento constituído por imersão dos corpos-de-prova por 24 horas em água a 60°C. Após retirada do banho e retirada da umidade em excesso da superfície dos corpos-de-prova, o conjunto formado por pelo menos 3 corpos-de-prova deverá ser levado ao ensaio de resistência à tração por compressão diametral a 25°C. O valor de resistência à tração obtido é chamado de resistência à tração indireta saturada. A média de resistências de três corpos-de-prova é denominada resistência média à tração indireta saturada.

f) a mistura deve apresentar relação de resistências - definida como a relação entre a resistência média à tração indireta saturada e a resistência média à tração indireta seca - de no mínimo 70%; Para definição do projeto de mistura e porcentagem dos agregados adicionais é necessário que seja feita uma dosagem criteriosa da granulometria dos materiais e do teor de betume. É fundamental que a coleta de amostras seja executada de forma a cobrir as possíveis variações dos materiais fresados disponíveis.

A dosagem da mistura reciclada - a ser fornecida pelo contratado - deve indicar as seguintes características:

- Composição granulométrica de projeto e faixa de trabalho;
- Cimento asfáltico de petróleo a ser utilizado;
- Teor do cimento asfáltico de petróleo a ser adicionado na mistura para formação da espuma, bem como a porcentagem de água necessária;
- Temperatura de aquecimento do cimento asfáltico de petróleo;
- Umidade ótima da mistura reciclada;
- Massa específica aparente seca máxima da mistura reciclada;
- Energia de compactação especificada (no mínimo Proctor Intermediário);
- Taxa de expansão e meia-vida;
- Resistência média à tração indireta, para as condições seca e saturada;
- Relação de resistências.

### 10. REFORMA / RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E PASSEIO (CALÇADA).

**10.1. Levantamento ou rebaixamento de tampão de poços de visita:** A execução do levantamento ou rebaixamento do tampão do poço de visita deverá manter as características originais do PV.

A laje superior deverá, a critério da fiscalização, ser substituída e apresentar dimensões mínimas de armadura.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS

### SECRETARIA DE OBRAS

A laje superior apresentará abertura de diâmetro de 0,60cm, para possibilitar o acesso de pessoas para a manutenção e limpeza.

A chaminé de acesso terá diâmetro interno igual à abertura da laje superior, executada com tijolo maciço de concreto, sendo a espessura da parede igual a 0,20 m.

Sob a chaminé de acesso deverá ser implantado anel e tampão de ferro fundido tipo T- 240.

**10.2. Passeio (calçada):** Será executado em concreto moldado in loco fck 20mpa, com lançamento e adensamento. Cabendo a empresa vencedora a responsabilidade pelo controle de qualidade e a providência de todos os equipamentos e instalações que se fizerem necessária.

Deverá ser executado junta de dilatação com material plástico a cada metro como acabamento convencional não armado.

### 11. USO DE MATERIAIS RECICLADOS

Deverá ser considerado o contido na Lei Municipal nº 6126/06, regulamentada pelo Decreto nº 25754/08, do uso preferencial de agregados reciclados, oriundos de resíduos sólidos da construção civil, classificados como Classe A, mediante autorização e aprovação da fiscalização dos técnicos da Secretaria de Obras, nas obras públicas de infraestrutura como: revestimento primário de vias, camadas de pavimento, passeios e muros, artefatos, drenagem urbana e em obras de edificações como concreto, argamassas, artefatos e outros, contratadas pelo Município de Guarulhos. Como referências ao assunto:

- ABNT NBR 15116/04: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – Utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural – Requisitos;
- ABNT NBR 15115/04: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – Execução de camadas de pavimentação – Procedimentos;
- Resolução CONAMA Nº 307/2002: Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Decreto Municipal nº 25754/08 e Lei 6126/06: Regulamenta o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos e dá providências correlatas.

### 12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO.

As medições serão apresentadas pela Contratada mensalmente contemplando e discriminando os serviços realizados no período, com base nas quantidades previstas em projeto, acompanhado da memória de cálculo, levantamento topográfico e relatório fotográfico dos serviços executados.

**SINALIZAÇÃO DA OBRA:** Deverá ser apresentado o plano de trabalho para aprovação pela Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana, contendo detalhes de sinalização, garantindo completa segurança ao usuário do sistema, sendo prioridade a utilização dos dispositivos luminosos







## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS**

### **SECRETARIA DE OBRAS**

em todos os serviços executados à noite, garantindo visibilidade, acessibilidade e segurança de pedestres durante sua execução da obra.

Um cuidado especial deverá ser tomado com relação à sinalização de segurança, tal que nas proximidades da obra deverão ser colocados um sistema eficaz de sinalização vertical que alerte o motorista da existência da obra, bem como as sinalizações laterais à obra.

Quando porventura, algum equipamento tiver que pernoitar na pista, o mesmo deverá possuir em locais visíveis, faixas adesivas com alto grau de intensidade reflexiva, para que o mesmo possa ser identificado com grande facilidade.

Deverão ser colocados em toda extensão do trecho, na proporção do avanço da frente de serviço, para o caso de obras de fresagem e de recapeamento, cones de segurança na borda lateral de 10 em 10 metros, isolando-se a área de operação e a área liberada para tráfego e para o caso de obras de prolongamento das calçadas ou adequação geométrica, tapumes móveis na borda lateral, isolando a área de operação dos pedestres e veículos.

### **13. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.**

A empresa deverá apresentar ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, do responsável técnico, referente aos serviços em questão.

Todos os profissionais deverão estar devidamente uniformizados, de tal modo a serem identificados como funcionários da empresa, munidos de EPI's, não sendo em hipótese alguma permitida a execução de serviços sem tais equipamentos.

O início dos serviços estará sujeito à emissão da respectiva Ordem de serviço pela secretaria de Obras.

Qualquer serviço que eventualmente não possua descrição deverá obedecer ao disposto nas normas brasileiras pertinentes:

- Responsabilizar-se pela guarda de seus materiais e ferramentas.
- Fornecer toda a orientação e acompanhamento técnico necessário à execução dos serviços.
- Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra, necessários para a execução dos serviços.
- Arcar com todas as despesas de estada, transporte e alimentação de funcionários, uniformes, bem como encargos trabalhistas.

Ficará por conta da empreiteira a providência para obtenção de água e energia elétrica para a obra, correndo por sua conta as despesas decorrentes destes serviços e de seu consumo.

Ficarão por conta da firma empreiteira todas as despesas com instalações provisórias e sinalização diurna e noturna da obra ou outras despesas de caráter geral ou legal que incida sobre o custo dos serviços. Quando a critério da Fiscalização, os serviços não se apresentarem de acordo com as presentes especificações ou com as normas de boa técnica recomendada, deverão ser refeitos, correndo todas as despesas deste procedimento por conta da empreiteira.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

Correrão por conta da empreiteira todos os serviços auxiliares, necessários ao seu bom desempenho na obra.

Deverá à empreiteira, para executar os serviços que são objetos destas especificações, solicitar uma proposta de turnos de trabalho que julgar necessário. No caso de ser necessária a iluminação artificial, correrá a mesma por conta exclusiva da empreiteira, sem prejuízo da iluminação da sinalização noturna.

Na conclusão dos serviços, o local deverá estar completamente limpo, livre de materiais, entulho, barracão, etc.

A empreiteira manterá a testa dos serviços na obra, um Engenheiro preposto, idôneo que a representará integralmente, em todos os seus atos, de modo que toda comunicação feita ao preposto, será considerada como feita à empreiteira. Por outro lado, toda a medida tomada pelo preposto será considerada pela empreiteira.

Todas estas despesas deverão estar incluídas no preço dos serviços.

### 14. LOCAÇÃO DA OBRA.

Caberá à empreiteira efetuar a locação da obra de acordo com as medidas e dimensões constantes nas pranchas do desenho, responsabilizando-se integralmente pela exatidão das medidas e cotas. Onde o projeto for omissivo, observar-se-á a boa técnica de construir.

A locação e o transporte de cotas deverão ser feitos com aparelho de Topografia adequado.

### 15. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE.

- A contratante fornecerá os elementos cadastrais disponíveis, se necessários;
- Os projetos Básicos e complementares disponíveis;
- Aprovação de projetos no prazo máximo de 5 dias úteis;
- Aprovação de medições no prazo máximo de 10 dias úteis.

### 16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1998 e a lei nº 14.133/21.

- Efetuar o descarte de materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.
- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
- Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

- Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica os resíduos de obras, separando o que pode ser reaproveitado e reciclado, demonstrando os procedimentos utilizados para recolhimento adequado dos materiais;
- Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução local na execução dos serviços;
- Os materiais empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associação ao produto;
- A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com a marcas e fabricantes dos produtos, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos Impactos ambientais.

### 17. CONDIÇÕES GERAIS

O local de trabalho deverá ser mantido constantemente limpo e desimpedido de materiais ou entulhos.

Os dias de impossibilidade de trabalho devido à falta de energia elétrica ou de água, não servirão de motivo para prorrogação do prazo de execução.

Os materiais colocados na obra estarão sujeitos, em qualquer momento, à aprovação da PMG, independente de sua aplicação.

No prazo máximo de 48 horas, os materiais impugnados pela Fiscalização, deverão ser retirados do canteiro de obra.

Não será permitida no canteiro de obra a permanência de quaisquer materiais ou equipamento estranho à obra.

Os materiais caracterizados pelas suas marcas comerciais, definindo o padrão de qualidade do produto, só poderão ser substituídos por outros que preencham os mesmos padrões, comprovados por ensaios em órgãos idôneos e aprovados pela Fiscalização.

Os serviços serão executados em estrita e total obediência aos desenhos dos projetos fornecidos ou aprovados pela Prefeitura, pelos seus setores competentes.

Os detalhes de modificações surgidas no decorrer da obra, somente poderão ser executados depois de aprovados pela Fiscalização da Prefeitura.

Nenhuma modificação deverá ser feita sem o consentimento da Fiscalização, mesmo que tal modificação influa ou não sobre o valor da construção.

A execução dos serviços contratados será fiscalizada pela Prefeitura em qualquer ocasião devendo a empreiteira submeter-se às determinações da Fiscalização a qual será representada pelo corpo técnico da Secretaria de Obras.







## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS

Fica assegurado à Fiscalização o direito de ordenar a suspensão parcial ou total das obras caso não sejam atendidas dentro de 48 horas, as reclamações feitas por motivos de defeitos essenciais na execução da obra, aplicação errada de materiais ou emprego de materiais já rejeitados, independentemente de outras penalidades que possam ser aplicadas à Empreiteira e sem que esta tenha o direito a qualquer indenização ou reclamação.

O fato da existência da Fiscalização não diminui em nada a responsabilidade integral, técnica e exclusiva da empreiteira para a obra contratada nos termos do Código Civil Brasileiro.

A Contratada deverá disponibilizar os equipamentos exigidos, pessoal, materiais e o que mais se fizer necessário para a execução integral dos serviços.

- a) A Contratada deverá fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização, tais como: uniformes, coletes, botas, luvas, máscaras, óculos, faixas refletivas na indumentária e outros.
- b) A Contratada deverá afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para a Prefeitura, qualquer funcionário seu que, por solicitação da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.
- c) Os veículos/equipamentos, ferramentas, e materiais necessários ao bom desempenho dos serviços devem estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, obrigando-se a Contratada a substituir aqueles que não atenderem a estas exigências.
- d) O Uniforme, veículos e equipamentos utilizados deverão estar devidamente identificados com a logomarca da contratada.

Obs.: No caso de ocorrência de apreensão de algum veículo/equipamento, as despesas de retirada, guincho e outras correrão por conta da contratada.

- e) Todos os tampões de poços de visita deverão ser nivelados, deixando a superfície do pavimento sem degraus ou ressalto que prejudiquem o conforto dos usuários.

### 18. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os trabalhos deverão ser realizados rigorosamente de acordo com o Projeto Básico, desenhos, listas de materiais e especificações técnicas, aprovados pela SECRETARIA DE OBRAS, bem como as Normas e Especificações Técnicas Brasileiras vigentes.

Também será fornecido pela SECRETARIA DE OBRAS, cronograma físico-financeiro estimativo de trabalho, quando da emissão da respectiva O.S. (Ordem de Serviço), que deverá ser consolidado ou modificado pela Contratada de acordo com seu plano de ataque às obras e, nestas condições, submetido à aprovação da Secretaria de Obras.







Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO III**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**e**

### **PROJETO BÁSICO**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA  
Divisão Técnica de Projetos de Pavimentação e Microdrenagem

## TERMO DE REFERÊNCIA\_CONTRATAÇÃO

### 1. Fundamento

A elaboração do presente instrumento tem como base os levantamentos e estudos realizados através do Estudo Técnico Preliminar 3606551 atendendo aos critérios técnicos e normas vigentes.

### 2. Objeto:

DEMANDA 90348- - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PASSEIO DE CONCRETO NA AVENIDA LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO E OUTRAS, NO MUNICÍPIO DE GUARULHOS/SP

### 3. Justificativa da necessidade da contratação

A contratação de empresa especializada para execução das obras de **pavimentação em 6 (seis) vias, recapeamento em 21 (vinte e uma) vias**, além da implantação de **guias, sarjetas, sarjetões, drenagem e passeios** em todas as **27 (vinte e sete) vias** do Município de Guarulhos/SP, mostra-se necessária por representar a solução mais adequada do mercado, trazendo melhorias significativas às condições de infraestrutura e acessibilidade. Tal medida atende, sobretudo, às comunidades mais carentes, que enfrentam dificuldades de mobilidade.

A necessidade da contratação decorre da importância de promover o **dimensionamento correto das camadas de pavimento**, em conformidade com as especificidades técnicas, garantindo que suportem as solicitações impostas pelo tráfego ao longo do tempo, preservando o conforto e a segurança dos usuários. Ademais, as redes e dispositivos de drenagem deverão contemplar as melhores alternativas para o escoamento das águas pluviais sobre as pistas e, quando aplicável, das contribuições provenientes de áreas adjacentes.

A execução das obras de pavimentação, recapeamento e drenagem por empresa especializada visa beneficiar diretamente os munícipes e o comércio local, proporcionando melhorias nas condições de tráfego, rolamento, transporte e escoamento de materiais. Além disso, contribuirá para o **conforto, modernização das vias urbanas, valorização das áreas e elevação da qualidade de vida**, atendendo às políticas públicas municipais e assegurando maior eficiência dos empreendimentos, com qualidade e desenvolvimento sustentável.

### 4. Quantidade:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CATSERV
<b>1</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>			<b>13572</b>
1.1	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	90,00	
1.2	CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITÓRIO, COM 1 SANITÁRIO, COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS	Un x Mês	8,00	
1.3	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	UNMES	8,00	
<b>2</b>	<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>			<b>3805</b>
2.1	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M2	1.471,15	
2.2	CARGA E REMOÇÃO DE TERRA ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE 1,0KM COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3	M3	785,87	
2.3	REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM COM CAMINHÃO DE 14 M3	M3XKM	16.220,22	
2.4	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	M2	335,27	
2.5	Escavação e carga mecanizada em solo de 1ª categoria, em campo aberto	M3	117,34	
2.6	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	T	125,73	
<b>3</b>	<b>PASSEIO</b>			<b>5450</b>
3.1	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	M3	162,26	
3.2	CARGA E REMOÇÃO DE ENTULHO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	162,26	
3.3	REMOÇÃO DE ENTULHO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	3.867,55	
3.4	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	T	361,93	
<b>4</b>	<b>DRENAGEM</b>			<b>4710</b>
4.1	ARRANCAMENTO DE GUIAS, INCLUI CARGA EM CAMINHÃO	M	29,49	
4.2	TRANSPORTE DE GUIAS	MXKM	528,72	
4.3	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO DE CONCRETO, SARJETA OU SARJETÃO, INCLUI CARGA EM CAMINHÃO	M2	23,34	
4.4	CARGA E REMOÇÃO DE ENTULHO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	4,07	
4.5	REMOÇÃO DE ENTULHO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	77,86	
4.6	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	T	10,15	
<b>5</b>	<b>PAVIMENTO</b>			<b>6629</b>
5.1	Fresagem de pavimento asfáltico com espessura até 5 cm, inclusive remoção do material fresado até 10 quilômetros e varrição	M2	136,44	
5.2	CARGA E REMOÇÃO DE ENTULHO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	35,11	



5.3	REMOÇÃO DE ENTULHO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	539,52	
<b>6</b>	<b>DRENAGEM</b>	<b>4710</b>		
6.1	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,50 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (1,2 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	1.381,12	
6.2	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARG. DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	359,01	
6.3	CARGA E REMOÇÃO DE TERRA ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE 1,0KM COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3	M3	373,69	
6.4	REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM COM CAMINHÃO DE 14 M3	M3XKM	7.019,62	
6.5	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO DESCONTÍNUO, COM PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M. AF_08/2020	M2	1.579,78	
6.6	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	M2	1.468,54	
6.7	Lastro de brita comercial compactado com soquete vibratório - espalhamento manual	m³	73,43	
6.8	BOCA DE LOBO TRIPLA	UN	1,00	
6.9	BASE PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1,5X1,5 M, PROFUNDIDADE = 1,40 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_12/2020	UN	10,00	
6.10	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO SIMPLES - DIÂMETRO 50CM	M	16,45	
6.11	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, DIÂMETRO 60CM - TIPO PA-2	M	181,95	
6.12	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, DIÂMETRO 80CM - TIPO PA-2	M	377,00	
6.13	TAMPAO FOFO SIMPLES COM BASE / REQUADRO, CLASSE D400 CARGA MAX. 40 T, REDONDO, TAMPA 600 MM (COM INSCRIÇÃO EM RELEVO DO TIPO DE REDE)	UN	8,00	
6.14	CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA COM ALVENARIA DE UM TIJOLO COMUM	M	2,40	
6.15	IHD.23 - LASTRO DE BRITA E PÓ DE PEDRA	M3	155,24	
6.16	CAIXA PARA BOCA DE LOBO DUPLA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X2,2X1,2 M. AF_12/2020	UN	17,00	
6.17	IHD.23 - LASTRO DE BRITA E PÓ DE PEDRA	M3	155,24	
6.18	FORNECIMENTO DE TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL CLASSE MÍNIMA 400 (40T) D=600MM - NBR 10160 NÃO ARTICULADO - P/ GAL. ÁGUAS PLUV.	UN	3,00	
6.19	INC.27 - INSTALAÇÃO DE TAMPÃO PARA GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - NÃO ARTICULADO, EXCETO FORNECIMENTO DE TAMPÃO	UN	3,00	
6.20	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	2.312,97	
6.21	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	169,38	
6.22	INC.27 - CONSTRUÇÃO DE SARJETA OU SARJETÃO DE CONCRETO - FCK=25,0MPA	M3	196,57	
6.23	LEVANTAMENTO OU REBAIXAMENTO DE TAMPÃO DE POÇO DE VISITA	UN	1,00	
6.24	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³/POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA 1,5 A 2,5 M, PROFUNDIDADE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	1.732,57	
6.25	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	309,90	
6.26	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	7.622,76	
6.27	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	24,96	
<b>7</b>	<b>PAVIMENTO</b>	<b>6629</b>		
7.1	ABERTURA DE CAIXA ATÉ 40CM, INCLUI ESCAVAÇÃO, COMPACTAÇÃO, TRANSPORTE E PREPARO DO SUB-LEITO	M2	10.471,18	
7.2	ABERTURA DE CAIXA ATÉ 25CM, INCLUI ESCAVAÇÃO, COMPACTAÇÃO, TRANSPORTE E PREPARO DO SUB-LEITO	M2	942,85	
7.3	REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM COM CAMINHÃO DE 14 M3	M3XKM	31.044,43	
7.4	BASE DE BRITA GRADUADA	M3	1.911,21	
7.5	INA.01 - IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE	M2	23.100,95	
7.6	IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA IMPERMEABILIZANTE	M2	11.550,47	



7.7	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	1.215,00	
7.8	INC.27 - CONSTRUÇÃO DE SARJETA OU SARJETÃO DE CONCRETO - FCK=25,0MPA	M3	95,68	
7.9	CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE BINDER ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	538,49	
7.10	TRANSPORTE DE BINDER ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	4.985,19	
7.11	INA.01 - BASE DE BINDER ABERTO (SEM TRANSPORTE)	M3	570,44	
7.12	CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	545,57	
7.13	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	M3	577,52	
7.14	TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	5.093,01	
7.15	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,50 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (1,2 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	121,19	
7.16	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARG. DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	637,24	
7.17	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	M3	95,86	
7.18	CARGA, MANOBRAS E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	293,82	
7.19	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	5.621,13	
7.20	CARGA E REMOÇÃO DE TERRA ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE 1,0KM COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3	M3	9.814,16	
7.21	REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM COM CAMINHÃO DE 14 M3	M3XKM	10.589,32	
7.22	REFORÇO DE SUB-LEITO/SUB-BASE DE SOLO MELHORADO COM BRITA 50,0% EM VOLUME	M3	1.342,22	
7.23	REFORÇO DE SUB-LEITO/SUB-BASE DE SOLO MELHORADO COM BRITA 60% EM VOLUME	M3	576,54	
7.24	REFORÇO DO SUB-LEITO/SUB-BASE DE SOLO MELHORADO COM AGREGADO RECICLADO 60% EM VOLUME, COM FORNECIMENTO DE AGREGADO	M3	121,42	
7.25	CARGA DE MISTURA ASFÁLTICA EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	63,90	
7.26	DRENO SUBSUPERFICIAL (SEÇÃO 0,40 X 0,40 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL. AF_07/2021	M	1.149,41	
7.27	DRENO SUBSUPERFICIAL (SEÇÃO 0,40 X 0,40 M), COM TUBO DE PVC CORRUGADO RÍGIDO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL. AF_07/2021	M	1.986,28	
7.28	GEOGRELHA POLIETILENO RESIST. TRANSV. 50 KN/M - RESIST. LONGIT. 50 KN/M	m2	2.828,06	
7.29	GEOGRELHA POLIETILENO RESIST. TRANSV. 50 KN/M - RESIST. LONGIT. 200 KN/M	m2	845,44	
7.30	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	993,39	
8	<b>PASSEIO</b>		5450	
8.1	BASE DE AGREGADO RECICLADO, COM FORNECIMENTO DE AGREGADO	M3	102,33	
8.2	LASTRO DE AGREGADO RECICLADO, COM FORNECIMENTO DE AGREGADO	M3	92,38	
8.3	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	477,59	
8.4	GUARDA-CORPO ACO GALVANIZADO COM MONTANTES E TRAVESSAS H=1.10M COM PINTURA	M	7,20	
9	<b>RECAPEAMENTO ASFÁLTICO</b>		6629	
9.1	Guia pré-moldada reta tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	M	7.068,80	
9.2	INC.27 - CONSTRUÇÃO DE SARJETA OU SARJETÃO DE CONCRETO - FCK=25,0MPA	M3	902,99	
9.3	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	272,83	
9.4	IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA IMPERMEABILIZANTE	M2	25.350,27	
9.5	INA.01 - IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE	M2	131.094,96	
9.6	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	M3	5.255,01	
9.7	CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	5.255,01	
9.8	TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	121.065,12	



9.9	LEVANTAMENTO OU REBAIXAMENTO DE TAMPÃO DE POÇO DE VISITA	UN	189,00	
9.10	BASE PARA POÇO DE VISITA CIRCULAR PARA ESGOTO, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,80 M, PROFUNDIDADE = 1,35 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_12/2020	UN	20,00	
9.11	REFORMA DE BOCA DE LOBO DUPLA	UN	4,00	
10	DEMOLIÇÕES E RECUPERAÇÃO DE BASE			6731
10.1	ARRANCAMENTO DE GUIAS, INCLUI CARGA EM CAMINHÃO	M	7.018,74	
10.2	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO DE CONCRETO, SARJETA OU SARJETÃO, INCLUI CARGA EM CAMINHÃO	M2	7.710,35	
10.3	TRANSPORTE DE PAVIMENTO DE CONCRETO, SARJETA E SARJETÃO	M2XKM	191.073,66	
10.4	TRANSPORTE DE GUIAS	MXKM	163.851,70	
10.5	Fresagem de pavimento asfáltico com espessura até 5 cm, inclusive remoção do material fresado até 10 quilômetros e varrição	M2	71.062,18	
10.6	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, INCLUSIVE CAPA, INCLUI CARGA NO CAMINHÃO	M2	34.682,52	
10.7	ESCAVAÇÃO MECÂNICA PARA FUNDAÇÕES E VALAS COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 4,0M	M3	6.676,48	
10.8	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	6.676,48	
10.9	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	205.724,90	
10.10	BASE BETUMINOSA DE MATERIAIS PROVENIENTES DA FRESAGEM DE PAVIMENTOS ASFÁLTICOS (RAP) RECICLADO EM USINA MÓVEL COM ATÉ 3% DE EMULSÃO MODIFICADA COM POLÍMERO, FORNECIMENTO E APLICAÇÃO, NÃO INCLUI TRANSPORTE ATÉ O LOCAL DOS SERVIÇOS, CAMADA ACABADA	M3	9.509,41	
11	RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO			6629
11.1	ABERTURA DE CAIXA ATÉ 40CM, INCLUI ESCAVAÇÃO, COMPACTAÇÃO, TRANSPORTE E PREPARO DO SUB-LEITO	M2	9.977,35	
11.2	CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	2.993,21	
11.3	TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	26.938,85	
11.4	TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	322,55	
11.5	LEVANTAMENTO OU REBAIXAMENTO DE TAMPÃO DE POÇO DE VISITA	UN	7,00	

5. Especificação do objeto

Trata-se da execução de obras de **pavimentação, drenagem, implantação de guias e sarjetas** em diversas ruas do Município de **Guarulhos/SP**, abrangendo uma extensão total de **1.941,96 metros** e área aproximada de **11.414,03 m²**, distribuídas nas vias relacionadas a seguir:

- 1- AV. TRÊS ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. LESTE "B") E ESTACA 15+19,41M (PROX. R.OSVALDO AVILEZ) - EXTENSÃO: 319,41m - ÁREA: 1.731,28m².
- 2- AV. LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO ENTRE A ESTACA 0+0,00M (EM FRENTE AO CAMPO DO ASCAS) E ESTACA 45+19,47M (EST. ALBINO MARTELLO) - EXTENSÃO: 829,22m - ÁREA: 5.066,40m².
- 3- R. EXISTENTE ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. MONTEIRO) E ESTACA 7+19,24M (ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL) - EXTENSÃO: 159,24m - ÁREA: 845,43m².
- 4- R. GABRIELA GURGEL DE FREITAS ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. HIBISCO) E ESTACA 18+14,38 (R. GERÂNIO) - EXTENSÃO: 374,38m - ÁREA: 2.189,02m².
- 5- R. POSSE ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. SÃO VICENTE FÉRRER) E ESTACA 6+5,98M (R. TAMOTSU IWASSE) - EXTENSÃO: 125,98m - ÁREA: 639,04m².
- 6- R. VEGA ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. URSULA MAIOR) E ESTACA 6+13,73M (R. GAMA) - EXTENSÃO: 133,73m - ÁREA: 942,86m²

- **Finalidade:** Orientar e especificar a execução das obras de pavimentação, drenagem e passeios em diversas ruas do município.
- **Objetivo:** Contratar empresa especializada para pavimentação asfáltica, drenagem e execução de passeios em concreto.
- **Escopo:** Serviços definidos em projeto e planilha de quantitativos da Prefeitura de Guarulhos.
- **Preliminares:**
  - Sinalização completa das vias.
  - Instalação de placas informativas do contrato.
  - Medidas de segurança para veículos e pedestres.
- **Movimento de Terra:** Escavação mecânica de valas conforme normas da ABNT, remoção de material inadequado e reaterro com solo apropriado.
- **Canalizações:** Tubos de concreto conforme NBR 8890/03, assentamento seguindo greides do projeto, rejuntamento adequado e lastro de brita.
- **Meios-fios e Sarjetas:** Execução com tolerâncias específicas, juntas de dilatação e lastro de pedra.
- **Bocas de Lobo:** Construção em concreto armado, simples, dupla ou tripla, com tampas removíveis e ramais de ligação conforme projeto.
- **Poços de Visita:** Construção em alvenaria de blocos de concreto, revestimento interno e externo, tampão de ferro fundido e lajes de concreto armado.
- **Pavimentação:**
  - Preparo do subleito com terraplanagem, compactação e controle de densidade.
  - Ensaios de suporte (CBR) e controle de umidade.



- Contemplando também a contratação de empresa especializada para execução de **obras de recapeamento asfáltico, recuperação de pavimento e recomposição de guias, sarjetas, sarjetões e passeios** em diversas ruas do Município de **Guarulhos/SP**, abrangendo uma extensão total de **11.689,61 metros** e área aproximada de **105.744,69 m²**, distribuídas nas vias relacionadas a seguir:

Além dos serviços contemplados na pavimentação acrescenta-se:

- **Imprimação Betuminosa:** aplicação de materiais impermeabilizantes e ligantes sobre sub-bases, garantindo aderência e impermeabilidade. São utilizados produtos como CM-30 e emulsões catiônicas (RR-1C, RR-2C), com correção de adesividade quando necessário.
- **Revestimento Asfáltico (CBUQ – Concreto Betuminoso Usinado a Quente):** camada superior responsável por suportar o tráfego, assegurando conforto e segurança. Inclui fornecimento, transporte, usinagem e aplicação de materiais (CAP 30/45 ou CAP 50/70, agregados graúdos e miúdos, fillers minerais). A execução exige controle rigoroso de temperatura, equipamentos adequados e ensaios laboratoriais para garantir qualidade, durabilidade e desempenho.

- **Equipamentos:** fresadora autopropelida, caminhão pipa para limpeza e caminhões basculantes (mín. 5m³).
- **Serviços:** cortes homogêneos conforme projeto, varredura e lavagem da pista; isolamento da área até limpeza.
- **Cuidados:** vistoria antes do recapeamento, correção de defeitos, proteção das redes públicas (poços, sarjetas).
- **Observação:** material fresado será reaproveitado pela Prefeitura em área definida pela Secretaria de Obras.

Além das orientações básicas aqui apresentadas, a contratada deverá observar integralmente todas as diretrizes e especificações constantes no memorial descritivo anexado ao processo.

( ) Não se aplica

( ) Fornecimento e prestação de serviço associado



( ) Não se aplica

**8. Classificação do objeto:**

( ) **bens e serviços comuns:** aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado

( ) **bens e serviços especiais:** aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma de bens e serviços comuns, exigida justificativa prévia do contratante;

( x ) **serviço comum de engenharia:** todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

( ) **serviço especial de engenharia:** aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição de serviço comum.

( ) **serviços e fornecimentos contínuos:** serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas

( ) **serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra**

( ) **serviços não contínuos ou contratados por escopo:** aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto;

( ) **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**

( ) **notória especialização:** qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato;

( ) **outros (especificar)**

**9. Participação de Consórcios e/ou Cooperativas:**

( ) Permitida

(x) Vedada. Justificar:

Considerando a natureza do objeto da presente contratação, que consiste na execução de obras de pavimentação asfáltica, drenagem e implantação de dispositivos complementares de infraestrutura urbana, observa-se que os serviços previstos possuem **características técnicas padronizadas, amplamente difundidas no mercado e executadas rotineiramente por empresas especializadas em obras de infraestrutura urbana.**

O objeto apresenta **complexidade técnica moderada e divisibilidade operacional limitada**, uma vez que os serviços possuem interdependência direta entre si (terraplenagem, drenagem, base, imprimação, revestimento asfáltico e execução de dispositivos), exigindo **coordenação técnica integrada e execução sequencial**, fatores que recomendam a centralização da responsabilidade contratual em uma única empresa executora.

Ademais, verifica-se que o mercado regional dispõe de **diversas empresas com capacidade técnica e operacional suficiente para execução integral do objeto**, não sendo necessária a soma de capacidades técnicas ou financeiras de empresas distintas para viabilizar a participação no certame.

A participação de empresas em consórcio, no presente caso, **não se mostra necessária para ampliar a competitividade**, podendo, ao contrário, resultar em **aumento da complexidade na gestão contratual, na fiscalização dos serviços e na responsabilização técnica**, especialmente considerando a execução integrada das etapas da obra.

Dessa forma, com fundamento nos princípios da **eficiência administrativa, da economicidade e da adequada gestão contratual**, bem como no disposto na **Lei nº 14.133/2021**, opta-se pela **vedação da participação de empresas em consórcio**, por não se mostrar tecnicamente necessária ou vantajosa para a Administração no contexto desta contratação.

**10. Identificação do responsável pela elaboração do TR (nome, CF, cargo)**

Filipe Urtremari

Cargo/Função: Engenheiro Civil - CF: 84884

E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Urtremari, Engenheiro (a) Civil**, em 09/04/2026, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4348396** e o código CRC **41A81667**.



## TERMO DE REFERÊNCIA\_CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

### 1. Obrigações das partes:

A **CONTRATADA** obriga-se a executar integralmente os serviços objeto do contrato em estrita conformidade com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas e normas aplicáveis, garantindo a qualidade, segurança e estabilidade das obras, especialmente no que se refere às estruturas de contenção, sistemas de drenagem e serviços de terraplenagem. Deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, mantendo responsável técnico devidamente habilitado e com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ativa durante toda a execução contratual. Compete ainda à contratada fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários, assegurando que estejam em condições adequadas de uso e atendam aos padrões exigidos.

A contratada deverá cumprir rigorosamente o cronograma físico-financeiro aprovado, mantendo ritmo compatível com o planejamento e adotando as medidas necessárias para evitar atrasos. Sempre que houver risco de descumprimento de prazos, deverá comunicar formalmente à fiscalização, apresentando justificativas e propostas de reprogramação para análise e aprovação. Também será responsável por manter o cronograma atualizado, de forma a permitir o adequado acompanhamento da execução.

No âmbito da execução, a contratada deverá manter diário de obra permanentemente atualizado, registrando todas as atividades realizadas, condições climáticas, equipes mobilizadas e eventuais ocorrências. Deverá ainda atender prontamente às determinações da fiscalização, corrigindo, às suas expensas, quaisquer serviços executados em desacordo com o contrato, sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis.

Compete à contratada apresentar medições mensais devidamente instruídas com memória de cálculo, relatórios técnicos e registros fotográficos, correspondentes aos serviços efetivamente executados, não sendo admitida a inclusão de serviços não concluídos ou em desconformidade. Deverá também manter, durante toda a vigência contratual, sua regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como cumprir todas as obrigações legais relativas à segurança do trabalho, garantindo o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva, a sinalização adequada da área e a proteção de terceiros.

A contratada será integralmente responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços, bem como pela adoção de medidas ambientais necessárias, incluindo a correta destinação de resíduos, controle de processos erosivos e mitigação de impactos decorrentes da obra.

A **CONTRATANTE**, por sua vez, obriga-se a disponibilizar à contratada todos os elementos técnicos necessários à execução do objeto, incluindo projetos, especificações e demais documentos pertinentes. Compete à contratante designar formalmente o gestor e os fiscais do contrato, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e controle da execução, atuando de forma contínua e registrando formalmente todas as ocorrências relevantes.

A contratante deverá acompanhar a evolução dos serviços, analisando e atestando as medições apresentadas, desde que estejam em conformidade com o avanço físico efetivamente verificado em campo. Também deverá efetuar os pagamentos devidos dentro dos prazos estabelecidos, desde que cumpridas as condições contratuais e não haja pendências técnicas ou administrativas.

Caberá à contratante analisar e deliberar sobre solicitações da contratada, tais como pedidos de prorrogação de prazo, reequilíbrio econômico-financeiro ou alterações contratuais, sempre com base em justificativas técnicas e observância da legislação vigente. Sempre que identificadas irregularidades, deverá notificar formalmente a contratada, estabelecendo prazo para regularização e, quando for o caso, adotar as medidas sancionatórias previstas no contrato.

A contratante também deverá assegurar a adequada gestão dos prazos contratuais, monitorando o cumprimento do cronograma e adotando providências tempestivas diante de desvios, de forma a garantir a conclusão da obra dentro das condições pactuadas.

### 2. Modelo de gestão e execução contratual (inciso XVIII, art. 92 da Lei 14.133/21):

A gestão contratual deverá ser conduzida de forma integrada entre o gestor do contrato e a fiscalização técnica, com o objetivo de garantir que as obras sejam executadas em conformidade com os projetos, dentro dos prazos estabelecidos e com a qualidade exigida.

A fiscalização terá caráter contínuo e preventivo, devendo acompanhar diariamente a execução dos serviços em campo, verificando a conformidade das atividades com os projetos de pavimentação e drenagem, bem como com as normas técnicas aplicáveis. Caberá ao fiscal técnico conferir dimensões, métodos construtivos, qualidade dos materiais empregados e a correta execução de etapas. Sempre que identificadas irregularidades, o fiscal deverá registrar formalmente a ocorrência, determinar a correção imediata e, quando necessário, interromper os serviços até a regularização.

Todas as atividades de fiscalização deverão ser devidamente documentadas por meio de diário de obra, relatórios periódicos e registros fotográficos, garantindo a rastreabilidade das decisões e o histórico da execução. O diário de obra deverá refletir fielmente as condições do canteiro, incluindo serviços executados, equipe mobilizada, condições climáticas e eventuais intercorrências, servindo como instrumento essencial para análise de desempenho e suporte a decisões administrativas.

A gestão do contrato, por sua vez, será responsável pelo acompanhamento global da execução, incluindo o controle da vigência, análise de medições, gestão de riscos e condução de eventuais alterações contratuais. O gestor deverá atuar de forma articulada com a fiscalização, validando as medições com base no atesto técnico e assegurando que os pagamentos



estejam vinculados exclusivamente aos serviços efetivamente executados e aceitos. Também caberá ao gestor analisar solicitações da contratada, como pedidos de prorrogação de prazo ou reequilíbrio econômico-financeiro, sempre com base em justificativas técnicas consistentes.

O controle de prazos deverá ser realizado com base no cronograma físico-financeiro aprovado, que constituirá a linha de base da execução. A contratada deverá manter o cronograma atualizado, permitindo a comparação sistemática entre o planejado e o executado. A fiscalização deverá acompanhar semanalmente o avanço físico da obra, identificando desvios e adotando medidas corretivas de forma tempestiva, evitando o acúmulo de atrasos.

Nos casos em que forem verificados atrasos, estes deverão ser analisados quanto à sua natureza. Situações decorrentes de fatores externos, como chuvas intensas ou interferências imprevistas, poderão ensejar reavaliação de prazos, desde que devidamente comprovadas. Por outro lado, atrasos decorrentes de falhas operacionais da contratada, como baixa produtividade ou planejamento inadequado, deverão resultar em notificação formal, podendo ensejar aplicação de penalidades previstas contratualmente.

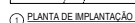
A medição dos serviços deverá estar diretamente vinculada ao avanço físico real da obra, não sendo admitida a antecipação de etapas ou a contabilização de serviços não concluídos. Eventuais divergências identificadas pela fiscalização deverão ser objeto de glosa, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

A comunicação entre as partes deverá ocorrer de forma formal e registrada, por meio de relatórios, atas de reunião e notificações, garantindo transparência e segurança jurídica à execução contratual. Reuniões periódicas deverão ser realizadas para avaliação do andamento da obra, análise de prazos e definição de ações corretivas.

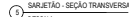
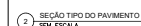
Ao final da execução, será realizada avaliação do cumprimento dos prazos contratuais e do desempenho da contratada, considerando a aderência ao cronograma, a qualidade dos serviços executados e a capacidade de resposta às determinações da fiscalização.

Ressalta-se que a efetividade da gestão e fiscalização contratual é elemento essencial para o sucesso do empreendimento, sendo obrigatória a atuação diligente e contínua da Administração, com registro formal de todas as ocorrências e adoção imediata de medidas corretivas sempre que necessário.





ÁREA = 1.731,28m<sup>2</sup>  
EXTENSÃO = 318,41m



7 NOTAS

1. O anteprojeto foi elaborado mediante base cartográfica do GuarGeo (dados georreferenciados da Prefeitura de Guarinhos).
2. A estrutura de pavimento considera um solo (CBR<sub>u</sub> > 7%), e um carregamento de N=2,10 para via local.
3. Para execução das obras será obrigatoriamente necessário a elaboração de projetos executivos de geometria, pavimentação, drenagem, bem como realizar o levantamento topográfico, sondagens, ensaios geotécnicos e estudos hidrológicos.
4. Medidas em m, exceto onde indicado
5. Local possui rede de água e esgoto



OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, GUÍAS, SARJETAS, DRENAGEM E PASSADO EM CONCRETO

ASSUNTO: ANTERPROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E EXECUÇÃO DE

PASSEIO NA AVENIDA TRÊS

LOCAL: AVENIDA TRÊS - TRECHO ENTRE A RUA LESTE B E RUA JO  
MANTOVANI

BARRA BONSUCCESO

CEMEX S.A. S	INDICADA	01/07
PROCESO	ENG. JOSÉ EDUARDO FIGUEROA LEITE CREA: 060891996	DATA: 11/07/2025
CEMEX S.A. S	CONTRATO/RECURSO	REVISÃO: 01

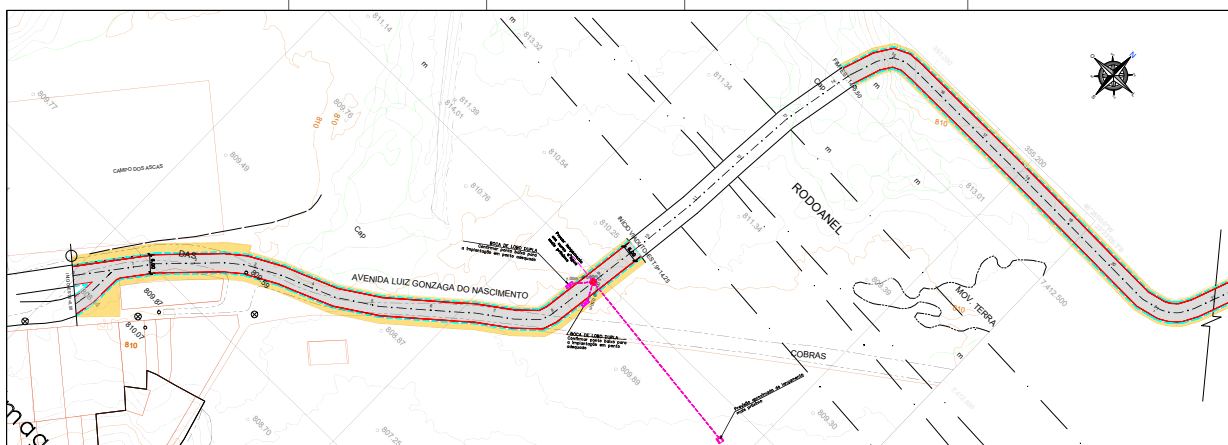
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE OBRAS  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS  
PROJETO APROVADO

RESPONSÁVEL:

ENG. WAGNER DE ANDRADE RODRIGUES

ESTA APROVAÇÃO NÃO GERA DIREITOS À UTILIZAÇÃO PARA AS ATIVIDADES INCOMPATÍVEIS COM AS LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS VIGENTES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.

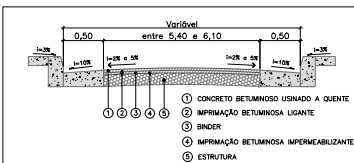




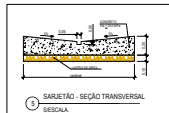
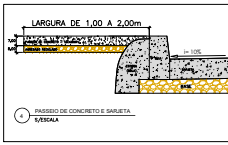
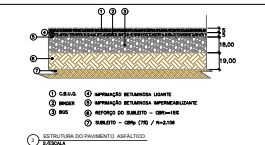
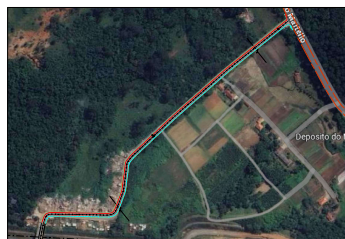
1 PLANTA DE IMPLANTAÇÃO-Trecho 1  
ESCALA 1:500

LEGENDA	
	PASEIO A EXECUTAR
	GRUA PROJETADA
	SARJETA A EXECUTAR
	PAVIMENTO A EXECUTAR
	BOTA-DE-LESO
	ALA
	POÇO DE VISITA PROJETADO
	SARJETA
	ESTACIONAMENTO

ÁREA = 0.086,40 m²  
EXTENSÃO = 455,22 m



2 SEÇÃO TIPO DO PAVIMENTO  
SEM ESCALA



NOTAS

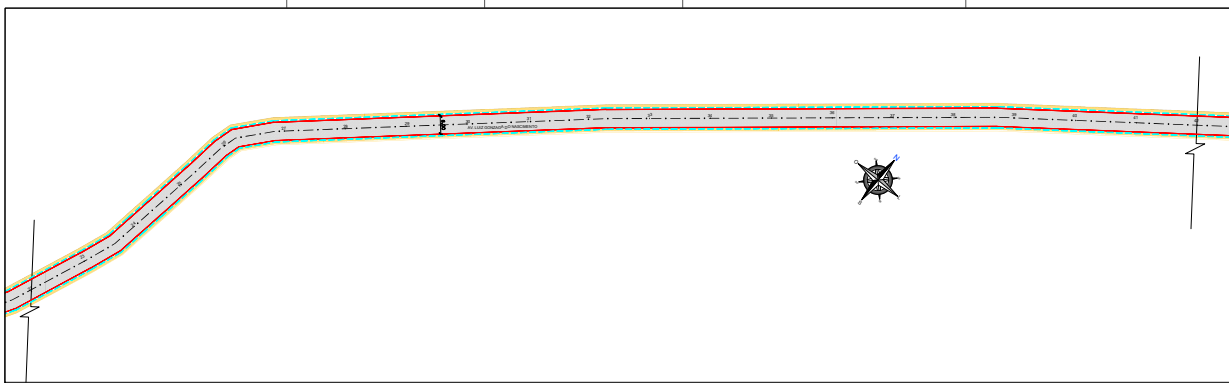
- 1.O anteprojeto foi elaborado mediante base cartográfica do Guarulhos (dados georeferenciados da Prefeitura de Guarulhos).
- 2.A estrutura de pavimento considera um solo (CBRg = 4%) e um carregamento de N=2,15T para via local.
- 3.Para execução das obras será obrigatoriamente necessário a elaboração de projetos executivos de geometria, pavimentação, drenagem, bem como realizar o levantamento topográfico, sondagens, ensaios geotécnicos e estudos hidrológicos.
4. Medidas em m, exceto onde indicado.
5. Não existe rede de água e esgoto no local.

		PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS OPP - Departamento de Planejamento e Projetos	
OBJETO:		EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, GUAS, SARJETAS, DRENAGEM E PASEIO DE CONCRETO	
ASSUNTO:		ANTEPROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E EXECUÇÃO DE PASEIO NA AVENIDA LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO	
LOCAL:		AVENIDA LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO TRECHO ENTRE O CAMPO DOS JACUS À ESTRADA ALBERTO MARTELLO	
BAIRRO:		JARDIM PONTE ALTA I	
AUTOR:		PREFEITURA DE GUARULHOS CONDOMÍNIO GERENCIAMENTO III	
PROJ. Nº 1	INDICIA	DATA	02/07
PROJ. Nº 1	PROJ. Nº 1	PROJ. Nº 1	PROJ. Nº 1
PROJ. Nº 1	PROJ. Nº 1	PROJ. Nº 1	PROJ. Nº 1

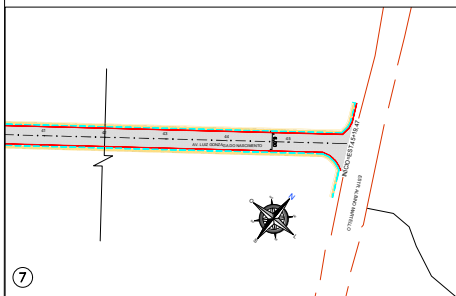
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS PROJETO APROVADO	
RESPONSÁVEL:	
ENG. WAGNER DE ANDRADE RODRIGUES TÍTUL	
ESTA APROVAÇÃO NÃO GERA DIREITOS À UTILIZAÇÃO PARA AS ATIVIDADES INDICATIVAS COM AS LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS VIGENTES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.	







6 PLANTA DE IMPLANTAÇÃO - Trecho 2  
ESCALA 1:500



7 PLANTA DE IMPLANTAÇÃO - Trecho 3  
ESCALA 1:500

LEGENDA	
	PASELO A EXECUTAR
	RUJA PROJETADA
	SARUETA A EXECUTAR
	PAYMENTO A EXECUTAR
	BOCA-DE-LOBO
	ALA
	POÇO DE VISTA PROJETADO
	SARUETO
	ESTACIAMENTO
ÁREA = 9.046,40 m² EXTENSÃO = 105,25 m	

#### NOTAS

- 1.O anteprojeto foi elaborado mediante base cartográfica do Guarulhos (dados georeferenciados da Prefeitura de Guarulhos).
- 2.A estrutura de pavimento considera um solo (CBR<sub>p</sub> = 7%), e um carregamento de 10-2,10<sup>6</sup> para via local.
- 3.Para execução das obras será obrigatoriamente necessário a elaboração de projetos executivos de geometria, pavimentação, drenagem, bem como realizar o levantamento topográfico, sondagens, ensaios geotécnicos e estudos hidrológicos.
4. Medidas em m, exceto onde indicado.
5. Não existe rede de água e esgoto no local.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE OBRAS  
DPP - Departamento de Planejamento e Projetos

OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RUAS, SARUETAS, DRENAGEM E PASELO EM CONCRETO

ASSUNTO: ANTERIORIDADE DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E EXECUÇÃO DE PASELO NA AVENIDA LUZ BONGARA DO NASCIMENTO

LOCAL: AVENIDA LUZ BONGARA DO NASCIMENTO TRECHO ENTRE O CAMPO DOS AGUAS E ESTRADA ALBINO MARTELLO

BAIRRO: JARDIM PONTE ALTA I

AUTOR: PREFEITURA DE GUARULHOS COMISSÃO REVISORIAS Nº 01

INDICADA	DATA
ENL. JOSÉ EDUARDO FLORENO LEME CONDOMÍNIO: 01/01/2015	03/07
CONDOMÍNIO: 01/01/2015	01

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE OBRAS  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS  
PROJETO APROVADO.

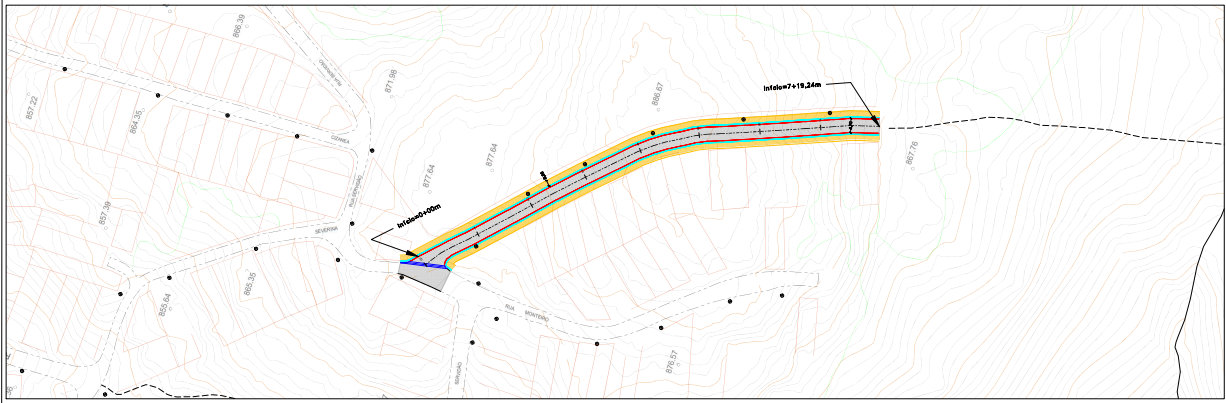
RESPONSÁVEL:

ESTA APROVAÇÃO NÃO GERA DIREITOS A UTILIZAÇÃO PARA AS ATIVIDADES INCOMPATÍVEIS COM AS LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS VIGENTES DE USO E COORDENADO DO SOLO.



SGRICAP2025059143DM

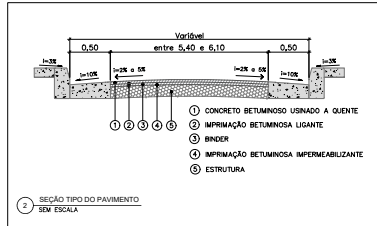




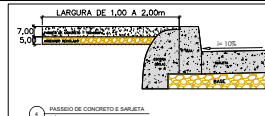
1 PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

LEGENDA	
	PASEIO A EXECUTAR
	GUIA
	SARLETA
	PAVIMENTO A EXECUTAR
	BOCA-DE-LOBO
	ALA
	POÇO DE VISTA PROJETADO
	SARLETO
	ALINHAMENTO CONFORME LOCAL

ÁREA = 184,43 m²  
EXTENSÃO = 182,34 m



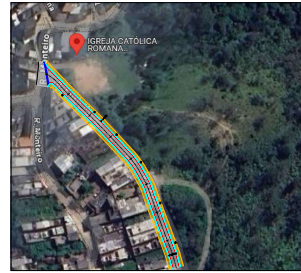
2 SEÇÃO TIPO DO PAVIMENTO  
SEM ESCALA



3 PASSADO DE CONCRETO E SARLETA  
SEM ESCALA



4 SARLETO - SEÇÃO TRANSVERSAL  
SEM ESCALA



#### NOTAS

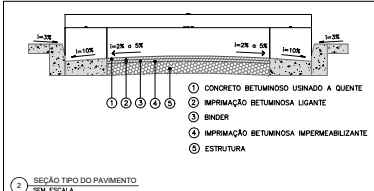
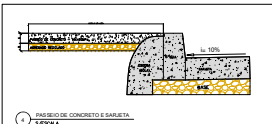
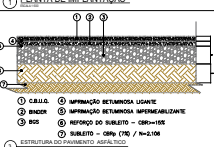
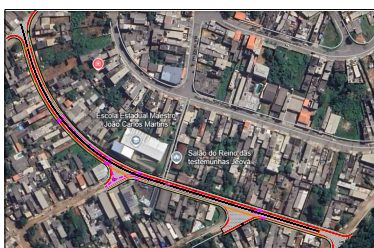
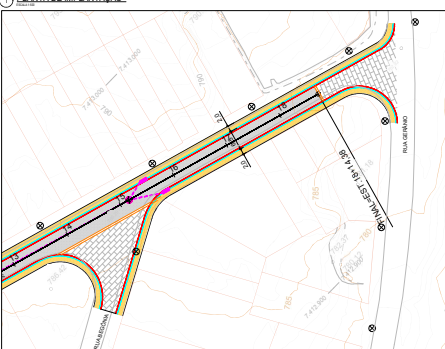
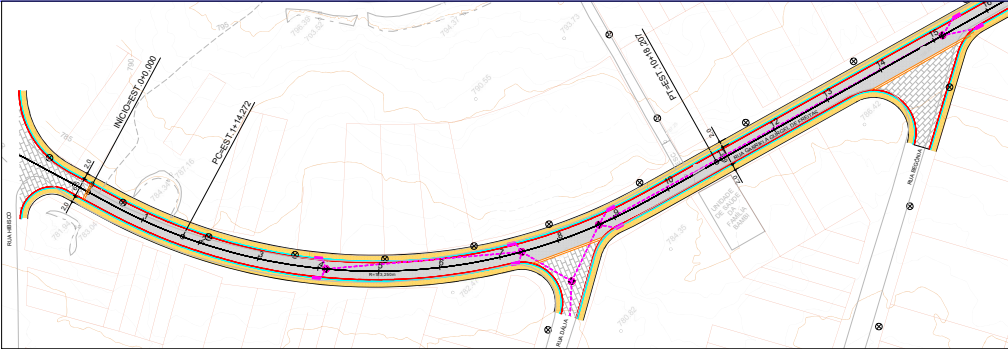
- O anteprojeto foi elaborado mediante base cartográfica do GeoGis (dados georreferenciados da Prefeitura de Guarulhos).
- A estrutura de pavimento considera um solo (CBR<sub>p</sub> >= 7%), e um carregamento de N=2.10<sup>6</sup> para via local.
- Para execução das obras será obrigatoriamente necessário a elaboração de projetos executivos de geometria, pavimentação, drenagem, bem como realizar o levantamento topográfico, sondagens, ensaios geotécnicos e estudos hidrológicos.
- Medidas em m, exceto onde indicado.
- Local não possui rede de esgoto.


		PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS OPP - Departamento de Planejamento e Projetos	
OBJETO: EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, GUIAS, SARLETAS, DRENAGENS E PASSOS EM CONCRETO			
ASSUNTO: PROJETO BÁSICO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E EXECUÇÃO DE PASSOS EM CONCRETO			
LOCAL: RUA EXISTENTE - ENTRE RUA MONTEIRO E PRÓX A RUA SEVERINA			
BAIRRO: CARUÍ			
AUTOR: PREFEITURA DE GUARULHOS CONDOMÍNIO GERENCIAMENTO HIG			
DATA DE ELABORAÇÃO	INDICADA	DATA	04/07
PROJETO	ENL. JOSÉ EDUARDO FLORENTINO LEME CONDOMÍNIO GERENCIAMENTO HIG	DATA	04/07/2025
APROVADO	ENL. JOSÉ EDUARDO FLORENTINO LEME CONDOMÍNIO GERENCIAMENTO HIG	DATA	01

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS PROJETO APROVADO	
RESPONSÁVEL: ENL. WAGNER DE ANDRADE RODRIGUES TÍTULA	
ESTA APROVAÇÃO NÃO GERA DIREITOS A UTILIZAÇÃO PARA AS ATIVIDADES INCOMPATÍVEIS COM AS LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS VIGENTES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.	







 <b>GUARULHOS</b>		<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS</b> <b>SECRETARIA DE OBRAS</b>	
LOCAL :	RUA GABRIELA GURGEL DE FREITAS		
ENDREÇO :	ENTRE A RUA HIBISCO E RUA GERÂNIO		
BARRIO :	RESIDENCIAL BARBÔ		
ASSLATO :	INTERSEÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO		
BARRIO :	RESIDENCIAL BARBÔ		
AUTOR :	PREFEITURA DE GUARULHOS COORDENADOR GERENCIAL DE OBRAS		
DATA	LOCAL		DATA
10/04/2020	ENG. JOSÉ EDUARDO FLOREZINI LÊTE COORDENADOR GERENCIAL DE OBRAS		04/07/2020
ASSINATURA	ASSINATURA		ASSINATURA
	AUTORIZAÇÃO DE LICITAÇÃO DE OBRAS		04/07/2020
	AUTORIZAÇÃO DE LICITAÇÃO DE OBRAS		04/07/2020

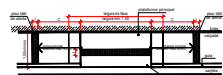






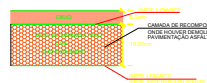






**3 REBAIXAMENTO DE CALÇADA TIPO III-A**  
Escala: 1:500

3 REBOLAMENTO  
ESCALA SIESC.

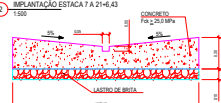


**7** SEÇÃO TIPO - RECUPERAÇÃO DE PAGAMENTO

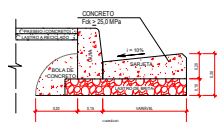
7 ESCALA SIESC.



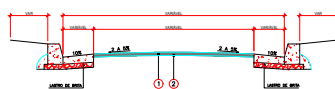
2 INPL



6 SARJETÃO - SEÇÃO TRANSVERSAL  
ESCALA S/ESC.



4 GUIA E SARJETA  
VIAS TRANSVERSAIS  
ESCALA S/ESC.



1 CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) – 5,00 cm

2 IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE

5 SEÇÃO TIPO - RECAPEAMENTO  
ESCALA S/ESC.

[illegible]

00	EMISSÃO INICIAL	JANEIRO/2024
----	-----------------	--------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE OBRAS

LOCAL : RUA AMAZONAS

TRÊCHO : ENTRE A AVENIDA DOUTOR TIMOTEO PENTEADO E A AVENIDA FRANCISCO CONDE

10.1111/j.1365-3113.2011.04561.x

BURRO : VILA GALVÃO

ASSUNTO : PROJETO BÁSICO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

ESCOLA REG. 1	INDICADA	FOLIO	01/25
ESCOLA POPUL. 1	INDICADA		
GERENTE	DAI DE O. SILVA	DATA 1	FEBREIRO/2024
ANEXO	CPU	REVISÃO	00



SGRICAP2025059143DM





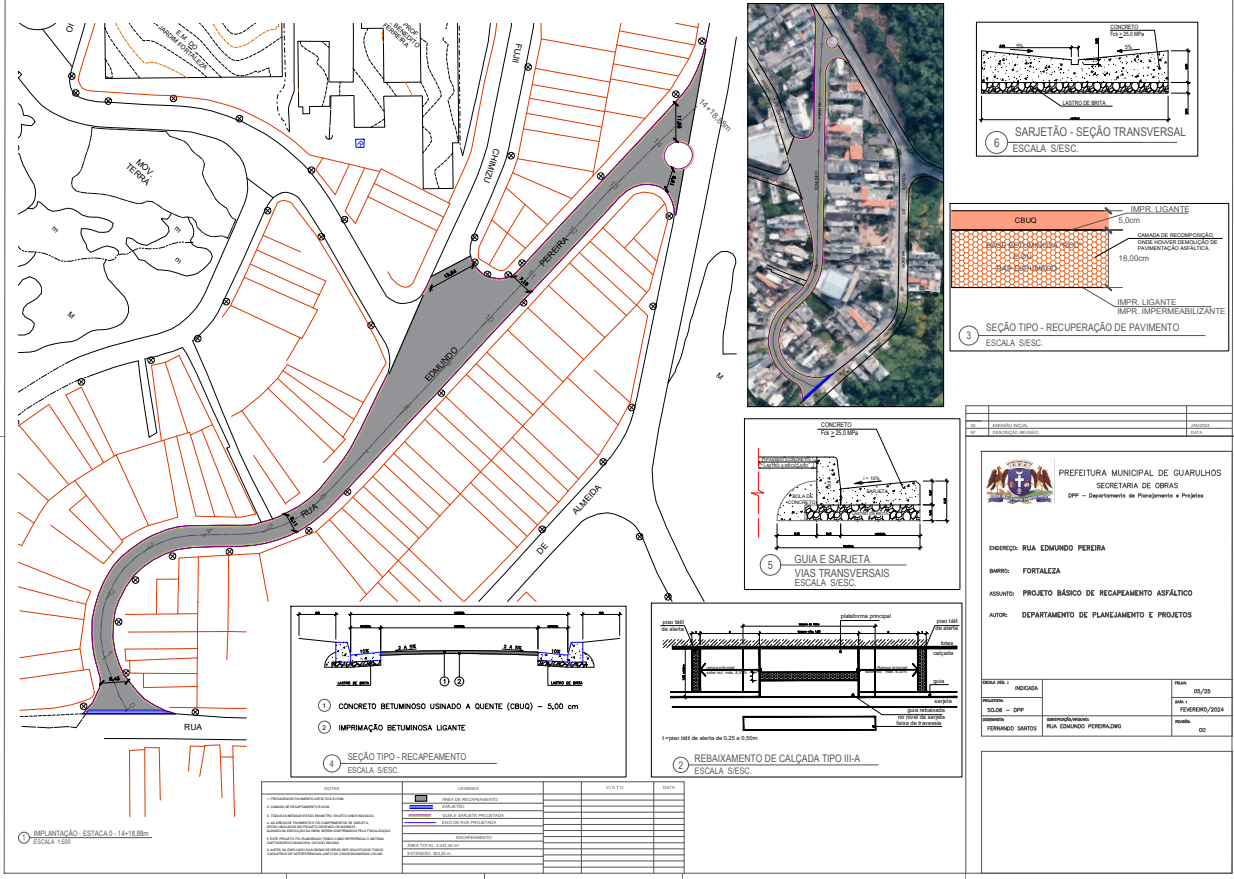












PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE OBRAS  
DPP - Departamento de Planejamento e Projetos

ENDEREÇO: RUA EDMUNDO PEREIRA  
BARRIO: FORTALEZA

ASSUNTO: PROJETO BÁSICO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

AUTOR: DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

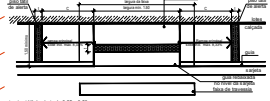
DATA DE EMISSÃO: 05/25  
DATA DE RECEBIMENTO: 05/25/2024  
NOME: FERNANDO SANTOS  
CARGO: RUA EDMUNDO PEREIRA/001



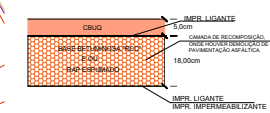








2 REBAIXAMENTO DE CALÇADA TIPO III-A  
ESCALA: S/ESC.



3 SEÇÃO TIPO - RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO  
ESCALA S/ESC.

00	EMIÇÃO INICIAL	JANEIRO/2022
01	DESCRIÇÃO REVISÃO	DATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE OBRAS

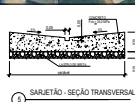
LOCAL : RUA SANTA GERTRUDES  
TRECHO : ENTRE A RUA JOSÉ MIGUEL ADEL E AVENIDA SANTA HELENA  
BARRIO : PIMENTAS  
ASSUNTO : PROJETO BÁSICO DE RECAPAMENTO ASFÁLTICO  
AUTOR : DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E IMPLANTAÇÃO

ESCALA DES. I	INDICADA	PLANO
ESCALA PROF. I	INDICADA	07/25
DESCRIÇÃO	OMM	DATA : JANEIRO/2024
APROFUND.	OPJ	REVISÃO 00

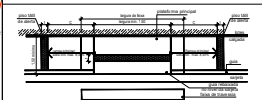


[illegible]

LÍNEA	VÍDEO	DATAS
 AREA DE RECAPAMBIENTO BATERIAS EIXO DE TORÇÃO PROGRAMADA PONTES		
RECAPAMBAMENTO		
ÁREA = 10,622 dm <sup>2</sup>		
TENSÃO = 877 N/m		

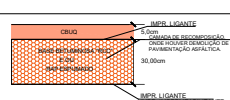


- 1 CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE  
2 IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE  
6 SEÇÃO TIPO - RECAPEAMENTO  
ESCALA: 1:50



espacio libre de altura de 0,25 a 1,50m

- 7 REBAIXAMENTO DE CALÇADA TIPO III-A  
ESCALA SIESC.



- 8 SEÇÃO TIPO - RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO  
ESCALA 1:100

00	EMIÇÃO INICIAL	JANDRO/2024
01	RECEIÇÃO REVISO	DADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE OBRAS

LOCAL : AVENIDA ANTÔNIO BARDILLA

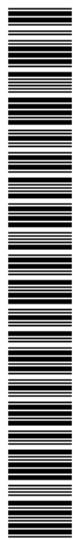
TRECHO: TRECHO ENTRE A RUA SHINA ATÉ RUA ANGATUBA.

QUESTIONS

ASSUNTO : PROJETO BÁSICO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

AUTOR : 50

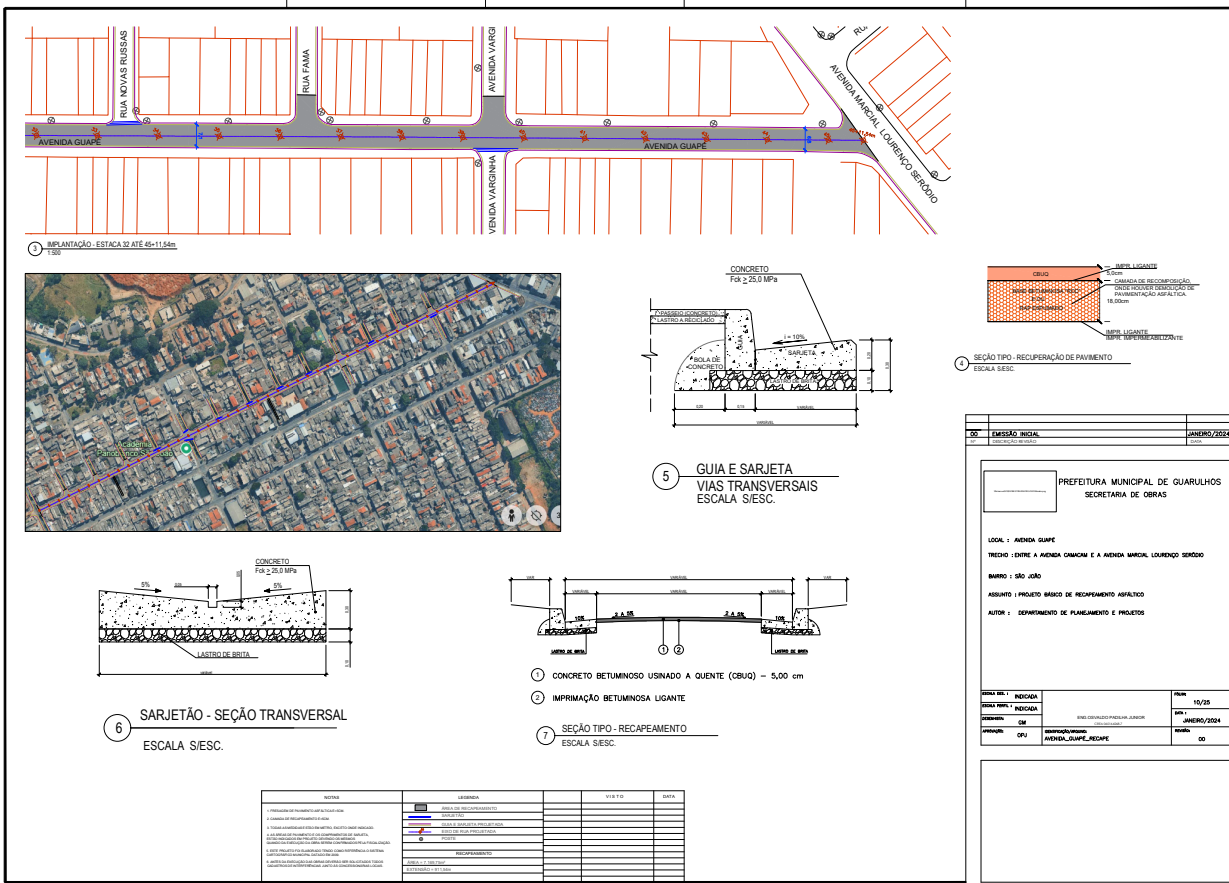
ESCALA GEN. I	INDICADA	data	06/25
ESCALA PERIF. I	INDICADA	data	JANEIRO/2024
DESEMPENHO	BA		
APROVAÇÃO	OPJ	assinatura(s) respons.	assinado
		AV_ANTONIO_BIRDELLA_RECIFE	CO



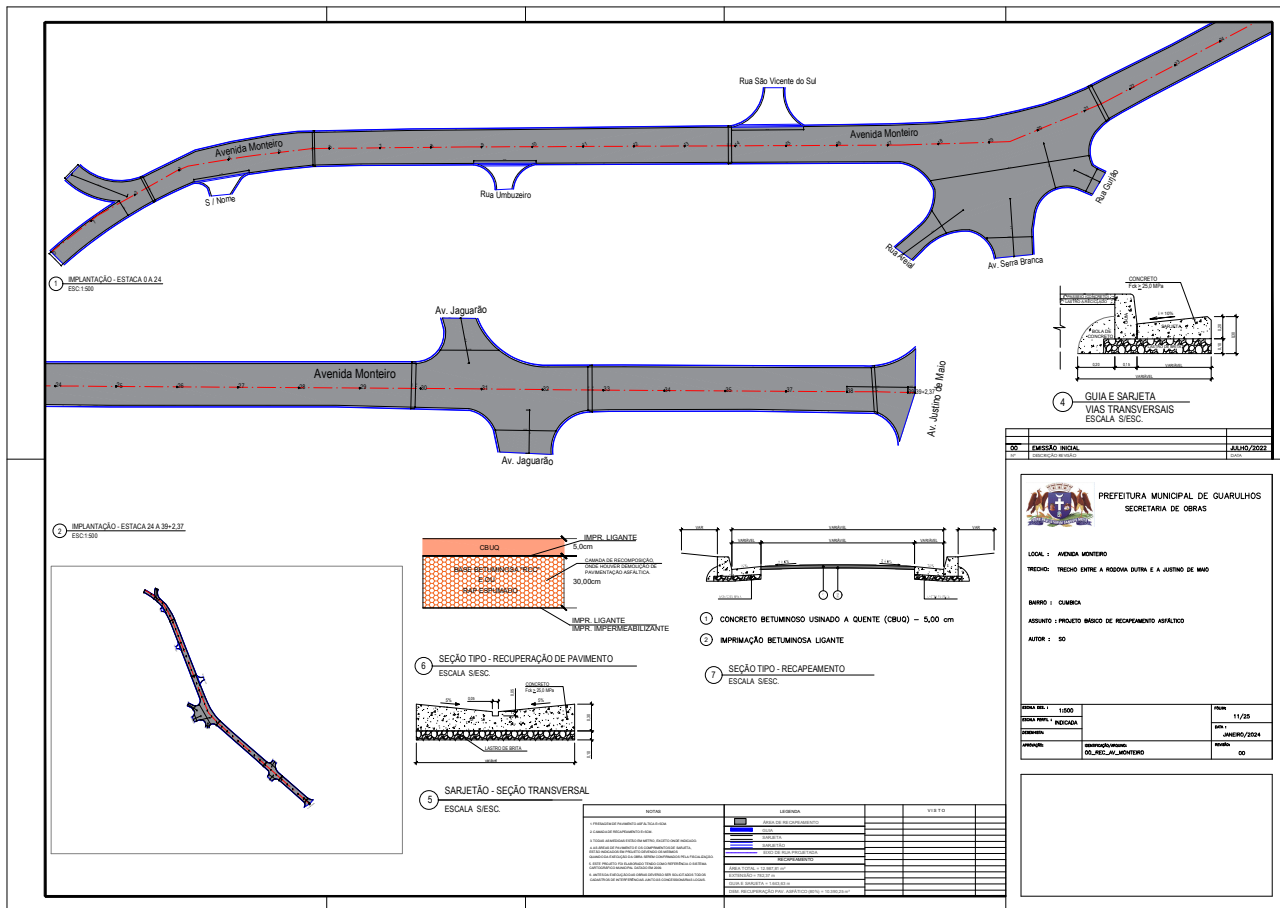




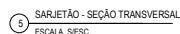
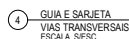






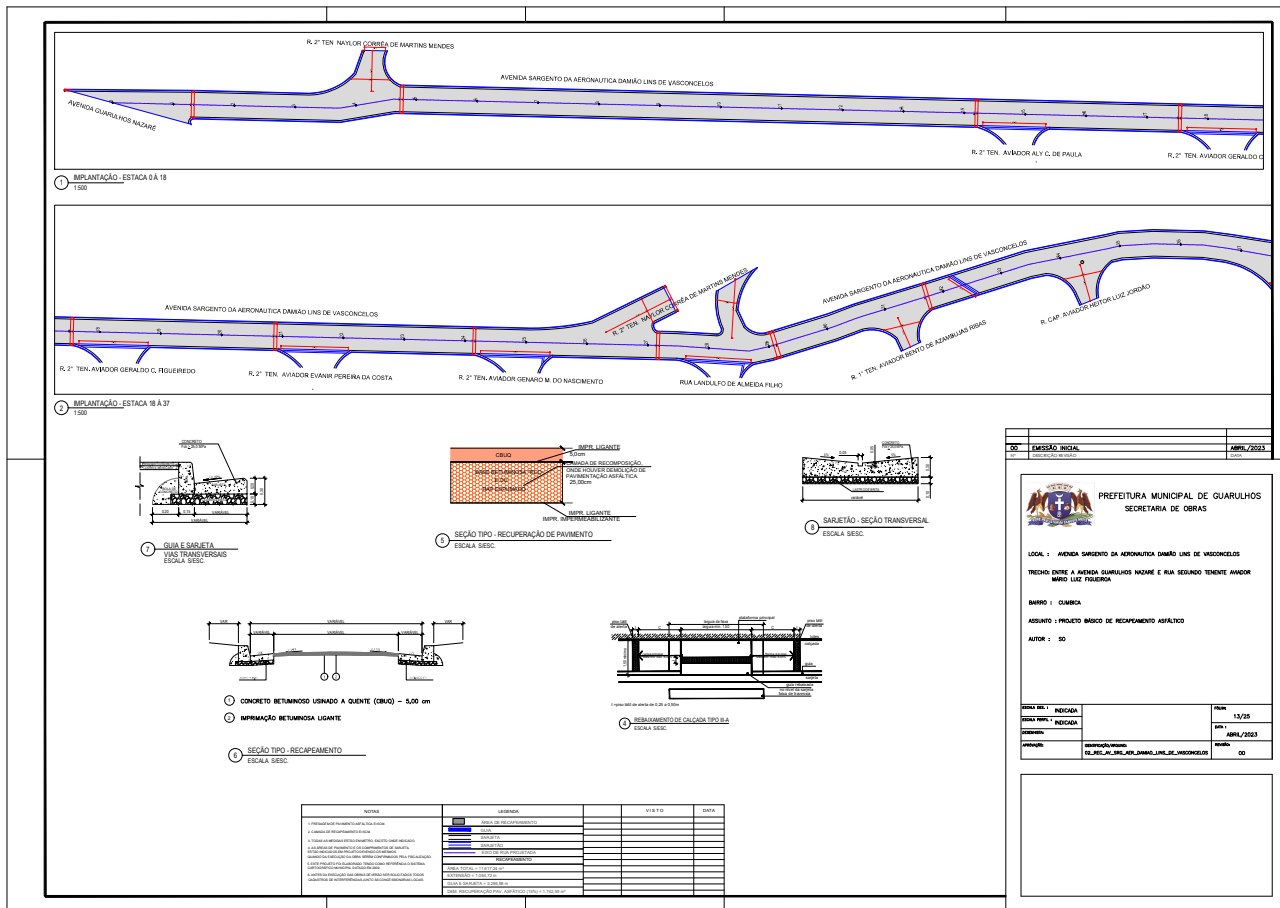




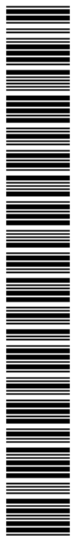


ESMA 002.1	INDICADA	12/25
ESMA 0001.1	INDICADA	
GERENTE (WH) DE O. SILVA	SINIS CORONADO PADILHA JUNIOR (011) 9111-1111	BEM 1 FEVEREIRO/2024
PRODUTOS	OPU	PRODUTOS

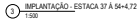





30		ABRILMENTAÇÃO		ABRIL/2023	
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS					
LOCAL: AVENIDA SARGENTO DA AERONÁUTICA DAMÃO LINS DE VASCONCELOS TRECHO ENTRE A AVENIDA GUARULHOS MAZARE E RUA SEGUNDO TENENTE AVADOR MARIO LUIZ FLOURENÇA					
BARRIO: CUMBICA					
ASSUNTO: PROJETO BÁSICO DE RECAPAMENTO ASFÁLTICO					
AUTOR: SO					
PROJ. B.1.1 INDICADA		PROJ. B.1.2 INDICADA		DATA: 13/09	
PROJ. B.1.3 INDICADA		PROJ. B.1.4 INDICADA		DATA: ABRIL/2023	
PROJ. B.1.5 INDICADA		PROJ. B.1.6 INDICADA		DATA: 01	





[illegible]

00	EMISSÃO INICIAL	AMPA/2003
<div style="text-align: center;">  <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS SECRETARIA DE OBRAS</p> </div>		
<p>LOCAL: AVENIDA SARMENTO DA AERONAUTICA DIAMOND LINS DE VASCONCELOS</p> <p>TRECHO: ENTRE A AVENIDA GUARARAPES INZINE E RUA SEGUNDO TENENTE AVANOR MARIO LUZ FIGUEIRA</p> <p>BARRIO: CUMBUCA</p> <p>OBJETO: PROJETO BASICO DE RECAPOTAMENTO ASFALTICO</p> <p>AUTOR: SO</p>		
DATA DA 1ª EMISSÃO DATA DA 2ª EMISSÃO EMISSÃO AUTORIZAÇÃO	DATA DA 3ª EMISSÃO DATA DA 4ª EMISSÃO DATA DA 5ª EMISSÃO DATA DA 6ª EMISSÃO	DATA DA 7ª EMISSÃO DATA DA 8ª EMISSÃO DATA DA 9ª EMISSÃO DATA DA 10ª EMISSÃO
DATA DA 11ª EMISSÃO DATA DA 12ª EMISSÃO DATA DA 13ª EMISSÃO DATA DA 14ª EMISSÃO	DATA DA 15ª EMISSÃO DATA DA 16ª EMISSÃO DATA DA 17ª EMISSÃO DATA DA 18ª EMISSÃO	DATA DA 19ª EMISSÃO DATA DA 20ª EMISSÃO DATA DA 21ª EMISSÃO DATA DA 22ª EMISSÃO
DATA DA 23ª EMISSÃO DATA DA 24ª EMISSÃO DATA DA 25ª EMISSÃO DATA DA 26ª EMISSÃO	DATA DA 27ª EMISSÃO DATA DA 28ª EMISSÃO DATA DA 29ª EMISSÃO DATA DA 30ª EMISSÃO	DATA DA 31ª EMISSÃO DATA DA 32ª EMISSÃO DATA DA 33ª EMISSÃO DATA DA 34ª EMISSÃO
DATA DA 35ª EMISSÃO DATA DA 36ª EMISSÃO DATA DA 37ª EMISSÃO DATA DA 38ª EMISSÃO	DATA DA 39ª EMISSÃO DATA DA 40ª EMISSÃO DATA DA 41ª EMISSÃO DATA DA 42ª EMISSÃO	DATA DA 43ª EMISSÃO DATA DA 44ª EMISSÃO DATA DA 45ª EMISSÃO DATA DA 46ª EMISSÃO
DATA DA 47ª EMISSÃO DATA DA 48ª EMISSÃO DATA DA 49ª EMISSÃO DATA DA 50ª EMISSÃO	DATA DA 51ª EMISSÃO DATA DA 52ª EMISSÃO DATA DA 53ª EMISSÃO DATA DA 54ª EMISSÃO	DATA DA 55ª EMISSÃO DATA DA 56ª EMISSÃO DATA DA 57ª EMISSÃO DATA DA 58ª EMISSÃO
DATA DA 59ª EMISSÃO DATA DA 60ª EMISSÃO DATA DA 61ª EMISSÃO DATA DA 62ª EMISSÃO	DATA DA 63ª EMISSÃO DATA DA 64ª EMISSÃO DATA DA 65ª EMISSÃO DATA DA 66ª EMISSÃO	DATA DA 67ª EMISSÃO DATA DA 68ª EMISSÃO DATA DA 69ª EMISSÃO DATA DA 70ª EMISSÃO
DATA DA 71ª EMISSÃO DATA DA 72ª EMISSÃO DATA DA 73ª EMISSÃO DATA DA 74ª EMISSÃO	DATA DA 75ª EMISSÃO DATA DA 76ª EMISSÃO DATA DA 77ª EMISSÃO DATA DA 78ª EMISSÃO	DATA DA 79ª EMISSÃO DATA DA 80ª EMISSÃO DATA DA 81ª EMISSÃO DATA DA 82ª EMISSÃO
DATA DA 83ª EMISSÃO DATA DA 84ª EMISSÃO DATA DA 85ª EMISSÃO DATA DA 86ª EMISSÃO	DATA DA 87ª EMISSÃO DATA DA 88ª EMISSÃO DATA DA 89ª EMISSÃO DATA DA 90ª EMISSÃO	DATA DA 91ª EMISSÃO DATA DA 92ª EMISSÃO DATA DA 93ª EMISSÃO DATA DA 94ª EMISSÃO
DATA DA 95ª EMISSÃO DATA DA 96ª EMISSÃO DATA DA 97ª EMISSÃO DATA DA 98ª EMISSÃO	DATA DA 99ª EMISSÃO DATA DA 100ª EMISSÃO DATA DA 101ª EMISSÃO DATA DA 102ª EMISSÃO	DATA DA 103ª EMISSÃO DATA DA 104ª EMISSÃO DATA DA 105ª EMISSÃO DATA DA 106ª EMISSÃO
DATA DA 107ª EMISSÃO DATA DA 108ª EMISSÃO DATA DA 109ª EMISSÃO DATA DA 110ª EMISSÃO	DATA DA 111ª EMISSÃO DATA DA 112ª EMISSÃO DATA DA 113ª EMISSÃO DATA DA 114ª EMISSÃO	DATA DA 115ª EMISSÃO DATA DA 116ª EMISSÃO DATA DA 117ª EMISSÃO DATA DA 118ª EMISSÃO
DATA DA 119ª EMISSÃO DATA DA 120ª EMISSÃO DATA DA 121ª EMISSÃO DATA DA 122ª EMISSÃO	DATA DA 123ª EMISSÃO DATA DA 124ª EMISSÃO DATA DA 125ª EMISSÃO DATA DA 126ª EMISSÃO	DATA DA 127ª EMISSÃO DATA DA 128ª EMISSÃO DATA DA 129ª EMISSÃO DATA DA 130ª EMISSÃO
DATA DA 131ª EMISSÃO DATA DA 132ª EMISSÃO DATA DA 133ª EMISSÃO DATA DA 134ª EMISSÃO	DATA DA 135ª EMISSÃO DATA DA 136ª EMISSÃO DATA DA 137ª EMISSÃO DATA DA 138ª EMISSÃO	DATA DA 139ª EMISSÃO DATA DA 140ª EMISSÃO DATA DA 141ª EMISSÃO DATA DA 142ª EMISSÃO
DATA DA 143ª EMISSÃO DATA DA 144ª EMISSÃO DATA DA 145ª EMISSÃO DATA DA 146ª EMISSÃO	DATA DA 147ª EMISSÃO DATA DA 148ª EMISSÃO DATA DA 149ª EMISSÃO DATA DA 150ª EMISSÃO	DATA DA 151ª EMISSÃO DATA DA 152ª EMISSÃO DATA DA 153ª EMISSÃO DATA DA 154ª EMISSÃO
DATA DA 155ª EMISSÃO DATA DA 156ª EMISSÃO DATA DA 157ª EMISSÃO DATA DA 158ª EMISSÃO	DATA DA 159ª EMISSÃO DATA DA 160ª EMISSÃO DATA DA 161ª EMISSÃO DATA DA 162ª EMISSÃO	DATA DA 163ª EMISSÃO DATA DA 164ª EMISSÃO DATA DA 165ª EMISSÃO DATA DA 166ª EMISSÃO
DATA DA 167ª EMISSÃO DATA DA 168ª EMISSÃO DATA DA 169ª EMISSÃO DATA DA 170ª EMISSÃO	DATA DA 171ª EMISSÃO DATA DA 172ª EMISSÃO DATA DA 173ª EMISSÃO DATA DA 174ª EMISSÃO	DATA DA 175ª EMISSÃO DATA DA 176ª EMISSÃO DATA DA 177ª EMISSÃO DATA DA 178ª EMISSÃO
DATA DA 179ª EMISSÃO DATA DA 180ª EMISSÃO DATA DA 181ª EMISSÃO DATA DA 182ª EMISSÃO	DATA DA 183ª EMISSÃO DATA DA 184ª EMISSÃO DATA DA 185ª EMISSÃO DATA DA 186ª EMISSÃO	DATA DA 187ª EMISSÃO DATA DA 188ª EMISSÃO DATA DA 189ª EMISSÃO DATA DA 190ª EMISSÃO
DATA DA 191ª EMISSÃO DATA DA 192ª EMISSÃO DATA DA 193ª EMISSÃO DATA DA 194ª EMISSÃO	DATA DA 195ª EMISSÃO DATA DA 196ª EMISSÃO DATA DA 197ª EMISSÃO DATA DA 198ª EMISSÃO	DATA DA 199ª EMISSÃO DATA DA 200ª EMISSÃO DATA DA 201ª EMISSÃO DATA DA 202ª EMISSÃO
DATA DA 203ª EMISSÃO DATA DA 204ª EMISSÃO DATA DA 205ª EMISSÃO DATA DA 206ª EMISSÃO	DATA DA 207ª EMISSÃO DATA DA 208ª EMISSÃO DATA DA 209ª EMISSÃO DATA DA 210ª EMISSÃO	DATA DA 211ª EMISSÃO DATA DA 212ª EMISSÃO DATA DA 213ª EMISSÃO DATA DA 214ª EMISSÃO
DATA DA 215ª EMISSÃO DATA DA 216ª EMISSÃO DATA DA 217ª EMISSÃO DATA DA 218ª EMISSÃO	DATA DA 219ª EMISSÃO DATA DA 220ª EMISSÃO DATA DA 221ª EMISSÃO DATA DA 222ª EMISSÃO	DATA DA 223ª EMISSÃO DATA DA 224ª EMISSÃO DATA DA 225ª EMISSÃO DATA DA 226ª EMISSÃO
DATA DA 227ª EMISSÃO DATA DA 228ª EMISSÃO DATA DA 229ª EMISSÃO DATA DA 230ª EMISSÃO	DATA DA 231ª EMISSÃO DATA DA 232ª EMISSÃO DATA DA 233ª EMISSÃO DATA DA 234ª EMISSÃO	DATA DA 235ª EMISSÃO DATA DA 236ª EMISSÃO DATA DA 237ª EMISSÃO DATA DA 238ª EMISSÃO
DATA DA 239ª EMISSÃO DATA DA 240ª EMISSÃO DATA DA 241ª EMISSÃO DATA DA 242ª EMISSÃO	DATA DA 243ª EMISSÃO DATA DA 244	

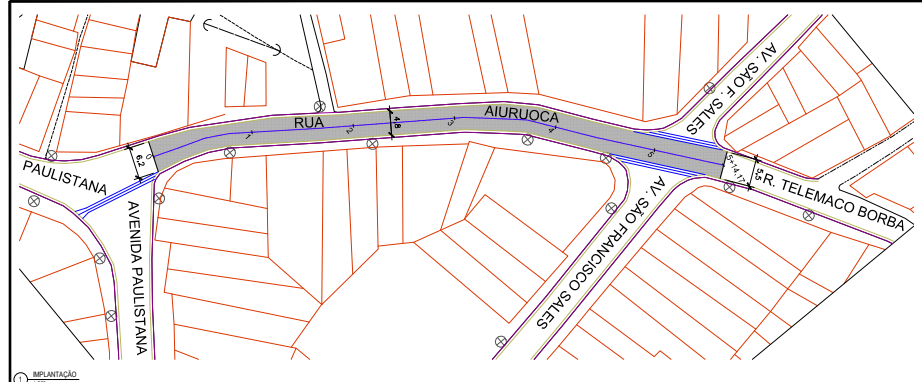


[illegible][illegible]

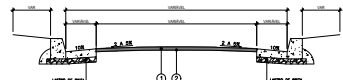




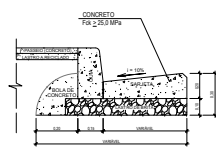




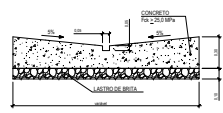
1 IMPLANTAÇÃO  
1:200



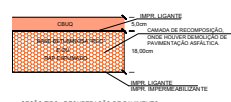
- 1 CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) - 5,00 cm
- 2 IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE
- 3 SEÇÃO TIPO - RECAPEAMENTO  
ESCALA: 1:50



4 GUIA E SARJETA  
VIAS TRANSVERSAIS  
ESCALA: 1:50



6 SARJETÃO - SEÇÃO TRANSVERSAL  
ESCALA: 1:50



3 SEÇÃO TIPO - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO  
ESCALA: 1:50

30	INDICAÇÃO INICIAL	17/09/2024
----	-------------------	------------



LOCAL: RUA AIURUOCA  
TRECHO: ENTRE A AVENIDA PAULISTANA E A RUA TELEMACO BORBA  
BARRIO: TABOÃO  
ASSUNTO: PROJETO BÁSICO DE RECAPAAMENTO ASFÁLTICO  
AUTOR: DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

PROJ. DE O. S. S. S.	INDICAÇÃO INICIAL	17/09
PROJ. DE O. S. S. S.	INDICAÇÃO FINAL	17/09/2024
PROJ. DE O. S. S. S.	INDICAÇÃO INICIAL	17/09
PROJ. DE O. S. S. S.	INDICAÇÃO FINAL	17/09/2024

NOTA	LEGENDA	VIAS	DATA
1 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO	1 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO		
2 - IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE	2 - IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE		
3 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO	3 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO		
4 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO	4 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO		
5 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO	5 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO		
6 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO	6 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO		
7 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO	7 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO		
8 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO	8 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO		
9 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO	9 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO		
10 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO	10 - RECAPAÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO		





[illegible]





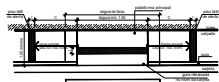




EXATA DES. 1	INDICADA	FOLIO	20/25
EXATA PROF. 1	INDICADA		
EXACTO DES. DE O. SILVA	SEN. GONZALO PADILLA JUNIOR C/DO 100100007	DATA 1	FEBRERO/2024
APROBADO	CFU	REVISIO	00

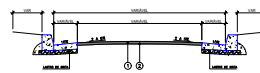
\_\_\_\_\_





© 2000 Blackwell Science Ltd *Journal of Internal Medicine* 247: 395–402

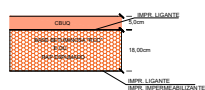
2 REBAIXAMENTO DE CALÇADA TIPO III-A  
ESCALA: 1:500



⑤ CONCRETO BETUMINOSO USADO A QUENTE (CBUQ) = 5,00 cm

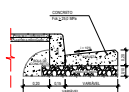
© 2000 by John Wiley & Sons, Inc.

SEÇÃO TIPO - RECARGAMENTO



SEÇÃO TIPO - RECUPERAÇÃO DE PAGAMENTO

3 ESCALA SIESC



#### 4 GUIA E SARJETA



5 SARJETÃO - 1  
ESCOLA SESO

NOTAS	LEGENDA	VISTO	DATA
1. FUNDAMENTO PARA O VOTO DO SENADOR	 ÁREA DE RECAPITULAÇÃO		
2. CÂMBIO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO		
3. TÍTULOS DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
4. ÁREA DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
5. RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
6. RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
7. RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
8. RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
9. RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
10. RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
11. RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
12. RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
13. RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
14. RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
15. RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
16. RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
17. RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		
18. RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO	 RECAPITULAÇÃO DE RECAPITULAÇÃO		

05	EMISSÃO INICIAL	JANEIRO/202



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE OBRAS

LOCAL : RUA JOÃO BATISTA NOGUEIRA, RUA BACCO E AVENIDA SANTANA DA BOA VISTA  
TRECHO : ENTRE A RUA BACCO E A RUA CRATO

1. *Journal of Management Studies*, 1997, 34, 1, 1-15.

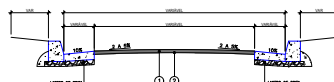
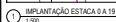
ENERGY : CUMULATIVE

ASSUNTO : PROJETO BÁSICO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

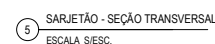
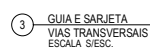
ESCALA DE 1	INDICADA	21/25
ESCALA DE 1	INDICADA	
DESCRIÇÃO DE O. SILVA	REND. CONSTATADO P. INICIAL, JURISDIÇÃO (2024-0000000-7)	
APROVAÇÃO	CFU	RENDIMENTO CONSTATADO RUA JOAO BATISTA NOGUEIRA, RUA BARRO, RUA RUA







① CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) – 5,00 cm

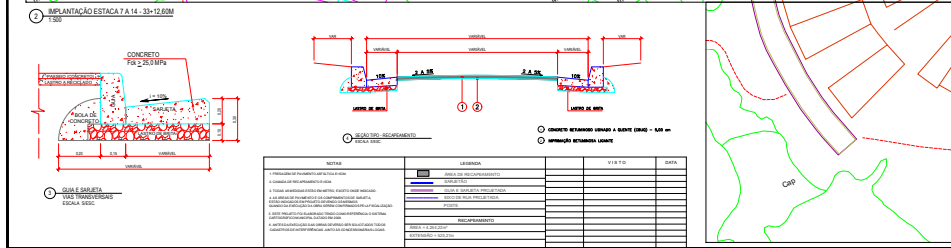


LOCAL : RUA RAUL VALENTA  
TRECHO : ENTRE A RUA CORNÉLIO DE AZEVEDO MARQUES E RUA SELO JARDIM  
BARRIO : JARDIM SANTA CLARA  
ASSUNTO : PROJETO BÁSICO DE RECAPAMENTO ASFÁLTICO  
AUTOR : DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

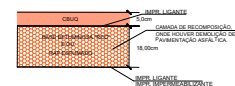
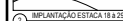
ESCALA DEB. I	INDICADA	ARQ <sup>o</sup> NIELSON DE JESUS TEIXEIRA RECHA C. acadêmica 100000-00	PLANO	22/25
ESCALA PROF. I	INDICADA		BOM	
DEBEMOS	FERNANDO SANTOS			FEVEREIRO/2024
Assinatura	CPF	assimilacão, inativo		
		BLA. BOLS. VALÊNCIA		

[illegible]

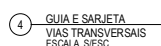




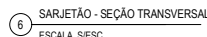




8 SEÇÃO TIPO - RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO  
ESCALA: S/ESC.



- ① CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) – 5,00 cm



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE OBRAS

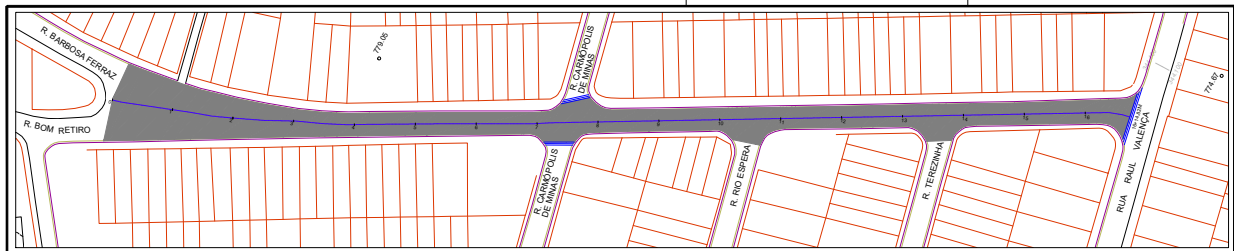
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS  
SECRETARIA DE OBRAS

LOCAL : RUA BELO JARDIM  
TRECHO : ENTRE A RUA VICENTE PARRA E A RUA DORAZOPOLIS  
BARRIO : JARDIM SANTA CLARA  
ASSUNTO : PROJETO BÁSICO DE RECAPAMENTO ASFÁLTICO  
AUTOR : DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

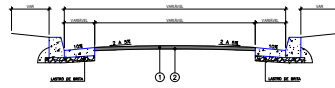
ESCALA DE 1	INDICADA	ARQ <sup>1</sup> MARCELO DE JESUS TEIXEIRA REICHA <i>Coordenador Geral de</i>	PLANO	24/25
ESCALA DE 1	INDICADA		BOM	MARÇO/25
DEPARTAMENTO	FERNANDO SANTOS			
PROFESSOR	CEU	COORDENADOR GERAL	COORDENADOR	COORDENADOR

[illegible]



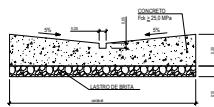


1 IMPLANTAÇÃO ESTACA 0 A 16+14,82m  
1:500

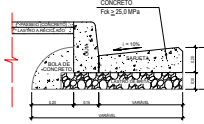


4 SEÇÃO TIPO - RECAPEAMENTO  
ESCALA S/ESC.

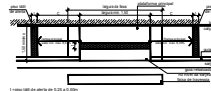
- ① CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) – 5,00 cm  
② IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE



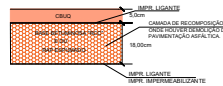
3 SARJETÃO - SEÇÃO TRANSVERSAL  
ESCALA S/ESC.



2 GUIA E SARJETA  
VIAS TRANSVERSAIS  
ESCALA S/ESC.



5 REBAIXAMENTO DE CALÇADA TIPO III-A  
ESCALA SISC.



6 SEÇÃO TIPO - RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTO  
ESCALA: 1:500

[illegible]

00	EMIÇÃO INICIAL	JANEIRO/2024
NP	DISCÇÃO REVISÃO	DATA

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**

LOCAL : RUA DORES DO INDIA  
TRECHO : ENTRE A RUA BOM RETIRO E RUA SELO JARDIM  
BARRO : JARDIM SANTA CLARA  
ASSUNTO : PROJETO BASICO DE RECAPEAMENTO ASFALTICO  
AUTOR : DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

ESCOLA DES. I	INDICADA	RUA CARLOS DE JESUS TEIXEIRA RICHNA C. 100 metros 100 metros 20	PIRAC	25/25
ESCOLA POPUL. I	INDICADA		SEJA I	MMH/25
DESCRIÇÃO	FERNANDO SANTOS			
APROVAÇÃO	CPF	assinatura/assinado	revisão	00
		RUA DORES DO SOL		



Assinado com senha por: LUCAS SANCHES PROMESSIA - 27/06/2025 às 10:26:21  
Autenticado com senha por: MARILZA DE JESUS TEIXEIRA ROCHA - 17/06/2025 às 08:20:29  
Documento N°: 3868939A5050011 - consulta é autenticada em:  
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/3868939A5050011>



SGRICAP2025059143DM





Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO III A**

### **ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**





SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA  
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA  
Divisão Técnica de Projetos de Pavimentação e Microdrenagem

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. Descrição da necessidade:

Este documento trata-se de estudo técnico preliminar, visando a contratação da Execução das Obras de Pavimentação, em 6 (seis) vias, Recapeamento, em 21 (vinte e uma) vias, Guias, Sarjetas e Sarjetões, Drenagem e Passeio em todas as 27 (vinte e sete) vias no Município de Guarulhos/SP.

A execução das obras de pavimentação, recapeamento e drenagem tem por afinidade atender aos munícipes proporcionando melhorias das condições de infraestrutura e acessibilidade. Além do atendimento das comunidades mais carentes que sofrem com dificuldade de mobilidade.

Portando a necessidade da contratação das obras de pavimentação e recapeamento são para promover a execução do dimensionamento correto das camadas do pavimento de acordo com as especificidades, garantindo que ele suporte as solicitações impostas pelo tráfego ao longo do tempo e mantenha o conforto e a segurança dos usuários da via, e que as redes e os dispositivos de drenagem contemplem as melhores alternativas para drenar as águas precipitadas sobre as pistas e, quando pertinente, as contribuições provenientes de áreas próximas vinculadas a ela.

A contratação de empresa especializada para execução das obras de pavimentação, recapeamento e drenagem nas vias visa beneficiar os munícipes e o comércio local, tendo em vista que, trará melhorias significativas em relação ao tráfego, condições de rolamento, transporte, escoamento de materiais, conforto, modernização das vias urbanas, além de auxiliar a valorização das áreas e gerar qualidade de vida, de modo atender as políticas públicas do Município, contribuir com a eficiência dos empreendimentos, garantindo qualidade e gerando desenvolvimento.

### 2. Histórico:

Essas vias encontram-se em situação precária, cheias de patologias tais como buracos, panelas e pavimento desgastado mediante a sua utilização e intempéries. A realização de pavimentação, recapeamento e drenagem dessas vias é de suma importância para remediar transtornos causados por fortes chuvas e prejuízo a população local apresentam-se custo-benefício imensurável.

As obras de pavimentação, recapeamento e drenagem se fazem necessárias também pelo aumento da capacidade de carga, ou seja, quando uma via apresenta um aumento significativo no volume de tráfego ou no peso dos veículos que a utilizam.

Por último, a melhoria da qualidade das vias. As pavimentações asfálticas e drenagens também podem ser realizadas como parte de um projeto de melhoria da qualidade da via, visando proporcionar maior conforto e segurança aos usuários. Isso pode incluir a redução de ruídos, poeira, a melhoria da drenagem superficial, a sinalização adequada e acessibilidade.

#### 2.1. Tem contrato ou ata vigente:

( ) Sim, contrato nº \_\_\_\_, vencimento: \_\_/\_\_/\_\_

( ) Sim ata nº \_\_\_\_\_

( x ) Não há contrato/ ata vigente.

#### 2.2. Há interesse em prorrogar contrato ou ata vigente?

( ) Sim, por igual período

( ) Sim, por \_\_\_\_ meses, com cláusula resolutiva, mediante conclusão de contratação através do Processo \_\_\_\_.

( x ) Não

#### 2.3. Informações sobre estoque existente:

( x ) Não se aplica, pois trata-se de prestação de serviços

( ) Não se aplica, pois não é um produto estocável

( ) Sim, conforme especificado abaixo:

—

### 3. Soluções existentes no mercado:

Não é o caso da contratação em tela, tendo em vista a natureza do objeto, pois há no mercado nacional diversas empresas de engenharia para realização de obras e serviços por preço unitário, o que possibilita ampla concorrência e vantagens à administração pública, propiciando transparência e legalidade para requerida contratação. Assim, será elaborada pela equipe técnica responsável pelo planejamento da licitação planilha orçamentária acompanhada de sua memória de cálculo onde serão discriminados os valores unitários estimados de todos os materiais e serviços que serão aplicados na contratação desta obra.

Vale ressaltar que a referência da planilha orçamentária baseada nas tabelas SIURB INFRA, CDHU, SICRO e SINAPI supre a pesquisa de preços de mercado, conforme Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 e publicação "Orientações para elaboração de planilhas orçamentárias públicas – TCU".

### 4. Relação de dependência com o contrato:

( x ) Não se aplica

( ) Sim, conforme justificativa abaixo:

—

### 5. Critério de Sustentabilidade:

O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1998 e a lei nº 14.133/21.

- Efetuar o descarte de materiais em observância à política de responsabilidade socioambiental adotada pelo órgão.
- Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.
- Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, informando, se for o caso, o tratamento adotado para o recolhimento dos resíduos;
- Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;



- Separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica os resíduos de obras, separando o que pode ser reaproveitado e reciclado, demonstrando os procedimentos utilizados para recolhimento adequado dos materiais;
- Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local na execução local na execução dos serviços;
- Os materiais empregados pela Contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associação ao produto;
- A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com a marcas e fabricantes dos produtos, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos Impactos ambientais.

6. Estimativa do valor da contratação: R\$

Estimativa da despesa total: R\$ 31.500,000,00 ( trinta e um milhões e quientos mil reais)

7. Levantamento e análise de riscos:

A análise de riscos tem o intuito de identificar as ameaças à longevidade do objeto entregue e as ações que podem ser tomadas para evitar ou minimizar a ocorrência dos riscos e impactos negativos. Sendo assim, todo risco identificado deve ter pelo menos uma medida preventiva, a fim de evitar danos ao objeto do contrato, objetos envolvidos e ao meio ambiente.

A falta ou a demora das ações para a realização de obras de pavimentação, recapeamento e drenagem para prevenir reparar a estrutura do pavimento comprometido em seu leito resultam em graves riscos. Além da possibilidade de acidentes com consequências sérias para os motoristas, ciclistas e pedestres e para a vizinhança da via e ainda possíveis evento durante os fortes períodos de chuva onde ocorrem inundações / alagamentos.

O levantamento e análise de riscos identificarão potenciais ameaças associadas à execução dessas obras. O mapa de riscos será elaborado para uma gestão eficaz, permitindo a escolha da solução mais vantajosa sob a perspectiva do interesse público.

8. Definição do objeto:

Após análise das necessidades, soluções disponíveis no mercado e histórico de contratações similares, o objeto é definido como "DEMANDA 90348- - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PASSEIO DE CONCRETO NA AVENIDA LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO E OUTRAS , NO MUNICIPIUO DE GUARULHOS/SP".

9. Justificativa de escolha da solução:

A escolha da solução é justificada uma vez que a execução dos serviços propostos tem por finalidade atender às reivindicações da população usuária do viária da região, proporcionando assim melhorias das condições da infraestrutura e acessibilidade, trazendo mais conforto e segurança.

As obras de pavimentação, recapeamento e drenagem deverão ser executadas em concreto asfáltico, recomposição de guias, sarjetas e calçada (passeio) e sua sinalização.

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, de empresa de engenharia para execução de serviços de pavimentação, recapeamento e drenagem, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária, uma vez que trará melhorias a população.

Portanto essa escolha da solução apresenta vantajosidade operacional, técnica e financeira. A empresa selecionada deve demonstrar experiência em obras similares, apresentar vantagens técnicas e oferecer proposta financeiramente competitiva.

10. Previsão no plano de contratação anual (PCA)

Sim,

( ) conforme PCA

( x ) de acordo com o planejamento da unidade e lei orçamentária anual

Não, justificar:

\_\_\_\_\_

11. Estimativas de quantidades:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	CATSERV
SERVIÇOS PRELIMINARES			13.572,00
PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	90,00	
CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITÓRIO, COM 1 SANITÁRIO, COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS	Un x Mês	8,00	
Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	UNMES	8,00	
	SUBTOTAL ITEM 1:		
PAVIMENTAÇÃO			
MOVIMENTO DE TERRA			3805
LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M2	1.471,15	
CARGA E REMOÇÃO DE TERRA ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE 1,0KM COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3	M3	785,87	
REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM COM CAMINHÃO DE 14 M3	M3XKM	16.220,22	
LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	M2	335,27	



Escavação e carga mecanizada em solo de 1ª categoria, em campo aberto	M3	117,34	
Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	T	125,73	
	TOTAL ITEM 2:		
			1375
PASSEIO			
DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	M3	162,26	
CARGA E REMOÇÃO DE ENTULHO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	43,25	
REMOÇÃO DE ENTULHO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	1.011,31	
CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	119,01	
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	2.975,25	
Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	T	361,93	
	SUBTOTAL ITEM 3:		
DRENAGEM			
ARRANCAMENTO DE GUIAS, INCLUI CARGA EM CAMINHÃO	M	29,49	
TRANSPORTE DE GUIAS	MXKM	528,72	
DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO DE CONCRETO, SARJETA OU SARJETÃO, INCLUI CARGA EM CAMINHÃO	M2	23,34	
TRANSPORTE DE ENTULHO POR CAMINHÃO BASCULANTE, A PARTIR DE 1KM	M3XKM	16,81	
CARGA E REMOÇÃO DE ENTULHO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	4,07	
REMOÇÃO DE ENTULHO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	61,05	
Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	T	10,15	
	SUBTOTAL ITEM 4:		
PAVIMENTO			
Fresagem de pavimento asfáltico com espessura até 5 cm, inclusive remoção do material fresado até 10 quilômetros e varrição	M2	136,44	
CARGA E REMOÇÃO DE ENTULHO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	35,11	
REMOÇÃO DE ENTULHO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	539,52	
	SUBTOTAL ITEM 5:		
DRENAGEM			
4710			
ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,50 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (1,2 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	1.381,12	
ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARG. DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	359,01	
CARGA E REMOÇÃO DE TERRA ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE 1,0KM COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3	M3	373,69	
REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM COM CAMINHÃO DE 14 M3	M3XKM	7.019,62	
ESCORAMENTO DE VALA, TIPO DESCONTÍNUO, COM PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M. AF_08/2020	M2	1.579,78	
Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	M2	1.468,54	
Lastro de brita comercial compactado com soquete vibratório - espalhamento manual	m³	73,43	
BOCA DE LOBO TRIPLA	UN	1,00	
BASE PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1,5X1,5 M, PROFUNDIDADE = 1,40 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_12/2020	UN	10,00	
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO SIMPLES - DIÂMETRO 50CM	M	16,45	
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, DIÂMETRO 60CM - TIPO PA-2	M	181,95	
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, DIÂMETRO 80CM - TIPO PA-2	M	377,00	
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, DIÂMETRO 150CM - TIPO PA-2	M	0,00	



TAMPAO FOFO SIMPLES COM BASE / REQUADRO, CLASSE D400 CARGA MAX. 40 T, REDONDO, TAMPA 600 MM (COM INSCRICAO EM RELEVIO DO TIPO DE REDE)	UN	8,00	
CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA COM ALVENARIA DE UM TIJOLO COMUM	M	2,40	
INC.27 - CONSTRUÇÃO DE SARJETA OU SARJETÃO DE CONCRETO - FCK=25,0MPA	M3	0,00	
IHD.23 - LASTRO DE BRITA E PÓ DE PEDRA	M3	155,24	
CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1X1,2 M. AF_12/2020	UN	0,00	
CAIXA PARA BOCA DE LOBO DUPLA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X2,2X1,2 M. AF_12/2020	UN	17,00	
FORNECIMENTO DE TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL CLASSE MÍNIMA 400 (40T) D=600MM - NBR 10160 NÃO ARTICULADO - P/ GAL. ÁGUAS PLUV.	UN	3,00	
INC.27 - INSTALAÇÃO DE TAMPÃO PARA GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - NÃO ARTICULADO, EXCETO FORNECIMENTO DE TAMPÃO	UN	3,00	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	2.312,97	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	169,38	
EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 45 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_01/2024	M	2.317,36	
EXECUÇÃO DE SARJETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO, 45 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_01/2024	M	163,24	
LEVANTAMENTO OU REBAIXAMENTO DE TAMPÃO DE POÇO DE VISITA	UN	1,00	
REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³/POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA 1,5 A 2,5 M, PROFUNDIDADE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	1.732,57	
CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	309,90	
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	7.622,76	
Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	24,96	
EXECUÇÃO DE SARJETÃO DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 100 CM BASE X 20 CM ALTURA. AF_01/2024	M	15,48	
MURO DE ALA 150CM EM CONCRETO CICLOPICO	UN	0,00	
MURO DE ALA 80CM EM CONCRETO CICLOPICO	UN	0,00	
		<b>SUBTOTAL ITEM 6:</b>	
<b>PAVIMENTO</b>			6629
ABERTURA DE CAIXA ATÉ 40CM, INCLUI ESCAVAÇÃO, COMPACTAÇÃO, TRANSPORTE E PREPARO DO SUB-LEITO	M2	10.471,18	
ABERTURA DE CAIXA ATÉ 25CM, INCLUI ESCAVAÇÃO, COMPACTAÇÃO, TRANSPORTE E PREPARO DO SUB-LEITO	M2	942,85	
REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM COM CAMINHÃO DE 14 M3	M3XKM	31.044,43	
BASE DE BRITA GRADUADA	M3	1.911,21	
INA.01 - IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE	M2	23.100,95	
IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA IMPERMEABILIZANTE	M2	11.550,47	
ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	1.215,00	
INC.27 - CONSTRUÇÃO DE SARJETA OU SARJETÃO DE CONCRETO - FCK=25,0MPA	M3	95,68	
CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE BINDER ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	538,49	
TRANSPORTE DE BINDER ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	4.985,19	
INA.01 - BASE DE BINDER ABERTO (SEM TRANSPORTE)	M3	429,04	
CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	545,57	
FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE BLOCOS DE CONCRETO SOBRE AREIA - VIAS TRÁFEGO LEVE	M2	0,00	
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	141,40	



EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE BINDER - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	141,40	
TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	5.093,01	
INA.01 - REVESTIMENTO DE CONCRETO ASFÁLTICO (SEM TRANSPORTE)	M3	436,12	
ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (170HP/LÂMINA: 5,20M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 14M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	M3	0,00	
ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,50 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (1,2 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	121,19	
ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARG. DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	637,24	
CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	M3	95,86	
CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	293,82	
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	5.621,13	
CARGA E REMOÇÃO DE TERRA ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE 1,0KM COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3	M3	9.814,16	
REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM COM CAMINHÃO DE 14 M3	M3XKM	10.589,32	
REFORÇO DE SUB-LEITO/SUB-BASE DE SOLO MELHORADO COM BRITA 50,0% EM VOLUME	M3	1.342,22	
REFORÇO DE SUB-LEITO/SUB-BASE DE SOLO MELHORADO COM BRITA 60% EM VOLUME	M3	576,54	
REFORÇO DO SUB-LEITO/SUB-BASE DE SOLO MELHORADO COM AGREGADO RECICLADO 60% EM VOLUME, COM FORNECIMENTO DE AGREGADO	M3	121,42	
CARGA DE MISTURA ASFÁLTICA EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	63,90	
DRENO SUBSUPERFICIAL (SEÇÃO 0,40 X 0,40 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL. AF_07/2021	M	1.149,41	
DRENO SUBSUPERFICIAL (SEÇÃO 0,40 X 0,40 M), COM TUBO DE PVC CORRUGADO RÍGIDO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL. AF_07/2021	M	1.986,28	
GEOGRELHA POLIETILENO RESIST. TRANSV. 50 KN/M - RESIST. LONGIT. 50 KN/M	m2	2.828,06	
GEOGRELHA POLIETILENO RESIST. TRANSV. 50 KN/M - RESIST. LONGIT. 200 KN/M	m2	845,44	
Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	993,39	
	SUBTOTAL ITEM 7:		
PASSEIO		5450	
BASE DE AGREGADO RECICLADO, COM FORNECIMENTO DE AGREGADO	M3	102,33	
LASTRO DE AGREGADO RECICLADO, COM FORNECIMENTO DE AGREGADO	M3	92,38	
EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	477,59	
GUARDA-CORPO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M, MONTANTES TUBULARES DE 1.1/4" ESPAÇADOS DE 1,20M, TRAVESSA SUPERIOR DE 1.1/2", GRADIL FORMADO POR TUBOS HORIZONTAIS DE 1" E VERTICAIS DE 3/4", FIXADO COM CHUMBADOR MECÂNICO. AF_04/2019_PS	M	7,20	
	SUBTOTAL ITEM 8:		
RECAPEAMENTO			
RECAPEAMENTO ASFÁLTICO		6629	
Guia pré-moldada reta tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	M	7.068,80	
INC.27 - CONSTRUÇÃO DE SARJETA OU SARJETÃO DE CONCRETO - FCK=25,0MPa	M3	902,99	
EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	272,83	
IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA IMPERMEABILIZANTE	M2	25.350,27	
INA.01 - IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE	M2	131.094,96	
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	5.255,01	
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE BINDER - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	0,00	



CARGA DE MISTURA ASFÁLTICA EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	5.255,01	
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	126.320,12	
LEVANTAMENTO OU REBAIXAMENTO DE TAMPÃO DE POÇO DE VISITA	UN	189,00	
BASE PARA POÇO DE VISITA CIRCULAR PARA ESGOTO, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,80 M, PROFUNDIDADE = 1,35 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_12/2020	UN	20,00	
REFORMA DE BOCA DE LOBO DUPLA	UN	4,00	
		<b>SUBTOTAL ITEM 9:</b>	
<b>DEMOLIÇÕES E RECUPERAÇÃO DE BASE</b>			<b>6731</b>
ARRANCAMENTO DE GUIAS, INCLUI CARGA EM CAMINHÃO	M	7.018,74	
DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO DE CONCRETO, SARJETA OU SARJETÃO, INCLUI CARGA EM CAMINHÃO	M2	7.710,35	
TRANSPORTE DE PAVIMENTO DE CONCRETO, SARJETA E SARJETÃO	M2XKM	191.073,66	
TRANSPORTE DE GUIAS	MXKM	163.851,70	
FRESAGEM DE PAVIMENTO ASFÁLTICO COM ESPESURA ATÉ 5CM, EM VIAS ARTERIAIS, INCLUSIVE REMOÇÃO DO MATERIAL FRESADO ATÉ 10KM E VARRIÇÃO	M2	71.062,18	
DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, INCLUSIVE CAPA, INCLUI CARGA NO CAMINHÃO	M2	34.682,52	
ESCAVAÇÃO MECÂNICA PARA FUNDAÇÕES E VALAS COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL À 4,0M	M3	6.676,48	
CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M3	6.676,48	
TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	205.724,90	
BASE BETUMINOSA DE MATERIAIS PROVENIENTES DA FRESAGEM DE PAVIMENTOS ASFÁLTICOS (RAP) RECICLADO EM USINA MÓVEL COM ATÉ 3% DE EMULSÃO MODIFICADA COM POLÍMERO, FORNECIMENTO E APLICAÇÃO, NÃO INCLUI TRANSPORTE ATÉ O LOCAL DOS SERVIÇOS, CAMADA ACABADA	M3	9.509,41	
SUB-BASE OU BASE BRITA GRAD. SIMPLES	m3	0,00	
		<b>SUBTOTAL ITEM 10:</b>	
<b>RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO</b>			<b>6629</b>
ABERTURA DE CAIXA ATÉ 40CM, INCLUI ESCAVAÇÃO, COMPACTAÇÃO, TRANSPORTE E PREPARO DO SUB-LEITO	M2	9.977,35	
CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	2.993,21	
TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	26.938,85	
TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	322,55	
LEVANTAMENTO OU REBAIXAMENTO DE TAMPÃO DE POÇO DE VISITA	UN	7,00	

**12. Justificativa para o parcelamento, agrupamento e subcontratação:**

O não parcelamento da solução é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, haja vista que o gerenciamento dos serviços permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade dos serviços e garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

**Subcontratação:**

( x ) Sim, conforme item(ns)/serviço(s) e porcentagem a ser subcontratada descrita abaixo:

A subcontratação dos serviços poderá ser permitida de forma parcial conforme disposto no art. 122, da lei 14.133/2021, com a prévia aprovação da Contratante, desde que a Contratada mantenha toda a Coordenação dos serviços através do seu Responsável Técnico preposto.

- A CONTRATADA poderá subcontratar até o limite de 20% do valor contratual mediante a prévia autorização do Fiscal e Gestor do Contrato.

( ) Não poderá ser subcontratada.

**13. Legislação sobre o assunto:**

Independente de não ser especificamente citado, na execução dos serviços e no emprego dos materiais, deverá ser obedecido tudo aquilo que estiver regulamentado pelas normas, especificações, métodos e terminologias da Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT, normas internacionais e de órgãos técnicos competentes. A observância rigorosa dos procedimentos definidos nas especificações e projetos será de responsabilidade da Contratada.

- Manual de Restauração de Pavimentos Asfálticos – Publicação IPR – 720 – DNIT – 2006;
- DNIT 070-PRO: Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras – Procedimento. RJ: IPR.
- DNIT 031-ES: Pavimentos flexíveis – Concreto asfáltico - Especificação de serviço. RJ: IPR.
- DNIT 137-ES: Pavimentação – Regularização do subleito – Especificação de serviço. RJ: IPR.
- DNIT 139-ES: Pavimentação – Sub-base estabilizada granulometricamente – Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.



- f) DNIT 141-ES: Pavimentação – Base estabilizada granulometricamente – Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.
- g) DNIT 144-ES: Pavimentação asfáltica – Imprimação com ligante asfáltico convencional – Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.
- h) DNIT 145-ES: Pavimentação – Pintura de ligação com ligante asfáltico convencional – Especificação de serviço. Rio de Janeiro: IPR.
- i) Resolução CONAMA 307/2002: Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

**14. Premissas técnicas:**

O objeto a ser licitado, pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Pública, executada pelo regime de empreitada por preço unitário, para oferecer serviços de infraestrutura e melhorias nas condições de trânsito e habitabilidade do município.

As obras contempladas neste projeto será executada nas vias especificadas na planilha orçamentaria e no memorial descritivo, abrangendo serviços de pavimentação, recapeamento, recomposição do passeio e drenagem das vias. A execução dessas intervenções proporcionará aos munícipes avanços significativos em termos de qualidade de vida, acessibilidade e segurança.

Os serviços serão prestados por empresa especializada, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade pela legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento, Memorial Descritivo e no Projeto Básico.

A prestação dos serviços de engenharia não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a administração pública, vedando-se qualquer relação entre eles que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**15. Padronização:**

Não se aplica

**16. Indicação de Marca ou Modelo:**

Não se aplica

**17. Atividade Acessória:**

Não se aplica

**18. Bens de luxo:**

Não se aplica

**19. Princípio da segregação de funções**

As funções são divididas em planejamento, condução da licitação e gestão do contrato, garantindo mais controle e transparência (artigos 5º e 7º da Lei 14133/2021).

( x ) Sim, atende os princípios da segregação de função.

( ) Não, conforme justificativa abaixo:

—

**20. Mapa de risco (matriz de risco):**

SEI: 1123.2025/0001841-4

**PREFEITURA DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA URBANA - SIURB04**

**MATRIZ DE RISCOS**

**OBRA:** EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PASSEIO DE CONCRETO NA AVENIDA LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO E OUTRAS , NO MUNICIPIO DE GUARULHOS/SP".

**BAIRRO:** BONSUCESSO

Nº	NÍVEL DO RISCO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	FATOR DE RISCO	DESCRIÇÃO DO FATOR DE RISCO	CONSEQUÊNCIAS DOS RISCOS	AÇÕES PREVENTIVAS E/OU MITIGADORAS	GRAU DE PROBABILIDADE (P)	GRAU DE IMPACTO (I)	ALOCÇÃO DOS RISCOS
1	1	PROJETO FINAL	Necessidade de aditivo de adequação de planilha com possibilidade de aumento de custo previsto.	Quantidade e qualidade insuficientes ou inadequadas dos itens de serviços previstos na planilha de estimativa de custos para realização da obra.	Necessidade de aditivo de adequação de planilha com possibilidade de aumento de custo previsto.	A administração juntamente com a contratada deverá elaborar uma planilha de custos para oficialização de um termo aditivo ao contrato.	Raro	Muito Baixo	Contratante/Contratada
2	3	ALTERAÇÃO DE PROJETO	Necessidade de aditivo de adequação de planilha com possibilidade de aumento de custo previsto.	Alteração do projeto e/ou especificações, no decorrer da elaboração do projeto executivo e/ou por opção da Contratada - inclusive metodologia executiva.	Necessidade de aditivo de adequação de planilha com possibilidade de aumento de custo previsto.	Remuneração do serviço alterado por meio de termo aditivo específico, previamente aprovado. Solução técnica por conta da contratada, desde que previamente aprovada e que não altere o resultado técnico anteriormente proposto. Toda e qualquer alteração proposta e/ou divergências em relação ao projeto de engenharia deve ser comunicada à fiscalização.	Raro	Baixo	Contratante



3	19	FINANCEIRO	Atraso no cronograma.	Atrasos nos repasses financeiros por parte do órgão financiador.	Atraso no cronograma.	Possibilidade de aditivo de prazo. Gestão junto ao órgão financiador buscando liberação de recursos.	Pouco Provável	Muito Alto	Contratante
			Aumento de custo por atraso do cronograma.		Aumento de custo por atraso do cronograma.	Contratada deve adequar estrutura de administração local aos valores recebidos conforme critério de medição e pagamento de administração local.			Contratada
4	21	OBTENÇÃO DE LICENÇAS E OUTORGAS	Alteração de cronograma	Obtenção de licenças ambientais e outorgas junto à outros órgãos - Federais, Estaduais e Municipais.	Provável extrapolação de prazo de execução	Paralisação de contrato após entrega dos projetos protocolados nos órgãos competentes.	Muito Provável	Alto	Contratante / Contratada
5	14	LICENÇAS AMBIENTAIS/ RISCOS AMBIENTAIS	Atraso no início das obras.	Não obtenção das licenças, inclusive de canteiros, jazidas e aterro licenciado para Resíduos da Construção Civil (RCC). Necessidade de complementação de estudos ambientais.	Atraso no início das obras.	A administração e contratada deverão obter as licenças ambientais pertinentes antes do início das obras.	Pouco Provável	Alto	Contratante
			Aumento de custo por atraso do cronograma.		Aumento de custo por atraso do cronograma.	Contratada deverá manter disponível apenas a estrutura necessária à realização dos serviços efetivamente liberados.			Contratada
6	8	CONDIÇÕES GEOTÉCNICAS	Aumento de custo devido à necessidade de adequação de planilha com inclusão de serviços extras ou aumento de quantitativos.	Ocorrência qualitativa ou quantitativa de solo divergente daquele que consta nos elementos técnicos da licitação.	Aumento de custo devido à necessidade de adequação de planilha com inclusão de serviços extras ou aumento de quantitativos.	Remuneração pelo tipo e quantidade de pavimentos efetivamente executados, subtraindo-se o tipo de pavimento previsto originalmente.	Provável	Baixo	Contratante
7	13	PAVIMENTAÇÃO/ RECAPEAMENTO	Aumento de custo devido à necessidade de adequação de planilha com inclusão de serviços extras ou aumento de quantitativos.	Ocorrência qualitativa ou quantitativa de pavimento divergente daquele que consta nos elementos técnicos da licitação	Aumento de custo devido à necessidade de adequação de planilha com inclusão de serviços extras ou aumento de quantitativos.	Remuneração pelo tipo e quantidade de pavimentos efetivamente executados, subtraindo-se o tipo de pavimento previsto originalmente.	Provável	Médio	Contratante
8	5	RETRABALHO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Atraso no cronograma	Necessidade de nova execução de serviços ou parte destes decorrentes de problemas ocasionados pelas condições climáticas, por recalque do solo, por erro de execução, por colapso dos materiais ou por erros de dimensionamento (projeto executivo).	Atraso no cronograma	Risco da contratada, gestão e segurança da obra e/ou seguro.	Pouco Provável	Baixo	Contratada
9	8	TRÁFEGO	Atraso no cronograma	Interrupção do tráfego	Atraso no cronograma	Plano de ataque à obra, simulação das condições operacionais e tratativas junto aos órgãos de trânsito.	Provável	Baixo	Contratada
10	9	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	Atraso no cronograma	Descobertas arqueológicas ou outras interferências com patrimônio cultural.	Atraso no cronograma	Possibilidade de aditivo de prazo.	Pouco Provável	Médio	Contratante
			Aumento de custo devido a atraso no cronograma.		Aumento de custo devido a atraso no cronograma.	Contratada deve adequar estrutura de administração local aos valores recebidos conforme critério de medição e pagamento de administração local.			Contratada
			Aumento de custo devido à necessidade de realizar serviços não previstos na planilha estimativa de custos.		Aumento de custo devido à necessidade de realizar serviços não previstos na planilha estimativa de custos.	Aplicação de solução de engenharia e possibilidade de elaboração de aditivo de adequação de planilha e/ou acréscimo de valor.			Contratante
11	5	ROUBOS, FURTOS OU EXTRAVIOS NO LOCAL DA OBRA	Atraso no cronograma	Prejuízos gerados no canteiro ou frentes de serviço até a entrega da obra.	Atraso no cronograma	Risco da contratada, gestão e segurança da obra e/ou seguro.	Pouco Provável	Baixo	Contratada
12	5	AVARIAS / FALHAS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Atraso no cronograma	Avarias ou falhas eletromecânicas das máquinas/equipamentos utilizados na obra, gerando inexecução parcial do objeto ou atrasos de cronograma.	Atraso no cronograma	Risco da contratada. Quanto ao descumprimento de prazo por esta motivação, deve ser aplicada a sanção administrativa prevista em contrato.	Pouco Provável	Baixo	Contratada
13	8	TRAVESSIAS e INTERFERÊNCIAS COM ÓRGÃOS ESTATAIS, CONCESSIONÁRIAS E EMPRESAS	Atraso no cronograma	Interferências não identificadas no projeto quanto a travessias infraestrutura existente e implantada na área de abrangência do empreendimento	Atraso no cronograma	Elaboração de Projeto e Aprovação junto aos órgãos municipais, estaduais e federais, Concessionárias e empresas	Provável	Baixo	Contratada




14	5	AVARIAS E DANOS A INFRAESTRUTURA EXISTENTE	Atraso no cronograma, multa e retrabalhos na correção dos danos e avarias	Avarias ou danos a infraestrutura de gás, drenagem, sistema de esgoto existente, cabeamentos de fibra ótica, telefonia, energia elétrica entre outras infraestruturas existentes, gerando inexecução parcial do objeto, atrasos de cronograma ou transtornos com população e entes responsáveis pela infraestrutura.	Atraso no cronograma, multa e retrabalhos na correção dos danos e avarias	Alinhar com as empresas e órgãos responsáveis pela infraestrutura existente a estratégia de execução da obra	Pouco Provável	Baixo	Contratada
15	5	ATERRO LICENCIADO PARA RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCC)	Atraso no cronograma, multa e paralisação da obra	Não disponibilização de áreas por parte da Contratante e Contratada	Atraso no cronograma, multa e paralisação da obra	Buscar e agilizar a disponibilização de área a ser utilizada para destinação de aterro licenciado para Resíduos da Construção Civil (RCC)	Pouco Provável	Baixo	Contratada
16	5	CANTEIRO DE OBRAS	Atraso do início da obra e mobilização de equipamentos	Não haver áreas disponibilizadas pela Contratante	Atraso do início da obra e mobilização de equipamentos	Contratada deve adequar estrutura do canteiro de obras alugando área local ou construção de canteiro	Pouco Provável	Baixo	Contratada


Impacto	Muito Alto	15	19	22	24	25
	Alto	10	14	18	21	23
	Médio	6	9	13	17	
	Baixo	3	5	8	12	16
	Muito Baixo	1	2	4	7	11
		Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Provável	Praticamente Certo
Probabilidade						

21. Identificação do responsável pela elaboração do ETP (nome, CF, cargo):  
  
Filipe Urtremari  
  
Cargo/Função: Engenheiro Civil - CF: 84884


E por fim, atesto que para o referido documento, foram observadas as orientações da Portaria 11/25-SF, de 08/04/2025, bem como legislação e normas de regência.



Documento assinado eletronicamente por Virgílio José Guatura, Diretor(a) de Departamento, em 26/02/2026, às 15:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por Filipe Urtremari, Engenheiro (a) Civil, em 10/03/2026, às 10:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 3606551 e o código CRC D537C6E1.





Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO IV**

### **PLANILHAS DE QUANTITATIVOS E PREÇOS MÁXIMOS DA PMG**



**PLANILHA GERAL DE ESTIMATIVA DE CUSTOS MÁXIMOS QUE A PREFEITURA SE PROPÕE A PAGAR**

PAVIMENTAÇÃO			
ITEM	VIA	TRECHO	BAIRRO
1	AV. TRÊS	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. LESTE "B") E ESTACA 15+19,41M (PROX. R. OSVALDO AVILEZ)	BONSUCESSO
2	AV. LUIZ GONZAGA DO NASCIMENTO	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (EM FRENTE AO CAMPO DO ASCAS) E ESTACA 45+19,47M (EST. ALBINO MARTELLO)	BONSUCESSO
3	RUA EXISTENTE	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. MONTEIRO) E ESTACA 7+19,24M (ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL)	CABUÇU
4	RUA GABRIELA GURGEL DE FREITAS	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R.HIBISCO) E ESTACA 18+14,38 (R. GERÂNIO)	RESIDENCIAL BAMBI
5	RUA POSSE	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. SÃO VICENTE FÉRRER) E ESTACA 6+15,97M (R. TAMOTSU IWASSE)	BONSUCESSO
6	RUA VEGA	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. URSA MAIOR) E ESTACA 6+13,73M (R. GAMA)	INVERNADA

RECAPEAMENTO			
ITEM	VIA	TRECHO	BAIRRO
1	RUA AMAZONAS	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (AV. DOUTOR TIMÓTEO PENTEADO) E ESTACA 16+12,96M (RUA SANTO ANTÔNIO)	VILA GALVÃO
2	RUA ANASTÁCIO	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. SEBASTIÃO WALTER FUSCO) E ESTACA 17+7,68M (R. ANTÔNIO JOÃO)	CUMBICA
3	RUA DAMIANÓPOLIS	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (AV. DOUTOR TIMÓTEO PENTEADO) E ESTACA 22+2,66M (AV. FRANCISCO CONDE)	VILA GALVÃO
4	RUA DONA DINART SANT'ANA NUNES	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (AV. NEUSA LUONGO) E ESTACA 22+9,41M (R. CRISTOVAM MARCHINI)	PICANÇO
5	RUA EDMUNDO PEREIRA	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. GENEROSA MOREIRA DE ALMEIDA) E ESTACA 14+18,88M (EST. VELHA DE NAZARÉ)	FORTALEZA
6	RUA PARAIBA	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. ANASTÁCIO) E ESTACA 19+4,59M (R. SARGENTO DA AERONAUTICA PLÍNIO F. GONÇALVES)	CUMBICA
7	RUA SANTA GERTRUDES	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (R. JOSÉ MIGUEL ACKEL) E ESTACA 17+14,91M (AV. SANTA HELENA)	PIMENTAS
8	AVENIDA ANTONIO BARDELLA	ENTRE A ESTACA 0+00M (AVENIDA LINDOMAR GOMES DE OLIVEIRA) E ESTACA 40+17,61 ( RUA SHINA)	CUMBICA
9	AVENIDA GUAPÉ	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (AVENIDA CAMACAM) E ESTACA 45+11,54M (AVENIDA MARCIAL LOURENÇO SERÔDIO)	SÃO JOÃO
10	AVENIDA MONTEIRO	ENTRE A ESTACA 0+00M (VIA DUTRA) E ESTACA 39+2,37M (AVENIDA JUSTINO DE MAIO)	CUMBICA
11	AVENIDA PAULISTANA	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (AVENIDA PURUS) E ESTACA 14+9,68M (AVENIDA SÃO FRANCISCO SALES)	TABOÃO
12	AVENIDA SARG DA AERONÁUTICA DAMIÃO LINS DE VASCONCELOS	ENTRE A ESTACA 0+00M (AV GUARULHOS-NAZARÉ) E ESTACA 54+4,72M (2º TENENTE AVIADOR MÁRIO LUIZ FIGUEIROA)	CUMBICA
13	RUA AFONSO CUNHA	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (AVENIDA ATALAIA DO NORTE) E ESTACA 71+10,44M (AVENIDA ANTRANIG GUEREKMEZIAN)	CUMBICA
14	RUA AIURUOCA	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (AVENIDA PAULISTANA) E ESTACA 5+14,17M (RUA TELEMACO BORBA)	TABOÃO
15	RUA JAIME TAVARES	ENTRE A ESTACA 0+0,00M (RUA JOSÉ VILANO) E ESTACA 19+6,20M (ESTRADA MUNICIPAL)	TABOÃO
16	RUA JOÃO BATISTA NOGUEIRA X RUA BAIXIO	ENTRE A ESTACA 0+00M (RUA CRATO) EESTACA 43+0,00M (RUA BAIXIO), ESTACA 0+0,00M (RUA J.B. NOGUEIRA) E ESTACA 13+8,91M (RUA VITAL BRASIL)	CUMBICA
17	AVENIDA SANTANA DA BOA VISTA	ENTRE A ESTACA 0+9M (RUA BAIXIO) E ESTACA 13+8,98M (AV. SANTOS DUMONT)	CUMBICA
18	RUA RAUL VALENÇA	ENTRE A ESTACA 0+00M (RUA CORYPHEU DE AZEVEDO) E ESTACA 15+9,10M (RUA BELO JARDIM)	VILA RIO DE JANEIRO
19	RUA ROBERTO MAGALHÃES	ENTRE A ESTACA 0+00M (RUA DOS EVANGÉLICOS) E ESTACA 26+3,21M (TRECHO DE TERRA)	JARDIM FORTALEZA
20	RUA BELO JARDIM	ENTRE A ESTACA 0+0,00 (RUA VICENTE PAIVA) E ESTACA 35+12,99 (RUA DOREZÓPOLIS)	JARDIM SANTA CLARA
21	RUA DORES DO INDAÍÁ	ENTRE A ESTACA 0+00M (RUA BOM RETIRO) E ESTACA 16+14,82M (RUA RAUL VALENÇA)	JARDIM SANTA CLARA

<p>BASE: SIURB JAN/26 SD; SINAPI MARÇO/26 SD; CDHU FEV/26 SD; CDHU SINTÉTICA FEVEREIRO/26 - EXC. BDI 20.81%; DER JAN/26 - EXC. BDI 35%; SICRO JAN/26; FDE JAN/26 - EXC. BDI 23%.</p>	
<p>DATA-BASE: MAIO/2026</p>	<p>As tabelas de referência SIURB / Janeiro de 2026 são as últimas versões disponíveis e foram publicadas no dia 06 de abril de 2026.</p> <p>Planilha onerada em função da Lei n.º 13.161/2015 quanto à contribuição previdenciária.</p>

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO COM BDI de 24,23%	PREÇO TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES							
1.1	SIURB EDIF - JAN/26	17030002	PLACA DE OBRA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	M2	90,00	R\$ 399,72	R\$ 496,57	R\$ 44.691,30
1.2	SIURB INSUMOS - JAN/26	IE88253	CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITÓRIO, COM 1 SANITÁRIO, COMPLETO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS	Un x Mês	8,00	R\$ 1.433,13	R\$ 1.780,38	R\$ 14.243,04
1.3	CDHU_201 - FEV/26	02.02.150	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	UNMES	8,00	R\$ 999,52	R\$ 1.241,70	R\$ 9.933,60
SUBTOTAL ITEM 1:								R\$ 68.867,94

PAVIMENTAÇÃO											
2	MOVIMENTO DE TERRA										
2.1	SINAPI-MARÇO/26	98525	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	M2	1.471,15	R\$	0,77	R\$	0,96	R\$	1.412,30
2.2	SIURB INFRA -JAN/26	IN04015000	CARGA E REMOÇÃO DE TERRA ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE 1,0KM COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3	M3	785,87	R\$	15,49	R\$	19,24	R\$	15.120,14
2.3	SIURB INFRA -JAN/26	IN04060000	REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM COM CAMINHÃO DE 14 M3	M3XKM	16.220,22	R\$	1,91	R\$	2,37	R\$	38.441,92
2.4	SINAPI-MARÇO/26	98524	LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA. AF_03/2024	M2	335,27	R\$	6,64	R\$	8,25	R\$	2.765,98
2.5	CDHU_201 - FEV/26	07.01.020	Escavação e carga mecanizada em solo de 1ª categoria, em campo aberto	M3	117,34	R\$	16,03	R\$	19,91	R\$	2.336,24
2.6	CDHU_201 - FEV/26	05.09.006	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	T	125,73	R\$	48,06	R\$	59,70	R\$	7.506,06
TOTAL ITEM 2:										R\$	67.582,66

DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES E RETIRADAS													
3	PASSEIO												
3.1	SIURB INFRA -JAN/26	IN08049000	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES	M3	162,26	R\$	110,22	R\$	136,93	R\$	22.218,26		
3.2	SIURB INFRA -JAN/26	IN08080000	CARGA E REMOÇÃO DE ENTULHO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	162,26	R\$	19,25	R\$	23,91	R\$	3.879,64		
3.3	SIURB INFRA -JAN/26	IN08086000	REMOÇÃO DE ENTULHO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	3.867,55	R\$	1,71	R\$	2,12	R\$	8.199,21		
3.4	CDHU_201 - FEV/26	05.09.006	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	T	361,93	R\$	48,06	R\$	59,70	R\$	21.607,22		
										SUBTOTAL ITEM 3:		R\$	55.904,33
4	DRENAGEM												



ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO COM BDI de 24,23%	PREÇO TOTAL
4.1	SIURB INFRA -JAN/26	IN05001000	ARRANCAMENTO DE GUIAS, INCLUI CARGA EM CAMINHÃO	M	29,49	R\$ 11,22	R\$ 13,94	R\$ 411,09
4.2	SIURB INFRA -JAN/26	IN05082000	TRANSPORTE DE GUIAS	MXKM	528,72	R\$ 0,39	R\$ 0,48	R\$ 253,79
4.3	SIURB INFRA -JAN/26	IN05003000	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO DE CONCRETO, SARJETA OU SARJETÃO, INCLUI CARGA EM CAMINHÃO	M2	23,34	R\$ 34,28	R\$ 42,59	R\$ 994,05
4.4	SIURB INFRA -JAN/26	IN08080000	CARGA E REMOÇÃO DE ENTULHO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	4,07	R\$ 19,25	R\$ 23,91	R\$ 97,31
4.5	SIURB INFRA -JAN/26	IN08086000	REMOÇÃO DE ENTULHO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	77,86	R\$ 1,71	R\$ 2,12	R\$ 165,06
4.6	CDHU_201 - FEV/26	05.09.006	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo inerte	T	10,15	R\$ 48,06	R\$ 59,70	R\$ 605,96
SUBTOTAL ITEM 4:								R\$ 2.527,26
5	PAVIMENTO							
5.1	CDHU_201 - FEV/26	03.07.080	Fresagem de pavimento asfáltico com espessura até 5 cm, inclusive remoção do material fresado até 10 quilômetros e varrição	M2	136,44	R\$ 16,03	R\$ 19,91	R\$ 2.716,52
5.2	SIURB INFRA -JAN/26	IN08080000	CARGA E REMOÇÃO DE ENTULHO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	35,11	R\$ 19,25	R\$ 23,91	R\$ 839,48
5.3	SIURB INFRA -JAN/26	IN08086000	REMOÇÃO DE ENTULHO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	539,52	R\$ 1,71	R\$ 2,12	R\$ 1.143,78
SUBTOTAL ITEM 5:								R\$ 4.699,78
EXECUÇÃO DAS OBRAS								
6	DRENAGEM							
6.1	SINAPI-MARÇO/26	102278	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,50 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (1,2 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	1.381,12	R\$ 10,52	R\$ 13,07	R\$ 18.051,24
6.2	SINAPI-MARÇO/26	90100	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROSCAV. (0,26 M3), LARG. DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	359,01	R\$ 16,06	R\$ 19,95	R\$ 7.162,25
6.3	SIURB INFRA -JAN/26	IN04015000	CARGA E REMOÇÃO DE TERRA ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE 1,0KM COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3	M3	373,69	R\$ 15,49	R\$ 19,24	R\$ 7.189,80
6.4	SIURB INFRA -JAN/26	IN04060000	REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM COM CAMINHÃO DE 14 M3	M3XKM	7.019,62	R\$ 1,91	R\$ 2,37	R\$ 16.636,50
6.5	SINAPI-MARÇO/26	101579	ESCORAMENTO DE VALA, TIPO DESCONTÍNUO, COM PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, LARGURA MAIOR OU IGUAL A 1,5 M E MENOR QUE 2,5 M. AF_01/2026	M2	1.579,78	R\$ 56,65	R\$ 70,38	R\$ 111.184,92
6.6	CDHU_201 - FEV/26	54.01.010	Regularização e compactação mecanizada de superfície, sem controle do proctor normal	M2	1.468,54	R\$ 3,64	R\$ 4,52	R\$ 6.637,80
6.7	SICRO - JAN/26	2003850	Lastro de brita comercial compactado com soquete vibratório - espalhamento manual	m³	73,43	R\$ 186,86	R\$ 232,14	R\$ 17.046,04
6.8	SIURB INFRA -JAN/26	IN06022005	BOCA DE LOBO TRIPLA	UN	1,00	R\$ 6.560,59	R\$ 8.150,22	R\$ 8.150,22
6.9	SINAPI-MARÇO/26	99290	BASE PARA POÇO DE VISITA RETANGULAR PARA DRENAGEM, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS = 1,5X1,5 M, PROFUNDIDADE = 1,40 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_12/2020	UN	10,00	R\$ 4.355,53	R\$ 5.410,87	R\$ 54.108,70
6.10	SIURB INFRA -JAN/26	IN06090000	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO SIMPLES - DIÂMETRO 50CM	M	16,45	R\$ 141,08	R\$ 175,26	R\$ 2.883,03
6.11	SIURB INFRA -JAN/26	IN06010001	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, DIÂMETRO 80CM - TIPO PA-2	M	181,95	R\$ 216,39	R\$ 268,82	R\$ 48.911,80
6.12	SIURB INFRA -JAN/26	IN06012001	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, DIÂMETRO 80CM - TIPO PA-2	M	377,00	R\$ 423,80	R\$ 526,49	R\$ 198.486,73
6.13	SINAPI-INSUMOS-MARÇO/26	16240	TAMPÃO FOFO SIMPLES COM BASE / REQUADRO, CLASSE D400 CARGA MAX. 40 T, REDONDO, TAMPA 600 MM (COM INSCRIÇÃO EM RELEVO DO TIPO DE REDE)	UN	8,00	R\$ 645,46	R\$ 801,85	R\$ 6.414,80
6.14	SIURB INFRA -JAN/26	IN06019000	CHAMINÉ DE POÇO DE VISITA COM ALVENARIA DE UM TIJOLO COMUM	M	2,40	R\$ 1.261,10	R\$ 1.566,66	R\$ 3.759,98
6.15	SIURB INFRA -JAN/26	IN06005000	IHD.23 - LASTRO DE BRITA E PÓ DE PEDRA	M3	155,24	R\$ 277,90	R\$ 345,24	R\$ 53.595,06
6.16	SINAPI-MARÇO/26	97957	CAIXA PARA BOCA DE LOBO DUPLA RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 0.6X2,2X1,2 M. AF_12/2020	UN	17,00	R\$ 2.910,34	R\$ 3.615,52	R\$ 61.463,84
6.17	SIURB INFRA -JUL/25	IN06005000	IHD.23 - LASTRO DE BRITA E PÓ DE PEDRA	M3	155,24	R\$ 280,39	R\$ 348,33	R\$ 54.074,75
6.18	SIURB INFRA -JAN/26	IN06020022	FORNECIMENTO DE TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO DÚCTIL CLASSE MÍNIMA 400 (40T) D=600MM - NBR 10160 NÃO ARTICULADO - P/ GAL. ÁGUAS PLUV.	UN	3,00	R\$ 552,66	R\$ 686,57	R\$ 2.059,71
6.19	SIURB INFRA -JAN/26	IN06020004	INC.27 - INSTALAÇÃO DE TAMPÃO PARA GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - NÃO ARTICULADO, EXCETO FORNECIMENTO DE TAMPÃO	UN	3,00	R\$ 156,51	R\$ 194,43	R\$ 583,29
6.20	SINAPI-MARÇO/26	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	2.312,97	R\$ 46,76	R\$ 58,09	R\$ 134.360,43
6.21	SINAPI-MARÇO/26	94274	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	169,38	R\$ 50,53	R\$ 62,77	R\$ 10.631,98
6.22	SIURB INFRA -JAN/26	IN05019001	INC.27 - CONSTRUÇÃO DE SARJETA OU SARJETÃO DE CONCRETO - FCK=25,0MPA	M3	196,57	R\$ 651,62	R\$ 809,51	R\$ 159.125,38
6.23	SIURB INFRA -JAN/26	IN06021000	LEVANTAMENTO OU REBAIXAMENTO DE TAMPÃO DE POÇO DE VISITA	UN	1,00	R\$ 204,11	R\$ 253,57	R\$ 253,57
6.24	SINAPI-MARÇO/26	93369	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA: 0,8 M³/POTÊNCIA: 111 HP), LARGURA 1,5 A 2,5 M, PROFUNDIDADE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA, COM COMPACTADOR DE SOLOS DE PERCUSSÃO. AF_08/2023	M3	1.732,57	R\$ 20,26	R\$ 25,17	R\$ 43.608,79
6.25	SINAPI-MARÇO/26	100979	CARGA, MANOBR E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 1,20 M³ / 155 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_02/2026	M3	309,90	R\$ 7,56	R\$ 9,39	R\$ 2.909,96
6.26	SINAPI-MARÇO/26	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_02/2026	M3XKM	7.622,76	R\$ 2,57	R\$ 3,19	R\$ 24.316,60
6.27	CDHU_201 - FEV/26	05.09.007	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	24,96	R\$ 31,05	R\$ 38,57	R\$ 962,71
SUBTOTAL ITEM 6:								R\$ 1.054.569,88
7	PAVIMENTO							
7.1	SIURB INFRA -JAN/26	IN05010000	ABERTURA DE CAIXA ATÉ 40CM, INCLUI ESCAVAÇÃO, COMPACTAÇÃO, TRANSPORTE E PREPARO DO SUB-LEITO	M2	10.471,18	R\$ 31,28	R\$ 38,86	R\$ 406.910,05
7.2	SIURB INFRA -JAN/26	IN05011000	ABERTURA DE CAIXA ATÉ 25CM, INCLUI ESCAVAÇÃO, COMPACTAÇÃO, TRANSPORTE E PREPARO DO SUB-LEITO	M2	942,85	R\$ 24,13	R\$ 29,98	R\$ 28.266,64
7.3	SIURB INFRA -JAN/26	IN04060000	REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM COM CAMINHÃO DE 14 M3	M3XKM	31.044,43	R\$ 1,91	R\$ 2,37	R\$ 73.575,30
7.4	SIURB INFRA -JAN/26	IN05048000	BASE DE BRITA GRADUADA	M3	1.911,21	R\$ 259,15	R\$ 321,94	R\$ 615.294,95
7.5	SIURB INFRA -JAN/26	IN05026000	INA.01 - IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE	M2	23.100,95	R\$ 6,74	R\$ 8,37	R\$ 193.354,95
7.6	SIURB INFRA -JAN/26	IN05027000	IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA IMPERMEABILIZANTE	M2	11.550,47	R\$ 13,71	R\$ 17,03	R\$ 196.704,50
7.7	SINAPI-MARÇO/26	94273	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024	M	1.215,00	R\$ 46,76	R\$ 58,09	R\$ 70.579,35
7.8	SIURB INFRA -JAN/26	IN05019001	INC.27 - CONSTRUÇÃO DE SARJETA OU SARJETÃO DE CONCRETO - FCK=25,0MPA	M3	95,68	R\$ 651,62	R\$ 809,51	R\$ 77.453,92
7.9	SIURB INFRA -JAN/26	IN05079001	CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE BINDER ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	538,49	R\$ 22,03	R\$ 27,37	R\$ 14.738,47
7.10	SIURB INFRA -JAN/26	IN05079007	TRANSPORTE DE BINDER ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	4.985,19	R\$ 3,17	R\$ 3,94	R\$ 19.641,65




ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO COM BDI de 24,23%	PREÇO TOTAL
7.11	SIURB INFRA -JAN/26	IN05025001	INA.01 - BASE DE BINDER ABERTO (SEM TRANSPORTE)	M3	570,44	R\$ 1.120,23	R\$ 1.391,66	R\$ 793.858,53
7.12	SIURB INFRA -JAN/26	IN05078001	CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTADA DE 1KM	M3	545,57	R\$ 22,03	R\$ 27,37	R\$ 14.932,25
7.13	SINAPI-MARÇO/26	95995	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO-EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	M3	577,52	R\$ 1.473,79	R\$ 1.830,89	R\$ 1.057.375,59
7.14	SIURB INFRA -JAN/26	IN05078007	TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	5.093,01	R\$ 3,17	R\$ 3,94	R\$ 20.066,46
7.15	SINAPI-MARÇO/26	102278	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. MAIOR QUE 1,50 M ATÉ 3,0 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (1,2 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	121,19	R\$ 10,52	R\$ 13,07	R\$ 1.583,95
7.16	SINAPI-MARÇO/26	90100	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), RETROESCAV. (0,26 M3), LARG. DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	M3	637,24	R\$ 16,06	R\$ 19,95	R\$ 12.712,94
7.17	SINAPI-MARÇO/26	96396	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	M3	95,86	R\$ 144,17	R\$ 179,10	R\$ 17.168,53
7.18	SINAPI-MARÇO/26	100975	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_02/2026	M3	293,82	R\$ 8,90	R\$ 11,06	R\$ 3.249,65
7.19	SINAPI-MARÇO/26	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_02/2026	M3XKM	5.621,13	R\$ 2,57	R\$ 3,19	R\$ 17.931,40
7.20	SIURB INFRA -JAN/26	IN04015000	CARGA E REMOÇÃO DE TERRA ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE 1,0KM COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3	M3	9.814,16	R\$ 15,49	R\$ 19,24	R\$ 188.824,44
7.21	SIURB INFRA -JAN/26	IN04060000	REMOÇÃO DE TERRA ALÉM DO PRIMEIRO KM COM CAMINHÃO DE 14 M3	M3XKM	10.589,32	R\$ 1,91	R\$ 2,37	R\$ 25.096,69
7.22	SIURB INFRA -JAN/26	IN05065000	REFORÇO DE SUB-LEITO/SUB-BASE DE SOLO MELHORADO COM BRITA 50,0% EM VOLUME	M3	1.342,22	R\$ 124,34	R\$ 154,47	R\$ 207.332,72
7.23	SIURB INFRA -JAN/26	IN05066000	REFORÇO DE SUB-LEITO/SUB-BASE DE SOLO MELHORADO COM BRITA 60% EM VOLUME	M3	576,54	R\$ 142,70	R\$ 177,28	R\$ 102.209,01
7.24	SIURB INFRA -JAN/26	IN14002009	REFORÇO DO SUB-LEITO/SUB-BASE DE SOLO MELHORADO COM AGREGADO RECICLADO 60% EM VOLUME, COM FORNECIMENTO DE AGREGADO	M3	121,42	R\$ 95,22	R\$ 118,29	R\$ 14.362,77
7.25	SINAPI-MARÇO/26	100987	CARGA DE MISTURA ASFÁLTICA EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ (UNIDADE: M3). AF_02/2026	M3	63,90	R\$ 12,03	R\$ 14,94	R\$ 954,67
7.26	SINAPI-MARÇO/26	102666	DRENO SUBSUPERFICIAL (SEÇÃO 0,40 X 0,40 M), COM TUBO DE PEAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL. AF_07/2021	M	1.149,41	R\$ 57,29	R\$ 71,17	R\$ 81.803,51
7.27	SINAPI-MARÇO/26	102668	DRENO SUBSUPERFICIAL (SEÇÃO 0,40 X 0,40 M), COM TUBO DE PVC CORRUGADO RÍGIDO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL. AF_07/2021	M	1.986,28	R\$ 124,74	R\$ 154,96	R\$ 307.793,95
7.28	DER - JAN/2026	22.08.25	GEOGRELHA POLIETILENO RESIST. TRANSV. 50 KN/M - RESIST. LONGIT. 50 KN/M	m2	2.828,06	R\$ 54,16	R\$ 67,28	R\$ 190.271,88
7.29	DER - JAN/2026	22.08.29	GEOGRELHA POLIETILENO RESIST. TRANSV. 50 KN/M - RESIST. LONGIT. 200 KN/M	m2	845,44	R\$ 84,70	R\$ 105,22	R\$ 88.957,20
7.30	CDHU_201 - FEV/26	05.09.007	Taxa de destinação de resíduo sólido em aterro, tipo solo/terra	M3	993,39	R\$ 31,05	R\$ 38,57	R\$ 38.315,05
SUBTOTAL ITEM 7:							R\$	4.881.320,97
8	PASSEIO							
8.1	SIURB INFRA -JAN/26	IN14002003	BASE DE AGREGADO RECICLADO, COM FORNECIMENTO DE AGREGADO	M3	102,33	R\$ 145,09	R\$ 180,25	R\$ 18.444,98
8.2	SIURB INFRA -JAN/26	IN14002010	LASTRO DE AGREGADO RECICLADO, COM FORNECIMENTO DE AGREGADO	M3	92,38	R\$ 132,48	R\$ 164,58	R\$ 15.203,90
8.3	SINAPI-MARÇO/26	94991	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	477,59	R\$ 685,39	R\$ 851,46	R\$ 406.648,78
8.4	CDHU_SINTÉTICA - FEVEREIRO/26	003654	GUARDA-CORPO ACO GALVANIZADO COM MONTANTES E TRAVESSAS H=1.10M COM PINTURA	M	7,20	R\$ 636,00	R\$ 790,10	R\$ 5.688,72
SUBTOTAL ITEM 8:							R\$	445.986,38
RECAPEAMENTO								
9	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO							
9.1	CDHU_201 - FEV/26	54.06.040	Guia pré-moldada reta tipo PMPSP 100 - fck 25 MPa	M	7.068,80	R\$ 62,53	R\$ 77,68	R\$ 549.104,38
9.2	SIURB INFRA -JAN/26	IN05019001	INC.27 - CONSTRUÇÃO DE SARJETA OU SARJETÃO DE CONCRETO - FCK=25,0MPA	M3	902,99	R\$ 651,62	R\$ 809,51	R\$ 730.979,43
9.3	SINAPI-MARÇO/26	94991	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	272,83	R\$ 685,39	R\$ 851,46	R\$ 232.303,83
9.4	SIURB INFRA -JAN/26	IN05027000	IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA IMPERMEABILIZANTE	M2	25.350,27	R\$ 13,71	R\$ 17,03	R\$ 431.715,10
9.5	SIURB INFRA -JAN/26	IN05026000	INA.01 - IMPRIMAÇÃO BETUMINOSA LIGANTE	M2	131.094,96	R\$ 6,74	R\$ 8,37	R\$ 1.097.264,82
9.6	SINAPI-MARÇO/26	95995	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO-EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	M3	5.255,01	R\$ 1.473,79	R\$ 1.830,89	R\$ 9.621.345,26
9.7	SIURB INFRA -JAN/26	IN05078001	CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTADA DE 1KM	M3	5.255,01	R\$ 22,03	R\$ 27,37	R\$ 143.829,62
9.8	SIURB INFRA -JAN/26	IN05078007	TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	121.065,12	R\$ 3,17	R\$ 3,94	R\$ 476.996,57
9.9	SIURB INFRA -JAN/26	IN06021000	LEVANTAMENTO OU REBAIXAMENTO DE TAMPÃO DE POÇO DE VISITA	UN	189,00	R\$ 204,11	R\$ 253,57	R\$ 47.924,73
9.10	SINAPI-MARÇO/26	97978	BASE PARA POÇO DE VISITA CIRCULAR PARA ESGOTO, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,80 M, PROFUNDIDADE = 1,35 M, EXCLUINDO TAMPÃO. AF_12/2020	UN	20,00	R\$ 1.104,01	R\$ 1.371,51	R\$ 27.430,20
9.11	SIURB INFRA -JAN/26	IN06023002	REFORMA DE BOCA DE LOBO DUPLA	UN	4,00	R\$ 1.149,86	R\$ 1.428,47	R\$ 5.713,88
SUBTOTAL ITEM 9:								13.364.607,82
10	DEMOLIÇÕES E RECUPERAÇÃO DE BASE							
10.1	SIURB INFRA -JAN/26	IN05001000	ARRANCAMENTO DE GUIAS, INCLUI CARGA EM CAMINHÃO	M	7.018,74	R\$ 11,22	R\$ 13,94	R\$ 97.841,24
10.2	SIURB INFRA -JAN/26	IN05003000	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO DE CONCRETO, SARJETA OU SARJETÃO, INCLUI CARGA EM CAMINHÃO	M2	7.710,35	R\$ 34,28	R\$ 42,59	R\$ 328.383,81
10.3	SIURB INFRA -JAN/26	IN05081000	TRANSPORTE DE PAVIMENTO DE CONCRETO, SARJETA E SARJETÃO	M2XKM	191.073,66	R\$ 1,19	R\$ 1,48	R\$ 282.789,02
10.4	SIURB INFRA -JAN/26	IN05082000	TRANSPORTE DE GUIAS	MXKM	163.851,70	R\$ 0,39	R\$ 0,48	R\$ 78.648,82
10.5	CDHU_201 - FEV/26	03.07.080	Fresagem de pavimento asfáltico com espessura até 5 cm, inclusive remoção do material fresado até 10 quilômetros e varrição	M2	71.062,18	R\$ 16,03	R\$ 19,91	R\$ 1.414.848,00
10.6	SIURB INFRA -JAN/26	IN05004000	DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO, INCLUSIVE CAPA, INCLUI CARGA NO CAMINHÃO	M2	34.682,52	R\$ 21,70	R\$ 26,96	R\$ 935.040,74
10.7	SIURB INFRA -JAN/26	IN04004000	ESCAVAÇÃO MECÂNICA PARA FUNDAÇÕES E VALAS COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL À 4,0M	M3	6.676,48	R\$ 19,59	R\$ 24,34	R\$ 162.505,52
10.8	SINAPI-MARÇO/26	100975	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_02/2026	M3	6.676,48	R\$ 8,90	R\$ 11,06	R\$ 73.841,87
10.9	SINAPI-MARÇO/26	95876	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_02/2026	M3XKM	205.724,90	R\$ 2,57	R\$ 3,19	R\$ 656.262,43



ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO UNITÁRIO COM BDI de 24,23%	PREÇO TOTAL
10.10	SIURB INFRA -JAN/26	IN05099001	BASE BETUMINOSA DE MATERIAIS PROVENIENTES DA FRESAGEM DE PAVIMENTOS ASFÁLTICOS (RAP) RECICLADO EM USINA MÓVEL COM ATÉ 3% DE EMULSÃO MODIFICADA COM POLÍMERO, FORNECIMENTO E APLICAÇÃO, NÃO INCLUI TRANSPORTE ATÉ O LOCAL DOS SERVIÇOS, CAMADA ACABADA	M3	9.509,41	R\$ 542,91	R\$ 674,46	R\$ 6.413.716,67
SUBTOTAL ITEM 10:								10.443.878,12
11	RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO							
11.1	SIURB INFRA -JAN/26	IN05010000	ABERTURA DE CAIXA ATÉ 40CM, INCLUI ESCAVAÇÃO, COMPACTAÇÃO, TRANSPORTE E PREPARO DO SUB-LEITO	M2	9.977,35	R\$ 31,28	R\$ 38,86	R\$ 387.719,82
11.2	SIURB INFRA -JAN/26	IN05078001	CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ATÉ A DISTÂNCIA MÉDIA DE IDA E VOLTA DE 1KM	M3	2.993,21	R\$ 22,03	R\$ 27,37	R\$ 81.924,16
11.3	SIURB INFRA -JAN/26	IN05078007	TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	26.938,85	R\$ 3,17	R\$ 3,94	R\$ 106.139,07
11.4	SIURB INFRA -JAN/26	IN05078007	TRANSPORTE DE CONCRETO ASFÁLTICO ALÉM DO PRIMEIRO KM	M3XKM	322,55	R\$ 3,17	R\$ 3,94	R\$ 1.270,85
11.5	SIURB INFRA -JAN/26	IN06021000	LEVANTAMENTO OU REBAIXAMENTO DE TAMPÃO DE POÇO DE VISITA	UN	7,00	R\$ 204,11	R\$ 253,57	R\$ 1.774,99
TOTAL ITEM 11								578.828,89
TOTAL GERAL								R\$ 30.968.774,03

Documento assinado digitalmente

 **FILIPE URTREMARI**  
Data: 06/05/2026 15:14:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Filipe Urtremari

Engenheiro Civil





Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO IV A - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**



**CRONOGRAMA**

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	PORC. VALOR	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS
<b>PAVIMENTAÇÃO</b>											
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	68.867,94	0,22%	100% R\$ 68.867,94							
2	MOVIMENTO DE TERRA	67.582,66	0,22%	45% R\$ 30.412,20	55% R\$ 37.170,46						
	<b>DEMOLIÇÕES, REMOÇÕES E RETIRADAS</b>										
3	PASSEIO	55.904,33	0,18%	100% R\$ 55.904,33							
4	DRENAGEM	2.527,26	0,01%	100% R\$ 2.527,26							
5	PAVIMENTO	4.699,78	0,02%	45% R\$ 2.114,90	55% R\$ 2.584,88						
	<b>EXECUÇÃO DAS OBRAS</b>										
6	DRENAGEM	1.054.569,88	3,41%		35% R\$ 369.099,46	35% R\$ 369.099,46	30% R\$ 316.370,96				
7	PAVIMENTO	4.881.320,97	15,76%				15% R\$ 732.198,15	16% R\$ 781.011,36	20% R\$ 976.264,19	25% R\$ 1.220.330,24	24% R\$ 1.171.517,03
8	PASSEIO	445.986,38	1,44%						37% R\$ 165.014,96	33% R\$ 147.175,51	30% R\$ 133.795,91
<b>RECAPEAMENTO</b>											
9	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	13.364.607,82	43,16%				15% R\$ 2.004.691,17	15% R\$ 2.004.691,17	20% R\$ 2.672.921,56	25% R\$ 3.341.151,96	25% R\$ 3.341.151,96
10	DEMOLIÇÕES E RECUPERAÇÃO DE BASE	10.443.878,12	33,72%	34% R\$ 3.550.918,56	36% R\$ 3.759.796,12	30% R\$ 3.133.163,44					
11	RECUPERAÇÃO DO PAVIMENTO	578.828,89	1,87%			35% R\$ 202.590,11	35% R\$ 202.590,11	30% R\$ 173.648,67			
	<b>CUSTO (R\$) - SUB-TOTAL</b>	<b>30.968.774,03</b>	<b>100,00%</b>	3.710.745,19	4.168.650,92	3.704.853,01	3.255.850,39	2.959.351,20	3.814.200,71	4.708.657,71	4.646.464,90
	<b>RECURSOS ESTADUAIS</b>	<b>30.968.774,03</b>	<b>100,00%</b>	3.710.745,19	4.168.650,92	3.704.853,01	3.255.850,39	2.959.351,20	3.814.200,71	4.708.657,71	4.646.464,90
	<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>TOTAL ACUMULADO R\$</b>			<b>3.710.745,19</b>	<b>7.879.396,11</b>	<b>11.584.249,12</b>	<b>14.840.099,51</b>	<b>17.799.450,71</b>	<b>21.613.651,42</b>	<b>26.322.309,13</b>	<b>30.968.774,03</b>





Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO IV B - BDI**





**PREFEITURA DE GUARULHOS**  
**SECRETARIA DE OBRAS**  
**DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E PROJETOS**

**SUGESTÃO DE COMPOSIÇÃO DE BDI**  
**SERVIÇOS SEM DESONERAÇÃO**

SIGLA	ITENS	PORCENTAGEM (%)
AC	Administração Central	3,8
G	Garantias + Seguro	0,6
R	Risco	0,94
L	Lucro	6,64
DF	Despesas Financeiras	1,02
I	Tributos	8,65
<b>BDI TOTAL</b>		<b>24,23%</b>

Tributos:

PIS	0,65
Cofins	3
ISS (PMG) (*)	5

De acordo com a fórmula do acórdão 2622/2013 TCU plenário, temos:

$$LDI = \frac{(1+AC+(S+G)+R)*(1+DF)*(1+L) - 1}{1 - I}$$

Onde: AC = taxa de rateio da Administração Central;  
DF = taxa das despesas financeiras;  
R = taxa de risco do empreendimento;  
G = seguro e garantia do empreendimento;  
I = taxa de tributos;  
L = taxa de lucro.

**Obs.:** As empresas participantes do Certame Licitatório poderão apresentar composições diferentes desta, desde que respeitado o acórdão 2622/2013 do TCU.

(\*) Atendendo a Lei 8045 de 15 de Setembro de 2022



SGRICAP2025059130DM





Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO IV C - ACORDÃO 2622/2013-TCU**



ACÓRDÃO Nº 2622/2013 – TCU – Plenário

1. Processo n. TC 036.076/2011-2.
2. Grupo I; Classe de Assunto: VII – Administrativo.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgão: Tribunal de Contas da União.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam do estudo desenvolvido por grupo de trabalho constituído por membros de várias unidades técnicas especializadas deste Tribunal, com coordenação da Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif, em atendimento ao Acórdão n. 2.369/2011 – Plenário, com o objetivo de definir faixas aceitáveis para valores de taxas de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) específicas para cada tipo de obra pública e para aquisição de materiais e equipamentos relevantes, bem como efetuar o exame detalhado da adequabilidade dos percentuais para as referidas taxas adotados em dois julgados desta Corte de Contas (Acórdãos ns.325/2007 e 2.369/2011), ambos do Plenário, com utilização de critérios contábeis e estatísticos e controle da representatividade das amostras selecionadas.

9.1. determinar às unidades técnicas deste Tribunal que, nas análises do orçamento de obras públicas, utilizem os parâmetros para taxas de BDI a seguir especificados, em substituição aos referenciais contidos nos Acórdãos ns. 325/2007 e 2.369/2011:

VALORES DO BDI POR TIPO DE OBRA			
TIPOS DE OBRA	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	20,34%	22,12%	25,00%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	19,60%	20,97%	24,23%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	20,76%	24,18%	26,44%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	24,00%	25,84%	27,86%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	22,80%	27,48%	30,95%
BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
	11,10%	14,02%	16,80%

9.2. orientar as unidades técnicas deste Tribunal que:

9.2.1. nas análises do orçamento de obras públicas, quando a taxa de BDI estiver fora dos patamares estipulados no subitem 9.1 deste Acórdão, procedam ao exame pormenorizado dos itens que compõem essa taxa, utilizando como diretriz para esse exame os seguintes percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos, levando-se sempre em consideração as peculiaridades de cada caso concreto:



TIPOS DE OBRA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL			SEGURO + GARANTIA			RISCO		
	1ºQuartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,00%	4,00%	5,50%	0,80%	0,80%	1,00%	0,97%	1,27%	1,27%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	3,80%	4,01%	4,67%	0,32%	0,40%	0,74%	0,50%	0,56%	0,97%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	3,43%	4,93%	6,71%	0,28%	0,49%	0,75%	1,00%	1,39%	1,74%
CONSTRUÇÃO DE MANUNTEÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	5,29%	5,92%	7,93%	0,25%	0,51%	0,56%	1,00%	1,48%	1,97%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	4,00%	5,52%	7,85%	0,81%	1,22%	1,99%	1,46%	2,32%	3,16%
TIPOS DE OBRA	DESPESA FINANCEIRA			LUCRO					
	1ºQuartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil			
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	0,59%			1,23%			1,39%		
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,02%			1,11%			1,21%		
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	0,94%			0,99%			1,17%		
CONSTRUÇÃO DE MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,01%			1,07%			1,11%		
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	0,94%			1,02%			1,33%		
BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS									
PARCELA DO BDI		1ºQuartil		Médio		3º Quartil			
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		1,50%		3,45%		4,49%			
SEGURO + GARANTIA		0,30%		0,48%		0,82%			
RISCO		0,56%		0,85%		0,89%			
DESPESA FINACEIRA		0,85%		0,85%		1,11%			
LUCRO		3,50%		5,11%		6,22%			

9.2.2. na verificação da adequabilidade das planilhas orçamentárias das obras públicas, utilizar como referência do impacto esperado para os itens associados à administração local no valor total do



orçamento, os seguintes valores percentuais obtidos no estudo de que tratam estes autos :

<b>Percentual de Administração Local inserido no Custo Direto</b>	<b>1º Quartil</b>	<b>Médio</b>	<b>3º Quartil</b>
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,49%	6,23%	8,87%
CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	1,98%	6,99%	10,68%
CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS	4,13%	7,64%	10,89%
CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES E REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1,85%	5,05%	7,45%
OBRAS PORTUÁRIAS, MARÍTIMAS E FLUVIAIS	6,23%	7,48%	9,09%

9.3. determinar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que:

9.3.1. constitua grupo de trabalho, sob sua coordenação, para elaboração de estudos técnicos para a construção de composições referenciais para itens orçamentários associados à administração local, com vistas a estabelecer parâmetros de mercado para subsidiar a elaboração e a análise dos orçamentos de obras públicas, em consonância com os dispositivos legais previstos no Decreto n. 7.983/2013, em especial no art. 17, contando com a participação dos órgãos e entidades responsáveis pela manutenção de sistemas de referência de preços de obras públicas da Administração Pública Federal, a exemplo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit, da Caixa Econômica Federal, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP/PR, da Eletrobras, dentre outros, e encaminhe a este Tribunal, no prazo de cento e vinte dias, os resultados dos aludidos estudos;

9.3.2. oriente os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a:

9.3.2.1. discriminar os custos de administração local, canteiro de obras e mobilização e desmobilização na planilha orçamentária de custos diretos, por serem passíveis de identificação, mensuração e discriminação, bem como sujeitos a controle, medição e pagamento individualizado por parte da Administração Pública, em atendimento ao princípio constitucional da transparência dos gastos públicos, à jurisprudência do TCU e com fundamento no art. 30, § 6º, e no art. 40, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993 e no art. 17 do Decreto n. 7.983/2013;

9.3.2.2. estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no arts. 55, inciso III, e 92, da Lei n. 8.666/1993;

9.3.2.3. adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do(s) município(s) onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual proporcional entre o limite máximo de 5% estabelecido no art. 8º, inciso II, da LC n. 116/2003 e o limite mínimo de 2% fixado pelo art. 88 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

9.3.2.4. estabelecer, nos editais de licitação, que as empresas sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS apresentem demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária;



9.3.2.5. prever, nos editais de licitação, a exigência para que as empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional apresentem os percentuais de ISS, PIS e COFINS discriminados na composição do BDI que sejam compatíveis com as alíquotas a que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo IV da Lei Complementar n. 123/2006, bem como que a composição de encargos sociais não inclua os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

9.3.2.6. exigir, nos editais de licitação, a incidência da taxa de BDI especificada no orçamento-base da licitação para os serviços novos incluídos por meio de aditivos contratuais, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto n. 7.983/2013;

9.4. encaminhar cópia do Acórdão que vier a ser proferido, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; ao Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada – Sinicon e à Fundação Getúlio Vargas – FGV, bem como ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit e à Caixa Econômica Federal que são os responsáveis pelos principais sistemas de referência de preços utilizados nas auditorias de obras públicas, respectivamente, o Sicro e o Sinapi;

9.5 determinar à Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação – SecobEdif que constitua processo apartado para acompanhamento do cumprimento das determinações contidas no subitem 9.3 destes autos;

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata nº 37/2013 – Plenário.

11. Data da Sessão: 25/9/2013 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2622-37/13-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)  
VALMIR CAMPELO

na Presidência

(Assinado Eletronicamente)  
MARCOS BEMQUERER COSTA

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)  
LUCAS ROCHA FURTADO  
Procurador-Geral, em exercício





Folha	
PA	
Rubrica	

## **ANEXO V**

### **MINUTA DE CONTRATO**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS**  
SECRETARIA DE FINANÇAS  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
DEPARTAMENTO DE CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS  
Divisão Técnica de Contratações  
Seção Técnica de Gestão Administrativa de Contratos

## **Contrato de Prestação de Serviços**

\* MINUTA DE DOCUMENTO

Nº.

/2026

**CONTRATADA:**

**CÓDIGO:**

**PROCESSO:** 1123.2025/0001841-4

**OBJETO:** Execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, implantação de guias e sarjetas e construção de passeios (calçadas), em diversas ruas do Município de Guarulhos/SP

### **1. PREÂMBULO**

**1.1 PARTES:** MUNICÍPIO DE GUARULHOS, com sede à Av. Bom Clima, 91 - Jd. Bom Clima – Guarulhos/SP, inscrito no CNPJ sob nº. 46.319.000/0001-50, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado pelo **Secretário de Infraestrutura Urbana, Sr. \_\_\_\_\_**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, estabelecida à \_\_\_\_\_ - CEP \_\_\_\_\_, Fone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo signatário ao final identificado, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, ficando as partes subordinadas às disposições da Lei Federal 14.133/2021 e alterações, e condições constantes deste contrato.

**1.2 FUNDAMENTO:** Este contrato decorre de homologação, pela autoridade competente, de licitação na modalidade **Concorrência nº \_\_\_\_\_-SFIL**, que se acha juntada ao processo supracitado.

### **2. DESCRIÇÃO E CONDIÇÕES**

**2.1 NATUREZA DO CONTRATO:** A CONTRATADA obriga-se a execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, implantação de guias e sarjetas e construção de passeios (calçadas), em diversas ruas do Município de Guarulhos/SP, conforme indicado no Memorial Descritivo e/ou Termo de Referência.

**2.2 REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão realizados sob o regime de execução indireta de **empreitada por preço unitário**, na forma do artigo 46, inciso I, da Lei nº. 14.133/21

**2.3 CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:** Os serviços deverão ser prestados na forma definida no ato convocatório, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas diretas, indiretas, bem como todos os impostos e tributos que houver.

**2.4 É parte integrante dos serviços:**

- a) O fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e ferramentas, necessários aos serviços descritos no Memorial Descritivo e/ou Termo de Referência e demais anexos;
- b) O transporte de materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra até o local dos serviços;
- c) O transporte de todos os resíduos resultantes da execução dos serviços até os locais indicados pela fiscalização; os resíduos sólidos provenientes de demolição e de fresagem deverão ser prioritariamente destinados ao sistema de reciclagem do Município;
- d) Caso seja necessário, a CONTRATADA deverá colocar placas de identificação dos serviços, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a expedição da ordem de serviços, nos locais a serem indicados na referida ordem, conforme solicitação e modelo a ser fornecido pela fiscalização;
- e) Instalação do canteiro de obras;



f) A CONTRATADA deverá disponibilizar equipes e equipamentos necessários ao cumprimento do cronograma estabelecido.

g) A execução dos serviços deverá obedecer aos projetos, às normas técnicas da ABNT, às disposições constantes das especificações do Memorial Descritivo, além das diretrizes da fiscalização e todas as demais condições e anexos deste Contrato e do edital do qual decorre o presente.

**2.5 MODELO DE GESTÃO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:** os modelos de gestão e de execução são aqueles consignados no Memorial Descritivo e/ou Termo de Referência, de responsabilidade da Unidade Requisitante.

**2.6 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:** Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, e em observância ao regulamentado pelo Decreto Municipal nº 33912, de 16 de janeiro de 2017, que estabelece as atividades e os procedimentos a serem observados pelas unidades gestoras e pelos fiscais de contratos firmados pelos órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta, e com o fim de dar cumprimento ao quanto disposto no art. 6º, o Titular do Órgão demandante (Ordenador da Despesa) designou como Gestor e Fiscal deste contrato os servidores da **Secretaria de Infraestrutura Urbana**. A nomeação se deu por meio de despacho exarado nos autos do Processo Administrativo em referência.

### 3. PRAZOS

**3.1 PRAZO DE VIGÊNCIA:** iniciar-se-á na data da assinatura do Contrato encerrando-se com o recebimento definitivo do objeto.

**3.2 PRAZO DE EXECUÇÃO:** o prazo total será de **08 (oito) meses**, contados da data do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Início dos Serviços, emitida pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, podendo ser prorrogado, desde que devidamente justificado e autorizado expressamente e atendidos os requisitos previstos nos termos da Lei Federal 14.133/21.

**3.2.1** Na prorrogação de execução, a unidade requisitante deverá encaminhar o processo ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, no prazo de **até 30 (trinta) dias da ocorrência**, para apostilar o ato.

**3.3** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, onde a unidade requisitante deverá encaminhar o processo ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, com as devidas justificativas, para a formalização do ato, no prazo de **até 30 (trinta) dias da ordem de reinício**.

**3.3.1** Verificada a ocorrência do disposto no item acima, por mais de 1 (um) mês, a Unidade Gestora deverá divulgar, no site oficial da CONTRATANTE e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, em atendimento ao § 6º do art. 115, da Lei Federal 14.133/21.

### 4. VALOR, RECURSOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

**4.1 VALOR:** O valor estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_).

**4.2 RECURSOS:** A despesa onerará, inicialmente, a(s) seguinte(s) dotação(ões):

0910.1545100111.007.02.1000400.449051.1112

0910.1545100111.007.01.1300000.449051.0046

**4.3 FORMA DE PAGAMENTO:** deverão ser observadas as seguintes condições:

a) Os serviços serão medidos considerando o cronograma. As medições deverão ser obrigatoriamente acompanhadas dos relatórios mensais previstos para os respectivos períodos de execução dos serviços.

b) A não apresentação do relatório mensal resultará no cancelamento da medição respectiva, que a considerará "medição zero" sendo os serviços medidos transferidos para a medição do mês seguinte;

c) Aferida e aprovada a medição, nos termos da cláusula 5.2, a CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal, com prazo de pagamento de **até 30 (trinta) dias**, a qual deverá ser devidamente atestada pelo fiscal/gestor do contrato, se cumpridas todas as exigências contratuais, acompanhado das provas de regularidades de habilitação e comprovação de pagamento dos encargos previdenciários e trabalhista dos funcionários vinculados à execução do Contrato.

d) A Nota Fiscal deverá ser compatível com o contrato social sob pena de não efetuar o pagamento.



- e) Para fins de liquidação e pagamento de despesas deverão ser atendidas as exigências constantes na Portaria 03/2017-SF publicada no Diário Oficial do Município de Guarulhos em 20/01/2017 páginas 22 e 23, que poderá ser consultada em [www.guarulhos.sp.gov.br](http://www.guarulhos.sp.gov.br)
- f) Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- g) Quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a CONTRATANTE poderá comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/21.
- h) Concluídos tais procedimentos, o processo será encaminhado à Secretaria de Finanças da CONTRATANTE, que processará o pagamento.
- i) O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, a ser indicada pela CONTRATADA;
- j) O último pagamento somente será liberado para a liquidação quando da constatação pela fiscalização, da ligação definitiva de água, esgoto e energia, a ser aprovado pela concessionária local, se aplicável.
- k) Quaisquer pagamentos não isentarão das responsabilidades contratuais a CONTRATADA, nem implicarão a aceitação/recebimento dos serviços.
- l) Quando do pagamento, se aplicável, será efetuada a retenção tributária referente ao Imposto de Renda previsto na legislação aplicável, em especial a Instrução Normativa RFB nº 1234/12, e alteração posterior através da Instrução Normativa RFB nº 2145/23, devidamente regulamentada através do Decreto Municipal 40432/23 e demais regulamentações sobre a matéria, exceto aos optantes do Simples Nacional, na forma da Instrução Normativa RFB nº 765, de 02 de agosto de 2007.
- m) No caso de atraso, não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, os valores devidos pela CONTRATANTE serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária, de acordo com a meta de inflação fixada pela Resolução do Banco Central do Brasil vigente no ano de assinatura deste contrato, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira:

$I = (\text{meta da inflação}/100)/365$

**4.4 REAJUSTAMENTO:** O contrato poderá ser reajustado pelo índice divulgado pela **Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (FIPE), o Índice de Preços de Obras Públicas (IPOP)**, de acordo com o objeto contratual.

**4.4.1** O reajuste somente poderá ser concedido pela fiscalização a partir de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, adotando-se como data base a data da apresentação das propostas, nos termos do art. 25º, § 8º da Lei Federal 14.133/21.

**4.4.2** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou por qualquer motivo não puder mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**4.4.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**4.4.4** O reajuste será realizado por apostilamento.

**4.5** Demais condições para aferição/medição dos serviços são aquelas constantes no Memorial Descritivo e/ou Termo de Referência.

## 5. DA ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS e RECEBIMENTO DO OBJETO

**5.1 PARA RECEBIMENTO DA ORDEM DE INÍCIO**, a CONTRATADA fica obrigada a apresentar à Administração, antes do início dos serviços e, no prazo de **até 10 (dez) dias após a assinatura deste Contrato**, os seguintes documentos:

- a) Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, e/ou do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, com base no valor total do contrato e ARTs e/ou RRTs dos corresponsáveis pelas áreas de atuação, quitada(s) nos termos da Resolução nº 1.025/09 – CONFEA e da Resolução Normativa CFA nº 337/2006 devidamente recolhida, para figurar no processo licitatório e ordem de início dos serviços.



b) Comprovante de contratação de seguro de responsabilidade civil com importância assegurada correspondente a 10% do valor do contrato com vigência idêntica ao período de execução dos serviços, inclusive prorrogações, se houver, bem como de seguro de risco de engenharia em 100% do valor da avença;

c) Comprovação de vínculo profissional dos responsáveis técnicos indicados na cláusula 7 do edital, que pode se dar nos termos da Súmula nº 25 do TCE/SP.

**5.1.1** A fiscalização terá **até 03 (três) dias** para analisar os documentos entregues e emitir a competente ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS.

**5.1.2** A ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO deverá ser retirada pela CONTRATADA em **até 03 (três) dias úteis**, contados a partir da convocação pela Administração que poderá ser feita por ofício e/ou e-mail.

**5.1.3** O prazo para início da execução será de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Início dos Serviços.

**5.1.4** A CONTRATADA deverá inscrever a obra (objeto da licitação) no CADASTRO NACIONAL DE OBRAS (CNO) da Receita Federal do Brasil (RFB), no prazo de **até 30 (trinta) dias** após a assinatura do Contrato, se aplicável, conforme instrução específica para o caso.

## 5.2 DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

**5.2.1** Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas no Art. 140 da Lei Federal 14.133/21:

a) provisoriamente, em **até 10 (dez) dias**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, **referente à parcela medida**;

b) em **até 10 (dez) dias do recebimento provisório da parcela**, a fiscalização deverá comunicar a CONTRATADA para emitir a competente nota fiscal, que será atestada por servidor ou comissão designada pela autoridade competente;

c) cumpridas todas as etapas do cronograma, no prazo de **até 10 (dez) dias do aceite da última medição**, deverá ser emitido o **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO** do objeto, pela Secretaria de Infraestrutura Urbana, para início do prazo de observação, de **até 90 (noventa) dias**.

d) a totalidade dos serviços objeto será recebida **definitivamente**, mediante emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação supra.

e) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**5.2.2** Constatadas irregularidades no objeto, a Fiscalização, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do Memorial Descritivo, determinando sua substituição ou correção, ou ainda, sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

**5.2.3** As irregularidades deverão ser sanadas pela CONTRATADA, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

**5.2.4** O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO será lavrado desde que o agente recebedor tenha aprovado a completa adequação do objeto aos termos contratuais e não haja quaisquer pendências de ajustes contratuais.

**5.2.5** Com a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO dar-se-á por extinto o presente contrato.

## 6. RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

### 6.1 São obrigações da CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Memorial Descritivo;

c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

e) Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, de acordo com a respectiva medição;



- f)** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e/ou de repactuação de preços, feitos pela CONTRATADA, no prazo máximo de **1 (um) mês**, contado da data do protocolo devidamente instruído.
- g)** Cientificar o Órgão Competente pelas Licitações e Contratos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, para aplicação de sanções motivadas pela inexecução parcial ou total do Contrato, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, se o caso;
- h)** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i)** A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- j)** Não praticar atos de ingerência na administração do contrato, tais como:
- a)** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - b)** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela CONTRATADA;
  - c)** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da CONTRATADA;
  - d)** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - e)** demandar a funcionário da CONTRATADA a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
  - f)** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna da CONTRATADA.

## **6.2 São obrigações da CONTRATADA:**

- a)** A assunção integral de responsabilidade pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, trabalhistas e outros que decorram dos compromissos assumidos neste contrato, não se obrigando a CONTRATANTE a fazer-lhe restituições ou reembolso de qualquer valor despendido com estes pagamentos.
- b)** O cumprimento de todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- c)** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- a)** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- d)** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- f)** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado na cláusula 5.2.3, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- g)** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, devidamente comprovados, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos, garantido o contraditório e ampla defesa;
- h)** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, § único, da Lei Federal 14.133/21;
- i)** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,



previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

**j)** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**k)** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, respeitadas as vedações existentes por força de lei ou regulamentações, de acordo com o objeto deste contrato, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

**l)** Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**m)** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

**n)** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**o)** Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Memorial Descritivo ou instrumento congênere.

**p)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**q)** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

**r)** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal 14.133/21);

**s)** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, sendo este, no mínimo, de **10 (dez) dias úteis**, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, § único, da Lei Federal 14.133/21);

**t)** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**u)** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal 14.133/21.

**v)** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

**w)** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

**x)** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

**y)** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

**z)** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

**aa)** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

**6.3** O responsável técnico pelos serviços, poderá, sem prejuízo de suas responsabilidades pessoais, fazer-se representar junto à Fiscalização por técnico habilitado junto ao CREA ou órgão de classe competente, desde que aprovado pela Administração, o qual permanecerá no local dos serviços para dar execução à CONTRATADA, nas condições por esta fixada.

**6.4** A ausência do responsável técnico ou de preposto no local da obra implicará sua anotação no livro diário e sujeitará a contratada às penalidades previstas neste instrumento.



**6.5** A CONTRATADA deverá observar, ainda, o disposto na Lei Municipal nº. 6.126/06 e Decreto Municipal nº. 25.754/08 que trata do plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção civil.

**6.6** Na primeira reunião de trabalho com a fiscalização da obra, a CONTRATADA deverá apresentar plano de trabalho relativo ao uso racional dos materiais utilizados e a destinação dos resíduos da construção, visando seu reaproveitamento na própria obra ou seu envio às usinas de reciclagem autorizadas pela administração.

**6.7** O plano de utilização racional dos materiais empregados na obra e de destinação sustentável dos resíduos produzidos deverá ser elaborado de forma que seja absorvido pelos valores pactuados entre as partes quando da celebração do contrato.

**6.8** Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações constantes neste contrato, no ato convocatório e na forma prevista na proposta, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer a CONTRATADA, nas sanções previstas.

**6.9** As responsabilidades das partes na execução deste Contrato são as comuns nele implícitas ou expressas, com base na Lei de Licitações, e aos demais instrumentos legais que regem o assunto.

**6.10** Na execução dos serviços obrigar-se-á a CONTRATADA a manter com o fiscal designado, um Diário de Ocorrências para anotações de ordens, recomendações, faltas, defeitos observados, atrasos, etc.

**6.11** A CONTRATADA obrigar-se-á, ainda, a tomar conhecimento diário através de seu representante, das observações feitas no Diário e regularizar as faltas ou defeitos observados.

**6.12** Obrigar-se-á a CONTRATADA as suas expensas, promover a sinalização viária necessária, visando a proteção dos funcionários e evitar acidentes a terceiros.

**6.13** Obrigar-se-á a CONTRATADA a afastar ou substituir, dentro de **24 (vinte e quatro) horas**, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer funcionário seu que, por solicitação justificada da Administração, não deva continuar a participar da execução dos serviços.

**6.14** Caso a contratada deixe de honrar as obrigações trabalhistas com seus empregados incorrerá em falta grave, estando sujeita, além das penalidades acima previstas, à extinção contratual, sem prejuízo de ação regressiva por parte da Administração em caso de condenação à responsabilidade subsidiária imposta pela Justiça do Trabalho, a teor do Enunciado nº. 331 do C. Tribunal Superior do Trabalho.

**6.15** Incorrerá na mesma falta se deixar de atender às normas atinentes à segurança e medicina do trabalho, especialmente as relativas ao Programa de Proteção Respiratória (PPR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Serviço Especializado de Engenharia e Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT); bem como não se verificar o fornecimento e o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes adequados como forma de impedir riscos à saúde de seus empregados.

**6.16** Para verificação da regularidade da CONTRATADA junto a seus empregados, poderá a CONTRATANTE exigir a qualquer tempo documentos comprobatórios de tal situação, além da fiscalização regular por parte da Administração.

**6.17** Em havendo necessidade de obtenção de licenças junto aos órgãos externos de proteção ambiental, concessionárias de serviço público, agências reguladoras e outros, estas serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, cabendo à Administração apenas fornecer os elementos necessários para a obtenção do documento.

**6.18** A realização de ensaios e testes, quando necessários, correrá por conta da CONTRATADA.

**6.19** Cumprir as determinações da NR 18, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que forem aplicáveis nesta contratação.

**6.20** A CONTRATADA não poderá se prevalecer de qualquer erro, manifestamente involuntário ou de qualquer omissão, eventualmente existente, para eximir-se de suas responsabilidades, estando ainda, obrigada a satisfazer a todos os requisitos constantes dos desenhos e especificações.

**6.21** A CONTRATADA deverá, se necessário, manter contato com as repartições públicas competentes para o fim de obter eventuais aprovações necessárias ao cumprimento dos serviços a serem executados, bem como solicitar as ligações diversas e inspeções necessárias.

**6.22** As partes responderão por perdas e danos pelo inadimplemento de suas obrigações contratuais, além de outras cominações definidas na legislação em vigor.

**6.23** Será efetuada pela CONTRATANTE fiscalização durante a execução dos serviços, por um ou mais engenheiros por ele credenciados, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, controle, coordenação e fiscalização.

**6.24** Deve a CONTRATADA permitir o livre acesso, a qualquer tempo, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento a ser pactuado, bem como aos locais de execução dos serviços, quando em missão de fiscalização ou auditoria, devendo-se inclusive permitir o livre acesso dos



órgãos ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle externo e interno a seus documentos e registros contábeis.

**6.25** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

**6.26** Somente serão executados os serviços imprevistos que tenham sido prévia e expressamente justificados e aprovados pela CONTRATANTE, e, após o competente TERMO DE ADITAMENTO ao Contrato, observado o disposto nos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21 e alterações, desde que verificada a disponibilidade orçamentária. Salvo os casos em que a interrupção da execução gere prejuízo, devendo o aditamento ser formalizado no prazo de até 1 (um) mês da antecipação de seus efeitos, nos termos do art. 132 da Lei Federal 14.133/21.

**6.27** A Garantia do serviço executado pela CONTRATADA, deverá ser estabelecida de acordo com a natureza do objeto contratual e ao Código Civil - Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

**6.28** Demais responsabilidades são aquelas constantes no Memorial Descritivo e/ou Termo de Referência.

## 7. DAS PENALIDADES E EXTINÇÃO CONTRATUAL

**7.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal 14.133/21, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para a execução do contrato;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;
- g) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, durante a execução do contrato;
- i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), durante a execução do contrato.

**7.2** Por descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento e pela inexecução parcial ou total do seu objeto, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

**7.2.1 ADVERTÊNCIA**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" e "c" do item 7.2.4;

**7.2.2 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR**, com o Município de Guarulhos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d" e "e", do item 7.1 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "a", "b" ou "d" do item 7.2.4;

**7.2.3 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR**, com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "f", "g", "h", "i" e "j" do item 7.1 acima, bem como nas alíneas "b", "c", "d" e "e" também do item 7.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, podendo ser aplicada multa, conforme alínea "d" do item 7.2.4;

**7.2.4 MULTA**, aplicada da seguinte forma:

- a) Nos casos de atraso na execução do objeto ou na inexecução parcial, que se prolongue até o **10º (décimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,5%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- b) Nos casos de atraso na execução do objeto ou inexecução parcial, que se prolongue do **11º (décimo primeiro) ao 30º (trigésimo) dia**, contado daquele imediatamente posterior ao previsto no contrato, será aplicada multa moratória de **0,7%** ao dia, calculado sobre o valor da parcela inadimplida;
- c) Pela recusa da CONTRATADA em corrigir/substituir produto ou serviço eventualmente rejeitado pela CONTRATANTE ou pela correção/substituição fora do prazo estipulado, aplicar-se-á multa de **10% a 20%**



sobre o valor da parcela inadimplida, a ser definida conforme item 7.8;

**d) Nos casos de inexecução total da obrigação**, que se configura com a mora na entrega do objeto por prazo **superior a 30 (trinta) dias**, contados do dia imediatamente posterior ao previsto no instrumento contratual ou, ainda, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do item 7.1 acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” também do item 7.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, incidirá multa de **20% a 30%** sobre o valor do Contrato, a ser definida conforme item 7.8.

**7.2.5** Para aplicação das multas elencadas nas alíneas “a” e “b” acima, tão logo constatado o atraso injustificado, o Gestor deste Contrato acionará o Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos, para que proceda os trâmites necessários à aplicação da penalidade, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de aplicação de penalidades, onde o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ainda que inexistir relação de causa e efeito entre o valor faturado e o fato gerador da multa, ou descontado de eventual garantia prestada. Não havendo pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou garantia prestada pela CONTRATADA, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**7.2.6** A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Guarulhos, pelo prazo de até **03 (três) anos**, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis à espécie, caso venha a descumprir a avença, total ou parcialmente, conforme item 7.2.2 acima e poderá, a critério da Administração, ser aplicada em conformidade com os prazos a seguir:

**a) 06 (seis) a 12 (doze) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e/ou deixar de entregar, em prazo estabelecido, todos os documentos e anexos exigidos, quer por meio eletrônico, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva, conforme a forma estipulada para a apresentação do documento, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial, a ser definido conforme item 7.8;

**b) 13 (treze) a 18 (dezoito) meses** nos casos em que a CONTRATADA, der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, quando ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução parcial que cause grave dano, a ser definido conforme item 7.8;

**c) 19 (dezenove) a 36 (trinta e seis) meses** nos casos em que a CONTRATADA der causa à inexecução total do contrato ou deixar de recolher aos cofres públicos os valores atinentes a penalidade pecuniária aplicada, ou ainda, em outras situações que, justificadamente, se enquadrem como inexecução total, a ser definido conforme item 7.8;

**7.2.7** A aplicação da penalidade prevista nos itens 7.2.2 e 7.2.3 implicará o imediato descredenciamento da empresa do cadastro de fornecedores do Município de Guarulhos, pelo prazo em que durar o apenamento.

**7.2.8** Para o pagamento das multas elencadas nas alíneas “c” e “d”, do item 7.2.4 acima, bem como as indenizações cabíveis impostas à CONTRATADA, o valor apurado será descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. Caso o valor seja superior aos pagamentos que a mesma tenha a receber da CONTRATANTE, o saldo remanescente será descontado de eventual garantia prestada e, se ainda assim, não forem suficientes, restando saldo, o prazo para pagamento será de **15 (quinze) dias úteis** a contar da intimação da empresa apenada. Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

**7.3** A Contratada somente deixará de sofrer as penalidades descritas no presente instrumento nas seguintes hipóteses:

**a)** comprovação da ocorrência de caso fortuito ou força maior, que tenham tornado impossível o cumprimento da obrigação, e/ou;

**b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE.

**7.4** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE;

**7.5** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, não se restringindo às cumulações descritas no item 7.2, podendo ser combinadas de forma distinta, de acordo com os critérios elencados no item 7.8.

**7.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 166 da Lei Federal 14.133/21, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data da intimação.

**7.6.1** Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos ao Órgão Responsável pelas Licitações e Contratos por meio eletrônico, **até o último dia útil do prazo**, ou protocolados diretamente na Rua do



Rosário, 300 - Macedo - Guarulhos/SP, **das 8h30 às 16h45, respeitado o último dia útil do prazo.**

**7.6.2** Não serão conhecidos recursos enviados por meio eletrônico que forem recebidos **após as 23h59 do último dia útil do prazo estipulado**, sendo considerado o horário de recebimento exibido pelo servidor de e-mail ou sistema eletrônico, ou **protocolados fisicamente após o horário determinado do último dia útil do prazo estipulado**, conforme estabelecido no item anterior.

**7.6.3** Após o vencimento do prazo recursal, os valores serão cobrados nos moldes do subitem 7.2.8.

**7.7** Para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/21, deve ser observado o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da mesma lei.

**7.8** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.9** A extinção contratual poderá ser, ainda, antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta, bem como consensualmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Conforme o motivo, podem-se aplicar também as disposições dos artigos 138 e 139, sem prejuízo das sanções enumeradas no artigo 155 do mesmo diploma legal.

**7.10** O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**7.11** O atraso superior a **20 (vinte) dias úteis** para suplementação ou reposição da garantia contratual autoriza a CONTRATADA a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21.

**7.12** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

- 7.12.1** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**7.13** A extinção, sempre que possível, será precedida:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

**8.1 DA GARANTIA CONTRATUAL:** A CONTRATADA apresenta neste ato, como condição para assinatura, garantia contratual no valor de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), conforme previsto no artigo 96 e seguintes, da Lei Federal 14.133/21, equivalente a **5%** do valor total do Contrato, que será levantada após o término e entrega dos serviços, mediante emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, diante da extinção do contrato.

- 8.1.1** A garantia contratual deverá ter validade igual ao prazo de execução do contrato, acrescidos de **90 (noventa) dias**, sendo que em caso de prorrogação, esse prazo deverá também ser somado à data final do novo período.

- 8.1.2** A garantia contratual deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato, sendo que em caso de iminente vencimento durante a vigência do contrato, por qualquer motivo, a CONTRATADA deve



providenciar sua renovação, sendo que o(s) responsável(is) pela gestão contratual deve(m) acompanhar os prazos contratuais e solicitar a renovação, junto à CONTRATADA.

**8.1.3** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

**8.1.4** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período mediante solicitação justificada, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

**8.1.5** Na hipótese de suspensão ou paralização do contrato pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia até o reinício da execução, devendo o(s) responsável(is) pela gestão contratual verificar tal condição e solicitar a renovação junto à ordem de reinício.

**8.1.6** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação justificada, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada pelo(s) responsável(is) pela gestão contratual.

**8.2 CONDIÇÕES INTEGRANTES:** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- b) O Edital de Licitação, conforme o fundamento acima;
- c) A Proposta da CONTRATADA; e
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**8.3** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal 14.133/21.

**8.4 ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato.

**8.4.1** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% do valor inicial atualizado do termo de contrato.

**8.5** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, devidamente justificado pela unidade requisitante, com anuência da CONTRATADA, submetido à prévia aprovação da Procuradoria do Município, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, devendo esse prazo ser observado pelos responsáveis pela gestão do contrato, respeitados, ainda, os prazos estipulados na Súmula 15 da PGM.

**8.6** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/21, devendo a unidade requisitante encaminhar ao Órgão responsável pelas Licitações e Contratos as devidas justificativas e solicitação para o apostilamento.

**8.7** A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços, mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sendo vedada a transferência dos serviços que se prestaram para comprovar a sua Capacidade Técnica Operacional no processo licitatório.

**8.7.1** A subcontratação dos serviços deverá ser permitida na forma parcial conforme disposto no art. 122 da Lei Federal 14.133/21, desde que a CONTRATADA mantenha toda a coordenação dos serviços através do seu Responsável Técnico preposto.

**8.7.2** A subcontratação só será permitida até o limite financeiro de 20% do valor total do contrato.

**8.7.3** Os serviços que podem ser subcontratados são os referentes às atividades acessórias, cujo serviço especializado não caracteriza a essência do objeto do contrato e somente poderão ser efetuados com profissionais ou empresas com qualificação técnica compatível com o serviço que pretenda executar.

**8.8** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

**8.8.1** A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.



**8.9** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**8.10** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal 14.133/21 e alterações, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos, devendo sua aplicação ser precedida da devida análise jurídica.

**8.11** Os dados presentes neste documento ou coletados para as finalidades aqui previstas serão utilizados única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação aplicável sobre segurança da informação, privacidade e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018) e ao Decreto Municipal nº 38.145/2021 e alterações.

**8.12** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**8.13** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**8.14** A CONTRATANTE deverá ser informada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

**8.15** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**8.16** É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**8.17** A CONTRATADA deverá exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**8.18** A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**.

**8.19** A CONTRATADA deverá prestar, no prazo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**8.20** A CONTRATADA, ao assinar o presente contrato, DECLARA que está ciente acerca da Política de Segurança da Informação, instituída pelo Decreto Municipal nº 39371, de 18 de agosto de 2022, e concorda em cumprir todas as diretrizes e responsabilidades estabelecidas, se aplicável, e se compromete a:

- a) Proteger as informações confidenciais da CONTRATANTE e dos cidadãos do Município, acessadas ou gerenciadas no decorrer da prestação dos serviços;
- b) Utilizar os recursos de tecnologia da informação fornecidos pela CONTRATANTE apenas para os fins autorizados e em conformidade com as políticas estabelecidas;
- c) Relatar imediatamente à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança da informação ou suspeita de violação das políticas;
- d) Participar de treinamentos e capacitações relacionados à segurança da informação quando solicitado pela CONTRATANTE;
- e) Colaborar com a equipe de segurança da informação do município para implementar e manter as medidas de segurança adequadas;
- f) Dar ciência aos seus colaboradores do fiel cumprimento da PSI.

**8.21** No ato de assinatura deste instrumento, a CONTRATADA declara que ofertou sua proposta ciente e em concordância com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Concorrência originária, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

**8.22 FORO:** As partes elegem, em comum acordo, o Foro desta Comarca de Guarulhos, como seu domicílio legal, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento deste contrato.

Estando as partes concordes com as cláusulas transcritas no presente Contrato, assinam os representantes, digitalmente, mediante acesso com senha pessoal, conforme normas estabelecidas pela Legislação vigente.



Guarulhos, data da última assinatura digital (será considerado o próximo dia útil, caso a última assinatura ocorra em dia que não haja expediente no órgão ou entidade competente).

Secretário de Infraestrutura Urbana

**RAZÃO SOCIAL**

**Nome:**

**Cargo:**

MINUTA



**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO****CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARULHOS (Secretaria de Infraestrutura Urbana)****CONTRATADO:****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº /2026****OBJETO: Execução de obras de infraestrutura urbana, compreendendo pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, implantação de guias e sarjetas e construção de passeios (calçadas), em diversas ruas do Município de Guarulhos/SP**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a)** o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b)** poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c)** além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d)** as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e)** é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a)** O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b)** Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Guarulhos, data da última assinatura digital.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo: Prefeito Municipal

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome:

Cargo: Secretário de Infraestrutura Urbana

CPF:

**Responsáveis que assinaram o ajuste:****Pelo CONTRATANTE:**



Nome:

Cargo: Secretário de Infraestrutura Urbana

CPF:

**Pela CONTRATADA:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo: Secretário de Infraestrutura Urbana

CPF:

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEL POR PROCESSOS LICITATÓRIOS:**

Nome:

Cargo: Subsecretário de Licitações e Contratos

CPF:

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Nome:

Cargo:

CPF:

(\*) O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



Documento assinado eletronicamente por **Liliane Estevam de Barros Ferrazzini, Chefe de Divisão Técnica**, em 30/04/2026, às 12:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.guarulhos.sp.gov.br/sei/web/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4532331** e o código CRC **9DE67EDF**.



MINUTA